

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA

ADRIANA GARRITANO DOURADO

**A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE PERIGO NA PSICOLOGIA E SUA
RELAÇÃO COM A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CAMPO GRANDE-MS

2017

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA

ADRIANA GARRITANO DOURADO

**A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE PERIGO NA PSICOLOGIA E SUA
RELAÇÃO COM A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob orientação da Professora Dr^a. Andrea Cristina Coelho Scisleski.

CAMPO GRANDE-MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

D739c Dourado, Adriana Garritano

A construção da noção de perigo na psicologia e sua relação com a
vigilância socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social /
Adriana Garritano Dourado; orientadora Andrea Cristina Coelho
Scisleski.-- 2017.

103 f.

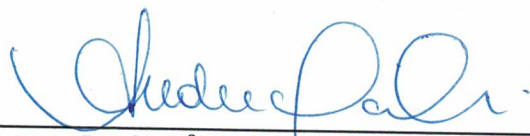
Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom
Bosco, Campo Grande, 2017.

1. Sistema Único de Assistência Social 2. Psicologia 3. Família
I. Scisleski, Andrea Cristina Coelho II. Título

CDD – 302

A dissertação apresentada por **ADRIANA GARRITANO DOURADO**, intitulada “**A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE PERIGO NA PSICOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi.....*aprovada*.....

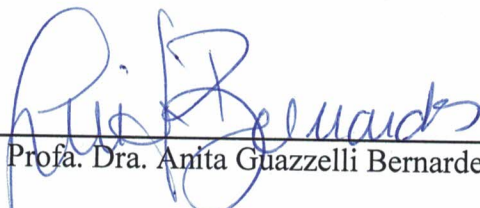
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Andrea Scisleski - UCDB (orientadora)



Profa. Dra. Lilian Rodrigues da Cruz – UFRGS



Profª. Dra. Anita Guazzelli Bernardes - UCDB



Profª. Dra. Luciane Pinho de Almeida - UCDB

Campo Grande-MS, 08 de junho de 2017.

A vida é uma estrada
Onde não vemos um passo à frente
Onde ficamos olhando os rastros que ficam
Onde caminhamos mesmo sem ver esse caminho.

A vida é uma estrada
Curta, efêmera.
Algumas vezes bela
Outras nem tanto.

Passamos por cachoeiras de lágrimas
Por bosques de alegrias
Por curvas perigosas
Por vales tranquilos.

A vida é uma estrada
Onde às vezes caminhamos sozinhos
Outras compartilhando as belezas da caminhada.

A vida é uma estrada,
Caminhe.

BRUNO MOTA PINHEIRO

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, pelos momentos de presença e paciência com minha ausência...Ao querido filho Caetano que, com sua sensibilidade e sabedoria aos 8 anos, demonstrou compreensão com “os estudos da mamãe”, que pra ele ficaram “meus momentos com meus gibis”. Espero ter despertado um futuro pesquisador, um leitor voraz de gibis ou talvez um roteirista de história em quadrinhos.

Aos meus colegas de mestrado pela parceria e companheirismo pelos mesmos ideais, pelos sonhos em comum divididos: a aprendizagem não tem limites quando se sonha cada vez mais com a evolução profissional. À todos eles, obrigada pela oportunidade de novas e duradouras amizades.

Ao grande amigo Érico Ibiapina, pelo compartilhamento de almas, pelo afeto e vínculo cada vez mais fortalecidos, em uma recíproca relação de incentivo e cumplicidade.

Ao amigo Clóvis Irala, pelo acesso às fontes bibliográficas que acrescentaram à pesquisa, sempre com muita paciência, sem medir esforços para que o conhecimento preciso chegasse até mim. Teu exemplo de dedicação transparece no olhar e palavras dos teus alunos que sempre terão a lembrança de um grandioso Mestre.

À toda a equipe do Mestrado da UCDB, em especial Luciana Fukuhara que com toda gentileza e profissionalismo, soube prestar auxílio com qualidade nos momentos de dúvidas. À Professora Dra. Andrea Scisleski, pelo exemplo de trabalho e momentos de reflexão, tão preciosos para todo o meu trajeto profissional e pessoal.

À todos os pacientes e usuários do serviço público, que fizeram parte de minha história ao longo de 17 anos de trabalho: sua confiança me trouxe o sentimento de capacidade e meu maior desejo por contribuir cada vez mais para novas histórias.

RESUMO

DOURADO, A. G. *“A construção da noção de perigo na Psicologia e sua relação com a Vigilância Socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social.”* 103f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surgido a partir de 2004, tem em seus objetivos, assegurar os direitos socioassistenciais da população brasileira, intervindo nas situações de risco e de vulnerabilidade da população. Para isso, conta com equipes interdisciplinares de profissionais que realizam intervenções com as famílias atendidas. Através de conceitos operadores pós-estruturalistas, tem-se nessa dissertação, uma problematização acerca do trabalho do psicólogo com atuação no SUAS: considerando o fato de sua estatística oficial computar os dados prioritariamente da população com renda econômica menor, e com isso, levar em conta as informações oficiais que intermediam qual é o público a que as intervenções das equipes técnicas se destinam. Equaciona-se a intervenção do psicólogo com a produção do perigo. Usa-se em particular, a problematização da atuação do profissional da psicologia no SUAS avizinhada com a intervenção junto à família em risco ou em vulnerabilidade, trazendo como um dos elementos primordiais, a produção do perigo através dos dispositivos de segurança nos equipamentos públicos da assistência social brasileira. Também são abordadas as estratégias de resistência tanto da população atendida quanto do próprio profissional da psicologia ao resistirem em operar em uma lógica normativa. Para isso, operamos com conceitos de Michel Foucault, como risco, vulnerabilidade, perigo, razão de Estado, biopolítica e *homo oeconomicus*, além de articular uma interface teórica e metodológica com Jaques Donzelot em sua obra "Polícia das famílias" e com Robert Castel no que se refere a produção de riscos nas sociedades ocidentais. A vigilância do psicólogo sob as famílias do SUAS, policiadas para que o acontecimento do perigo seja equacionado, é pensada nesta dissertação. A pesquisa surgiu através de minha experiência como profissional da psicologia, intervindo através de visitas domiciliares, orientações, condução de grupos e trabalhos de busca ativa nos equipamentos do SUAS, questionando se a construção da noção de perigo não surgia também através de minha ação com as famílias, bem como de outras ciências humanas que trazem modelos normalizados do que buscam como referência em um ideal biopolítico nas sociedades liberais. Várias reflexões surgem no texto sobre quais ideais o SUAS pretende alcançar ao inserir nas estatísticas para intermediar intervenções, prioritariamente a população de menor renda, compatibilizando com um modelo normalizado de família que julga perigoso e que precisa inclusive do profissional da psicologia na busca de padronizações.

Palavras-chave: Perigo; SUAS; Psicologia; Pós-estruturalismo; Família

ABSTRACT

DOURADO, A. G. *“The notion of danger construction in Psychology and its relation with Social Welfarist Vigilance in Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”*.103f. Essay (Master Degree) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

The Sistema Único de Assistência Social (SUAS), emerged in 2004, has as one of its objectives, secure the socio welfarist rights to the Brazilian population, intervening in situations of risk and vulnerability of the poorest population. For this purpose, it counts with interdisciplinary teams of professionals which realize interventions with the families attended. Through post-structuralist main concepts, it is discussed in this dissertation a problematization around the work of the social psychologist who works at SUAS: considering the fact that its official statistic calculates primarily the population with the lowest income, and as such, take into account the official information, which intermediate the choice of public for the technical teams interventions. It is taken into account for the psychologist intervention the production of danger. It is used particularly, the problematization of the actuation of the psychology professional at SUAS and the intervention with brazilian families in risk or vulnerability, bringing as one of the most primary elements the production of danger, through security devices on the public assets of Brazilian social assistance. It also approaches to resistance strategies of both the population served and the psychology professional himself, resisting to operate in a normative logic. For this reason, we operate with concepts of Michel Foucault, with risk, vulnerability, danger, State reason, biopolitic and *homo oeconomicus*, beside articulating with a theoretical and methodological interface with Jaques Donzelot in its piece “The Policing of Families” and with Robert Castel in the subject of risk production in western societies. The vigilance of the psychologist over the families at SUAS, policed so that the danger existence is calculated, is thought in this piece. The research has emerged from my experience as a psychology professional, intervening through home visits, orientations, conduction of groups and active search tasks in the assets of SUAS, questioning if the construction of danger notions wasn’t being created also by my action with the families, as well as from other human sciences which bring standardized models of references of what is sought in a biopolitical ideal in liberal societies. Several reflections emerge in the text about what ideals the SUAS intend to reach by inserting in the statistics to intermediate interventions, primarily the low income population, aligning with a standardized model of family which judges hazardous and which even needs the psychology professional on the search for standardizations.

Keywords: Danger; SUAS; Psychology; Post-structuralism; Family

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

LBA – Lei Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NIS – Número de Identificação Social

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do SUAS

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

ONG – Organização Não-Governamental

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO.....	11
2.0 PONTO DE PARTIDA.....	19
2.1 Preparando a viagem: a estrada segue para o SUAS.....	26
2.2 Pausa para o descanso...que descanso? A estrada é longa: o SUAS aparece pela frente.....	34
2.3 A formação de um trevo na estrada: o SUAS, a psicologia e o perigo.....	49
2.4 Famílias possíveis e a resistência aos modelos.....	56
2.5 Sobre risco e vulnerabilidade...futuros sobre controle no SUAS.....	72
3.0 A PSICOLOGIA E A PRODUÇÃO DO PERIGO NO SUAS: CAMINHOS PERIGOSOS?	76
3.1. Última parada: a Política de Assistência Social, a psicologia e o perigo.....	87
4.0 FIM DA ESTRADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	97

1.0 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como temática a gestão do perigo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. Inicia-se com questionamentos variados e indagações provindas de um trabalho como psicóloga, também analisadora-observadora dos fenômenos provocados pelas intervenções de gestores de ações institucionais, nome este designado para os trabalhadores de ensino superior da secretaria municipal de assistência social.

Como psicóloga-gestora de ações institucionais do SUAS, iniciei meus trabalhos na Assistência Social em 2003, quando o município ainda não tinha adotado as deliberações do SUAS, vindas da Política Nacional da Assistência Social. Programas como Agente Jovem e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), AABB Comunidade eram programas que objetivavam atividades no contraturno escolar à crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade em algumas regiões da cidade de Dourados-MS.

Por meio de um trabalho iniciado através de um concurso público para as equipes da Assistência Social que trazia em seu edital, para o cargo de psicólogo, as descrições “práticas de psicodiagnóstico, intervenções psicoterápicas, avaliação de perfis”, entre outras ações da psicologia clínica tradicional, as intervenções surgiam nos parâmetros dos atendimentos individuais de um possível espaço de consultório clínico dentro das instituições. Até algum esclarecimento (Brasil, 2005) sobre o que exatamente um psicólogo faria tanto com as crianças, adolescentes e suas famílias, minhas ações perambulavam por atendimentos psicoterápicos dentro dos programas, avaliações de aprendizagem ou psicodiagnóstico, ditavam algumas ações que sinalizavam o avizinhamo da prática *psi* com o clínico que diagnostica, “dita a regra” e aponta a anormalidade, em ações de cunho individualistas e psicopatologizantes.

Meu espaço como psicóloga na Assistência Social era cheio de dúvidas: o que realmente fazer? Quais objetivos? Muitas perguntas foram feitas sobre a ação da psicologia no SUAS e vários profissionais passaram também a fazer as mesmas perguntas sobre a atuação e esclarecimentos sobre a Política da Assistência Social no Brasil. Em 2004, o SUAS aparece com uma proposta de trabalho (Brasil, 2005) junto às populações mais vulneráveis socialmente, promulgado bem depois da Constituição Brasileira de 1988 que trazia o compromisso do Estado em assumir vários direitos sociais ao brasileiro.

As indagações vinham do Brasil todo, através de vários psicólogos fazendo perguntas sobre as ações na assistência social e, minha imaginação vendo rostos pensativos de

psicólogos, desconfiados, em busca de compreensão sobre o que faria um profissional da psicologia no campo da assistência social. Normas técnicas do Conselho Federal de Psicologia surgiram somente anos depois, após pesquisas sobre o trabalho a ser desenvolvido pelo psicólogo na política pública de assistência social e sua apropriação metodológica: a criatividade era estimulada, porém como todo campo novo, algumas inseguranças surgiam no dia-a-dia e, superando essa fase, algumas perguntas sobre a atuação vindas da experiência, traziam coragem para buscar conhecimento.

O fato de já ter atuado no SUS anteriormente, compreendendo quais eram seus objetivos junto às intervenções em saúde em um ambulatório de saúde mental, trouxe-me uma série de inquietações considerando que em vários momentos eu me percebia no SUAS trabalhando em um consultório de psicologia, como era no SUS. Minhas inquietações através de minha experiência atuando na assistência social detona em uma análise de implicação em que meu trabalho como psicóloga equaciona-se com a gestão da pobreza.

Alguns ajustes foram feitos em minha atuação, com maior apropriação, após maior familiarização com a LOAS (1993) e posteriormente com a PNAS (2005) e o trabalho como psicóloga intervindo nas famílias em situações de risco ou vulnerabilidade, passou a delinear algumas reflexões, ainda com vários questionamentos acerca das intervenções. O direcionamento frente ao que seria o trabalho de avaliação psicológica, psicoterapia ou algum ramo da psicologia clínica, foi sendo gradativamente reconduzido, embora vários questionamentos tanto de gestores quanto da própria população, buscavam respostas para “mas se você não vai clinicar, o que você vai fazer na assistência social?”

A condução de grupos de conscientização de direitos com os usuários as famílias foram trabalhos interessantes nas primeiras intervenções: trabalho infantil, abuso sexual, rodas de conversas com os pais sobre o cuidado dos filhos, trabalhos reflexivos sobre a adolescência em grupos, foram temáticas abordadas em equipamentos públicos como Agente Jovem, PETI e AABB Comunidade, programas estes surgidos anteriormente aos grupos atualmente conduzidos pelo CRAS, na proteção social básica da PNAS.

A temática proposta na dissertação aborda a experiência como método, trazendo o acontecimento SUAS e sua relação com a produção do perigo delineada pela psicologia. Enfatizo que ao tomar a experiência como método, inspiro-me na análise institucional de René Lourau (1993), isto é, tomo como experiência minha análise de implicação e sobreimplicação e de como esses conceitos tornam-se fundamentais para percorrer e compor

esta pesquisa. Como a experiência do trabalho da psicologia no SUAS acaba por produzir a noção do perigo nas intervenções com as famílias acompanhadas?

A respeito das noções de implicação e sobreimplicação, segundo Altoé (2004, p.147) em uma obra que organiza os termos utilizados por René Lourau, explicita:

Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim e a cabo, admitir que sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc.

Lourau (1993, p. 35) relata que "a sobreimplicação adquire um caráter subjetivo à análise de implicações. Isto que podemos nomear como investimento psicológico, costume traduzir por gasto de energia". O método-experiência abordado nesta pesquisa traz a análise de implicação e sobreimplicação como um modo de percorrer meu próprio trabalho, o que me movimentou para pesquisar a prática do psicólogo na política pública de assistência social brasileira, materializada através do SUAS, quais desejos de compreender melhor as nuances de minha atuação, sobre as intervenções feitas com as famílias do SUAS, tentando entender sobre a produção do perigo no SUAS. O estar sobreimplicado, segundo esta perspectiva, traz uma espécie de "cegueira" ao trabalho da pesquisa, visto que assumo riscos quando fico tendenciosa, tomada de certezas oriundas de práticas que, a princípio, estavam naturalizadas. A sobreimplicação produz dificuldade de processar as análises de implicação, considerando que minha pesquisa deu-se em concomitância com minha prática de trabalho como psicóloga, cumprindo rotinas pré-estabelecidas como elaborar relatórios, alimentar planilhas de dados de atendimentos, fazer visitas domiciliares e intervenções às famílias e indivíduos. Sobreimplica-se quando se nega a estabelecer certas práticas sem um olhar mais detalhado sobre o que se produz trabalhando: ao me questionar se o psicólogo no SUAS em suas intervenções estaria também auxiliando na produção da noção do perigo nas famílias atendidas, acabo por produzir resistência em seguir manuais pré-determinados de atuação no SUAS.

Para conduzir a escolha do método a ser trabalhado, o da experiência, vê-se a necessidade também de abordar o método visto por Foucault, genealogicamente problematizado. Ferreira Neto (2008), ao citar Foucault (2004, p. 237), aborda que a experiência da pesquisa traz o sujeito e o objeto se formando, em uma relação de transformação mútua: "no trabalho genealógico, produção de conhecimento, relações de poder e produção de subjetividade apresentam-se como indissociáveis".

Meu percurso inicia-se com a pesquisa sobre o trabalho de autores pós-estruturalistas, principalmente com Michel Foucault, ao trazer a genealogia como método problematizador da

história através de acontecimentos. Na presente pesquisa tem-se como principal acontecimento a lógica da produção do perigo pelo profissional da psicologia no SUAS que, utilizando-se dos seus saberes, faz intervenções contributivas para a vigilância socioassistencial das famílias do SUAS.

É importante assinalar que a escrita desta dissertação propõe um certo emaranhado de elementos que estão aglomerados entre si. Explico: há um privilégio de apresentar a teoria que sustenta o trabalho e como funciona o equipamento do SUAS no segundo capítulo. Contudo, apesar desse ser o principal foco desse capítulo, o mesmo já esboça e levanta algumas breves análises e diretrizes teóricas que serão retomadas posteriormente. O mesmo ocorre quando me dedico a debater a ideia de família que o SUAS propõe, no terceiro capítulo, pois não vislumbrei aqui uma assepsia que separe questões teóricas das analíticas, apesar de nesses momentos, mais apresente as possíveis análises do que discuti-las. Dessa forma, teço algumas breves análises que serão mais aprofundadas adiante.

O texto, comparado com uma estrada, trará “paradas” diversas nas quais haverá discussões teóricas sobre as questões a serem problematizadas. Os conceitos operadores escolhidos serão perigo (privilegiando esse), razão de Estado, *homo oeconomicus*, biopolítica, dispositivo de segurança, risco e vulnerabilidade, esses dois últimos entendidos como fundamentais para analisar o que se configura como perigo. Aborda-se a função de polícia adotadas por técnicos do SUAS que, ao intervir sobre as famílias, principalmente o psicólogo e suas relações de saber-poder, coloca em questão como suas ações são produtoras das noções de perigo no SUAS, utilizando-se dos conceitos adotados para a reflexão.

No segundo capítulo do texto, no segundo subtópico (ou *pit-stop* da estrada), viu-se a necessidade de trazer o histórico do SUAS, percorrendo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e também a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com suas prévias intervenções assistencialistas de outrora que, compatibilizado com o histórico de colonização do Brasil, levou resquícios para as políticas públicas tardias quanto ao atendimento à população pobre. Até então, a filantropia, benemerência e primeiro-damismo detinham essa função, problematizada nesta parte do texto.

Na segunda parte do segundo capítulo, além de trazer um histórico sobre o SUAS, é apresentado também todo o equipamento da política pública da assistência social inter-relacionando com o tema a ser pesquisado. Percebe-se que o modelo de família a ser objeto de intervenções aparece nas ações tanto dos programas de atenção básica quanto nos programas mais especializados da assistência social, trazendo um padrão normalizador de que a família

de renda *per capita* menor é perigosa equacionando a noção de perigo com a noção de família na assistência social. E, além disso, o profissional da psicologia no SUAS é colocado como produtor de técnicas de polícia para intervir e mobilizar estratégias normalizadoras. Foi interessante perceber durante o período tanto da experiência de atuação como profissional quanto nas buscas por referências bibliográficas sobre o tema que a relação do psicólogo no SUAS com o perigo parece produzir essa noção. Ou seja, a produção do problema de pesquisa perambula por: *como o profissional da psicologia e sua relação com seus saberes acaba por produzir a noção de perigo nas ações que intermediam a vigilância socioassistencial das famílias no SUAS?* E outra pergunta não menos importante também surge, nos processos de orientação da pesquisa do mestrado: *como a própria psicologia contribui para a produção, em suas intervenções no SUAS, dessa noção de perigo?* Essas questões são trazidas na terceira “parada” da dissertação, intitulada “Caminhos bifurcados...O SUAS, a psicologia e o perigo”, também levadas para problematização no terceiro capítulo.

Descrevendo mais sobre a terceira parte do segundo capítulo, tem-se a conceituação do que Foucault problematizou como dispositivos de segurança, funções de polícia, biopolítica e refletindo sobre o *homo oeconomicus*, trazendo seus campos de reflexão para relacionar sobre os cálculos sobre as famílias do SUAS vigiadas pelo profissional da psicologia. Também se relaciona conceitualmente a problematização sobre as funções de polícia exaustivamente debatida por Jaques Donzelot (1980) em relação às famílias.

No quarto subtópico do segundo capítulo apresento algumas famílias que, ao serem convidadas a participar desta “viagem”, ajudaram a problematizar a questão do risco, vulnerabilidade e o perigo para a política nacional de assistência social. Foi importante perceber através delas, as sobreimplicações inseridas na análise do problema de pesquisa considerando as possibilidades de resistência aos modelos propostos de famílias normalizadas através do SUAS. Também foi possível através delas, perceber minhas estratégias de resistência ao não aceitar operar na lógica normativa do que se espera da psicologia nas intervenções do SUAS, propondo problematizações frente ao meu trabalho de policiar, tabular, orientar, computar dados para as ações da vigilância socioassistencial.

No quinto subtópico do segundo capítulo da dissertação, intitulada “sobre o risco e a vulnerabilidade...futuros sob controle no SUAS”, são trazidas conceituações sobre risco e vulnerabilidade, problematizando suas relações sobre a noção do perigo, para depois pensar sobre a atuação do psicólogo no SUAS e suas relações de saber junto às famílias “vigiadas”.

Na perspectiva de uma problematização sobre as técnicas de subjetivação junto às famílias, pretende-se abordar como a prevenção de riscos com o objetivo de controlar situações de perigo, tentando garantir uma espécie de controle sob o futuro, acaba colocando as famílias em foco, com o objetivo de diminuir estatisticamente os índices de situações de risco e de vulnerabilidade junto à população. A estatística, a medicina, a psicologia, a pedagogia, a sociologia, a economia, o direito, o serviço social, a vigilância sanitária, são assim, recrutados na gestão do perigo a serviço da norma, cuja discussão é realizada no texto desta pesquisa. A investigação abordará a forma como dispositivos de segurança foram colocados para a população, construindo as várias configurações de que as técnicas de saber-poder assumidas pela psicologia colaboram para o conceito de perigo nas famílias do SUAS, tentando também minimizar ou até mesmo, anular o perigo futuramente. O controle sobre o futuro passa a ser objetivado pelas técnicas disciplinares na família mais assistida da assistência social.

No terceiro capítulo, traz-se novamente o elemento do primeiro-damismo visto que o cenário atual brasileiro, coloca em questão se este é um acontecimento superado nas políticas públicas ou não, considerando sua reinvenção na Política Pública de Assistência Social no âmbito federal.

Uma reflexão sobre os processos de governamentalidade da população ocidental tendo como foco as famílias, será necessária nesta pesquisa, pois o processo de vigilância junto a elas será problematizado em diversas estratégias do Estado, valendo-se de saberes e de técnicos de algumas áreas das Ciências para executar a norma com previsões de um futuro sem perigos. A experiência como psicóloga política nacional de assistência social acabou por trazer uma referência para pensar a gestão do perigo e as normas vigentes, além de possibilitar pensar sobre como a psicologia se articula com a questão do perigo, também produzindo estratégias de resistência.

Esclareço durante o texto que o foco da pesquisa não é exatamente o SUAS, mas o mesmo visto como acontecimento, com pistas para uma problematização sobre a noção de perigo construída pela psicologia em sua atuação com as famílias. Considerando que o SUAS intervém sobre as situações de risco e de vulnerabilidade nas famílias brasileiras, a retomada do pensamento de Foucault é importante porque relata que a antecipação do perigo que trata das situações de risco e vulnerabilidade nas sociedades ocidentais é estabelecida há tempos, mais particularmente a partir do século XVII, em que se construiu essa “necessidade”, vinda de problemas postos à governamentalidade da população (Foucault, 2008b). No caso, a noção

de família que o SUAS apresenta acaba se tornando relevante porque alerta e modula a produção do que vem a ser tomado como perigo, como se verá a seguir.

Cabe salientar que a noção do que pode ser visto como o perigo é abordada nesta escrita considerando a criação de normas que foram estabelecidas para que as cidades ocidentais sobrevivam, como parte de dispositivos estratégicos para que o Estado atue com poderes soberanos junto às famílias. Brevemente, podemos dizer que ao passo que na soberania o rei exercia seu poder sobre os corpos, sobre a morte e também sobre as terras, com o surgimento do Estado-Nação e, posteriormente, do liberalismo econômico, modificam-se as relações, complexificando as estratégias disciplinares e de segurança através da biopolítica, fazendo com que as sociedades passem a conviver com o perigo, como será debatido posteriormente. As intervenções com as famílias passam a ser, então, maior e, dessa forma, tornou-se interessante questionar se a atuação do psicólogo no SUAS, estaria a serviço de produzir a noção de perigo com a população assistida nos equipamentos do CREAS ou do CRAS, intermediando dados para a vigilância socioassistencial.

A reflexão aborda a atuação do psicólogo produzindo a noção de perigo nos atendimentos da população da assistência social, estatisticamente computada através dos atendimentos dos usuários que possuem um NIS (Número de Identificador Social), que é feito somente para os membros das famílias que possuem uma renda de até 3 salários mínimos ou meio salário mínimo *per capita*. Uma problematização sobre os dados que somente são computados perante o perfil da família com renda *per capita* menor é exposto nos capítulos seguintes, considerando o fato de que as intervenções dos técnicos do SUAS ocorrem com maior intensidade sob esta família.

E ainda trabalhando no texto do terceiro capítulo, quais implicações da psicologia nas abordagens interventivas contribuem com a gestão do perigo? Quais seriam os diferenciais trazidos de sua Ciência que, junto ao Serviço Social, trariam “sucesso” aos índices rebaixados ou controlados de perigo junto às famílias da assistência social? Qual interface envolvendo a estratégia de saber da psicologia estaria ligada à intervenção junto às famílias do SUAS? Ademais, quais estratégias de resistência o psicólogo adota ao não operar na lógica normativa que suas intervenções com as famílias parece buscar? E por último, qual lógica estaria permeada com a inserção da equipe mínima de psicólogo e assistente social nos centros básicos de assistência social (Centro de Referência de Assistência Social-CRAS) ao passo que esta mesma necessidade não estaria posta nas unidades básicas de saúde da Política Nacional de Saúde?

Uma outra pergunta importante feita durante a pesquisa e sua relação com as famílias escolhidas para operacionalizar a noção de perigo no SUAS, foi perceber a possibilidade de resistência delas ao modelos normativos de família, inclusive buscando também entender como alguns usuários não conseguem superar uma lógica em que jogos de poder e saber são colocados para que as mesmas não saiam de uma posição de dependência do que lhes são impostos. Alguns exemplos são colocados através das histórias dos usuários no quarto subtópico do segundo capítulo.

Nesta escrita genealógica, além de Foucault, alguns outros companheiros de viagem-pesquisa também foram convidados, considerando a construção teórica desenvolvida: Jaques Donzelot (1980) e Robert Castel (1987) também aparecem e complementam a reflexão, bem como os trabalhos de outras pesquisas que oferecem pistas de um pensamento possível para o debate. Trabalhos como artigos, dissertações ou teses de autores que também buscam problematizar tanto o trabalho do psicólogo na Assistência Social quanto a questão do perigo, risco ou vulnerabilidade na contemporaneidade, foram pesquisados.

A “viagem” aqui se torna cada vez mais proveitosa, embora não objetive chegar a um destino e pronto, *time to relax*. Algumas perguntas trazem outras perguntas que implicam que não há o fim de um caminho, visto que não se pretende nesta dissertação buscar “respostas prontas para as perguntas feitas”, na perspectiva da ontologia do presente.

Vários questionamentos surgem ao longo de todo texto, problematizado em torno de analisar quais perigos foram elegidos no SUAS para serem normalizados. Quais os perigos que foram elencados e que se tornaram focos de normalização de condutas no SUAS com a colaboração também da intervenção da psicologia? Como a psicologia contribui com essa construção e como se percebe resistindo ao que se espera dela? E como a lógica operacionalizada colocada às famílias atendidas pelo SUAS contribui para uma compreensão do que é perigo? Policiar garantindo os interesses individuais de todos, garantindo sua liberdade, porém sem perder de vista o interesse de todos de não viverem em perigo?

Assim, na última parte da dissertação, no quarto capítulo, como em uma consideração final, conclui-se a reflexão sobre o objeto de pesquisa, amarrando o texto com as conclusões dos trabalhos realizados ao fim do mestrado.

E os passos foram dados com a estrada sendo percorrida...E, não havendo pausa para o descanso, o destino segue para as próximas estradas a trilhar.

2.0 PONTO DE PARTIDA

Ao partir de um caminho em que se começou através de experiências questionadoras sobre o trabalho do psicólogo na assistência social, precisaríamos de uma bússola em épocas anteriores, hoje nem tão lembrada pelos adeptos do GPS, que provavelmente muitos não conhecem como funciona. Em caminhos novos, pouco trilhados, com pouco direcionamento sobre o percurso, sobre o destino final, para onde se vai, geralmente traz insegurança e inquietações: afinal, como seria o trabalho da psicologia na assistência social? Deparar-me com um campo novo de trabalho, a atuação da psicologia no SUAS, foi como estar em um caminho, em uma estrada com pouca orientação. Considerando o alto desenvolvimento tecnológico de hoje, com o GPS, o caminho seria facilmente dado, pronto, em um percurso facilitado, sem muito questionarmos, o trajeto seria projetado. Um caminho com GPS geralmente não produz dúvidas, tudo já está prontíssimo para a caminhada: é só seguir. Penso esta dissertação como uma estrada. Entretanto, com muitos questionamentos sobre os caminhos e as direções a serem tomadas.

Atuar como psicóloga na Assistência Social, sem GPS, trouxe uma série de dúvidas: para onde ir? Leste, oeste, norte ou sul? Não foi fácil decidir por uma direção. A única pista que tinha inicialmente era, sem GPS, somente prestar atenção no magnetismo¹ dos caminhos a trilhar, como uma bússola procurando seu norte ou sul. As dúvidas surgiam como obstáculos a ultrapassar nessa caminhada, como se se desbravasse caminhos antes pouco trilhados: um profissional da psicologia na política pública de assistência social.

Como um caminho orientado por uma bússola, dentre as várias situações envolvendo dúvidas nas ações a desenvolver, sobre o papel da psicologia na assistência social, sobre a metodologia de trabalho, produziu uma questão-problema, norteadora da pesquisa aqui desenvolvida. A bússola surge com suas funções orientadoras de percurso, por não se tratar de verdades impostas, trazendo um olhar que problematiza um pensamento crítico em que a atuação da psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passa a ser pensada e discutida. Um caminho direcionado por um GPS traria um trajeto pronto, só bastando seguir, apresentando as diretrizes a serem seguidas, com os locais de partida e chegada já

¹A bússola funciona via magnetismo e é um objeto que marca os pontos cardeais, combinando o magnetismo de sua agulha com o magnetismo da Terra. Considerando que a Terra é um grande ímã com um campo magnético, com seus polos no Norte e no Sul. A agulha também possui um pequeno ímã que, quando seus ponteiros magnetizados estão livres, é atraída pelo magnetismo do Norte e do Sul da Terra. Bem como a bússola indica o Norte para direcionar geograficamente um viajante, assim foi também para mim, que busquei uma orientação para direcionar meus trabalhos como psicóloga no SUAS, caminhos estes tão pouco trilhados. O objeto de pesquisa surge também a partir daí: de inquietações sobre a prática do psicólogo no SUAS, nos caminhos que trilhei e que ainda trilhar.

estabelecidos, sem questionar o percurso, o caminho, metaforicamente falando, o “como” o psicólogo realiza suas intervenções no SUAS. Pensar o percurso, no como as relações são problematizadas nesse trajeto, traduz estadissertação com enfoque de analisar o presente, o acontecimento, baseando-se em como faz Foucault, em sua maneira de pensar a atualidade (Foucault, 2010a), exposta mais adiante.

A partir dessas colocações, retomo a minha pergunta-bússola: *como o profissional da psicologia relaciona-se com a noção de perigo junto a política nacional de assistência social?*

Entretanto, antes de se entrar no caminho escolhido para problematizar a atuação do psicólogo, seria interessante observar o mapa deste trajeto.

Minha atuação como psicóloga na assistência social com poucos recursos de localização para um trabalho no SUAS considerou que nessa época eu ainda pensava a atuação do psicólogo nos moldes de atendimento clínico tradicional; ou seja, eu achava que tinha um bom GPS e deveria usá-lo. Ressalta-se ainda o fato de que meu trabalho assumido em um concurso público municipal da assistência social, de 2002, trazia como funções do psicólogo realizar psicodiagnósticos dos indivíduos atendidos, bem como oferecer psicoterapia aos usuários da assistência social ou orientações clínicas às famílias sobre dificuldades escolares, por exemplo. Em uma postura questionadora da realidade, em tempos de dúvidas sobre a maneira de se trabalhar no SUAS como psicóloga, busquei trabalhar experimentando, trilhando, errando, reconduzindo, brigando, contribuindo... Indo e indo...

“Reconduzir” foi o melhor verbo que encontrei para caminhar novamente, visto que já estava trabalhando no SUAS, assumindo minha função em 2003 até 2007, quando alguns materiais sobre a atuação do psicólogo na assistência social passaram a ser publicados, refletindo resultados de pesquisas já sendo realizadas em todo o Brasil, frutos de questionamentos, indagações e tentativas de compreensões sobre qual o caminho a seguir nas intervenções com os usuários e famílias do SUAS. Destacam-se aqui trabalhos como os realizados pelo Conselho Federal de Psicologia, através do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CFP, 2007), que publicou somente neste período um material sobre a atuação do psicólogo no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); os materiais sobre o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) foram publicados somente em 2009 e 2012 (atuação em medidas socioeducativas em meio-aberto hoje também executados pelo CREAS) com os resultados de pesquisas feitas com psicólogos do Brasil todo sobre suas atuações. Esta iniciativa surgiu após vários

pedidos de profissionais acerca de orientações sobre como trabalhar no SUAS. Os Conselhos Federais de Serviço Social e de Psicologia também elaboraram outro material em 2007 sobre a atuação de ambas as categorias profissionais que trabalham no SUAS.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 (Brasil, 1993, p.1) traz de forma geral, os objetivos das políticas de assistência social:

I - a proteção social, que visa a garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) à promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida pela sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Nos outros artigos da LOAS, as expressões "atendimentos em entidades", "prestação de serviços" nas proteções básica e especial também não especificam muito sobre o trabalho dos técnicos, deixam em aberto as ações nas políticas de assistência social, muito menos do trabalho do psicólogo. Em 2004, uma deliberação que regulamenta a Política Nacional da Assistência Social, a PNAS (Brasil, 2005), regulamenta a Norma Operacional Básica do SUAS, a NOB-RH/SUAS, trouxe princípios e diretrizes para o trabalho dos técnicos da assistência social, ainda de forma vaga pois traz a previsão do desenvolvimento de serviços para "prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (Brasil, 2005, p. 33) ao falar da proteção social básica e quanto à proteção social especial, relata demandar intervenções em problemas específicos nas situações de risco, provendo desde o acesso das famílias em serviços de apoio e sobrevivência, até "sua inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade" (Brasil, 2005, p. 37). Em outra parte do texto, pontua sobre prestação de serviços que requerem "acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas".

Outros resultados de pesquisas surgiam depois, colaborando com minha reflexão que, até então, foram feitos em uma perspectiva vinda da psicologia tradicional, que "atende" as pessoas, como em um consultório.

Embora a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) fosse outorgada em 1993, seus equipamentos para os atendimentos à população foram regulamentados somente nos 10 anos posteriores. A LOAS surge em um período após a Constituição Federal de 1988, normatizando as políticas e os mecanismos operacionais da assistência social no Brasil. O histórico do SUAS é expresso mais adiante.

De formações curriculares individualistas e psicopatologizantes, a psicologia não foi preparada academicamente para atuar no SUAS. Várias mudanças ocorreram nas grades dos centros de formação, porém as alterações foram relativamente recentes e ainda se comparada à carga horária das disciplinas tradicionais, os avanços existem, mas são poucos.

Miron e Guareschi (2013, p. 120) trazem a questão:

Entendemos que a psicologia entra na política de assistência carregando consigo pelo menos dois discursos diferentes que colocam em funcionamento mecanismos de produção de saber e sustentam estratégias e práticas. Um deles, comum às Ciências Humanas concebidas na modernidade, preserva ideais de neutralidade, teorias generalistas, práticas baseadas em modelos universais e polarização entre indivíduo e sociedade. O outro, mais contemporâneo, postula uma atuação política em defesa das minorias, práticas contextualizadas, situadas e comprometidas com a realidade, a partir de uma visão que se pretende integradora e multidimensional. A tensão que advém desses paradoxo pode ser encontrada facilmente no exercício da psicologia no campo da assistência social e muitas vezes é resolvida com um retorno às práticas psicológicas tradicionalmente reconhecidas.

Pois bem, ao me encontrar em controvérsias sobre minha atuação, passei a buscar mais informações que auxiliassem nos trabalhos do conhecimento da psicologia no campo da Assistência Social citando as documentações sugeridas pelo Conselho Federal de Psicologia, através do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CFP, 2007, p. 17):

A atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas...Uma psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos.

Neste ponto, cabe-nos um questionamento, ao situar a psicologia em um patamar de comprometimento com uma "transformação social". Parece que ao psicólogo é dado o dever de contribuir, uma responsabilidade, transformando socialmente, colocando as ciências *psi* a serviço de modificar oprimidos, apontar deficiências entre tantas "tarefas" que a psicologia assumiu e, a partir do momento em que se apontou um "problema", a psicologia é chamada

então a lidar com situações em que suas técnicas interventivas julgadas importantes, lidando com a questão da subjetivação, como apontar os perigosos, propor estratégias de modificação de comportamento com a população, etc. Foucault (1999b) problematiza uma reflexão sobre o século XIX, cujo período em que o homem passa a ser visto, sob o olhar das ciências humanas em que o "problema-homem" passa a ser considerado, também implicando considerar suas emergências históricas com propostas científicas visando uma espécie de equilíbrio social, principalmente a partir da Revolução Industrial.

As orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) fornecem informações sobre os trabalhos de intervenção junto à população, dependendo dos tipos de proteção a serem alcançados, explicados mais adiante. Entretanto as ações referem-se à atendimentos psicossociais, elaborações de relatórios, trabalhos interdisciplinares com outros técnicos do SUAS, visitas domiciliares, ações envolvendo potencialização da autonomia do usuário e sua família ou atuando junto à situação de violação de direitos. Também inclui auxiliar na identificação de situações de risco e vulnerabilidades atuando tanto na prevenção quanto no auxílio de reparação de violação de direitos.

Com alguns importantes esclarecimentos quanto à atuação, a recondução de minhas práticas foi iniciada, porém alguns novos questionamentos também surgiam, fomentando as questões a serem problematizadas nesta pesquisa, cuja abordagem metodológica indica um preparo para a “viagem” pretendida por qualquer viajante. A pesquisa genealógica tendo a experiência como método surge como orientação do pensamento, compondo o problema de pesquisa a ser investigado.

Ao citar Nietzsche, Bataille, Blanchot, Foucault (2013b, p. 291) expõe que não se propôs a fazer filosofia levando sugestões aos outros do que se tem ou não que fazer. Relatou que, ao contrário da fenomenologia que se propõe a uma reflexão olhando um objeto qualquer do cotidiano, para daí tirar análises, ao contrário, preferiria abordar a experiência tentando chegar "a um certo ponto da vida que seja o mais perto possível do não passível de ser vivido". Relata que a experiência em Nietzsche, Bataille e Blanchot "é uma empreitada de dessubjetivação": nessa inspiração, Foucault relata que sua concepção de experiência visa a arrancar-se de si mesmo, a se impedir de ser ele mesmo.

Ao colocar minha experiência como psicóloga atuando e ao mesmo tempo pesquisando minha própria atuação, coloco-me em uma posição de resistência ao observar as sobreimplicações incluídas nesse processo: uma posição de entre-olhares. Ao me perceber envolvida em uma equação que envolve os poderes de polícia em que o psicólogo está

inserido na noção do perigo para assistência social, aproveito minha experiência para fomentar novas problematizações resistindo a não deixar de pensar sobre as relações de poder envolvidas em campos de força que constituem a ciência da psicologia.

O preparo para se fazer o percurso estará sob o olhar da genealogia, no tocante à maneira como o método é descrito por Foucault (2008b). Para ele, os eventos ou acontecimentos serão objetos de reflexão. Os principais conceitos operadores escolhidos para problematizar a noção de perigo no SUAS, vão ser norma, risco e vulnerabilidade; entretanto, na mesma linha de reflexão, estarão os conceitos de dispositivos de segurança, governamentalidade, razão de Estado, biopolítica e também o conceito de *homo oeconomicus* e sua relação com a problematização sobre as famílias do SUAS.

Busco também outras ferramentas teórico-metodológicas, utilizando-me de referenciais bibliográficos para uma compreensão sobre as questões envolvendo a construção da noção do perigo e sua relação com o gerenciamento das famílias atendidas pelo SUAS. Nesse sentido, o método da genealogia expresso por Foucault situa o acontecimento “perigoso” nas sociedades liberais como algo digno de ser calculadamente previsível, tendo essa dissertação relacionado o SUAS e seus modelos de família objetivados como perigosas.

Problematizar a relação entre o perigo no SUAS com as intervenções feitas às famílias, fez-me pensar em como minha própria atuação estava auxiliando na construção das noções de perigo. Uma problematização envolvendo as técnicas de governo utilizadas nos equipamentos públicos para “policiar” a população e, com isso, atuar em nome do bem-estar social de todos, em nome de uma transformação social, “para defender a sociedade”, explorando a ideia de Foucault.

Nesta dissertação, que traz a ontologia do presente, em que Foucault pensou em certos elementos do presente para serem problematizados (Foucault, 2010a), não se tem a pretensão de mobilizar respostas certas ou erradas para as questões trazidas aqui, pois o foco recai em como se produzem as questões e os efeitos que elas implicam ao serem produzidas. Primeiramente trago uma compreensão sobre o método a ser abordado, a genealogia, como uma compreensão sobre a força política do saber.

Esclarece-se também sobre a forma como se problematiza a realidade, sobre os questionamentos que podemos fazer em dado momento histórico, nos perguntando quem somos, como os acontecimentos traduzem as emergências postas no campo social, contrariando as leis universais de que “tal coisa é assim e pronto”. Esta maneira de produção o

conhecimento dará condições para que o método escolhido para a pesquisa, em que reflete a ontologia do presente, cujos eventos ou acontecimentos traduzem uma maneira de perceber o como a realidade opera com nossa forma de lidar com as situações do cotidiano. Virgínia Kastrup (2007, p. 22) traduz que as filosofias baseadas na ontologia do presente são as que percebem o atual como passível de transformação, de redefinição, ao contrário das vertentes na analítica da verdade que trabalham o conhecimento com a existência de limites cujas fronteiras não podem ser ultrapassadas.

Assmann & Nunes (2007, p.3) ao tentarem expor sobre a genealogia expressa por Foucault relatam que:

Para o genealogista, é inconcebível sustentar a possibilidade de ‘respostas inabaláveis’ ou de uma saída definitiva – quer se trata de uma teoria social tradicional ou transformadora – para as grandes questões atuais que dizem respeito ao conjunto social em toda sua complexidade política. A crítica genealógica, desta forma, não se apresenta como uma ‘solução’, tão pouco como um novo plano político ou social, ante as desventuras do projeto moderno no século XX.

Como bem também escreve o próprio Foucault (1979) sobre a genealogia, concebendo-a como um tipo de perspectiva que aborda a história para analisar eventos, acontecimentos, movimentos, discursos, sem se atentar somente ao período histórico, tradicionalmente dividido linearmente. Assim, ele pensou sobre a loucura, a sexualidade, as prisões, os saberes científicos, os inquéritos, o liberalismo, a escassez alimentar, a psiquiatria, a medicina, independentemente dos períodos datados em que estes eventos eram “observados”, problematizando-os nas relações de saber-poder surgidas, nas técnicas de subjetivação mobilizadas como forma de governamentalidade. Percebe-se uma busca por fragmentos, objetos, eventos ou acontecimentos, ao invés de procurar os “períodos” da história. A genealogia não busca a ordem cronológica dos fatos, mas as forças e as lógicas que produzem determinados acontecimentos.

Uma pesquisa genealógica, segundo Ferreira Neto (2008, p. 10) vai além de apenas uma revisão bibliográfica acompanhada de uma "verificação no campo", para que se confirme dados ou se aplique uma teoria. No caso desta dissertação, a questão focaliza uma problematização sobre a produção do perigo incluindo a prática do psicólogo na assistência social.

2.1 Preparando a viagem: a estrada segue para o SUAS...

Em uma problematização de cunho pós-estruturalista em que Michel Foucault traz uma problematização sobre o presente visto a partir de eventos, lutas, disputas, contextualizações diversas, sua noção de “acontecimento” torna-se extremamente importante.

Castro (2016) traz algumas percepções de Foucault sobre acontecimento, descritas em pelo menos quatro sentidos diferentes. No primeiro sentido, Foucault traz a questão da novidade histórica, que acabam por fomentar novas formas de regularidades, com novos discursos inaugurados (dispositivos, práticas em geral). O segundo sentido que Castro observou em Foucault, diz respeito ao acontecimento em certo sentido oculto, como se algumas práticas acabam por possibilitar outras formas de se pensar algo: um evento ou acontecimento que leva a outras maneiras de se problematizar alguma coisa. Foucault acaba por observar os eventos na história, sem cair na velha “tradição” universal de pensar a história por períodos pré-definidos. Temas como sexualidade, loucura, as revoltas das Revoluções, a prisão, a medicina, são postos de uma forma transversal à história: a problematização de Foucault traz uma reflexão sobre como seria assumir a descontinuidade das regularidades percebidas na história.

No terceiro sentido identificado ainda em Castro (2016), referente à noção de acontecimento em Foucault, traz as relações de força, de luta, de táticas, com influência do pensamento de Nietzsche, como as experiências do acaso: a liberdade como experiência do limite, dos entusiasmos das lutas como eventos, por exemplo, das Revoluções, com projeções de um campo de possibilidades. Aqui, tem-se o conceito de acontecimento avizinado com o conceito de atualidade que desatualiza o hoje, o atual, sobre quais elementos do presente que nos mantém em um outro movimento diferente do passado e do futuro; que nos coloca em um campo de possibilidade visto que interrogar o acontecimento, nos situa em um presente que não é dado em um processo linear. Por isso a influência de Heidegger nos escritos de Foucault em suas implicações existencialistas, sobre o que nos tornamos, sobre nossos campos de possibilidades, sobre como concebemos nossos limites, lidamos com nossas escolhas e autonomias.

O quarto sentido sobre a noção de acontecimento para Foucault em Castro (2016) refere-se ao verbo “acontecimentalizar” como método de trabalho histórico, com a utilização da arqueologia para pensar sobre as manifestações históricas, buscando “singularidades” onde se busca uma constância histórica; procura observar os vários processos incluídos nos acontecimentos, inclusive os princípios de inteligibilidades envolvidos neles. Vê-se também

em Foucault a influência de Kant com seus questionamentos filosóficos modernos acerca da atualidade.

Nesta parte da estrada, tem-se uma reflexão sobre o SUAS como acontecimento, porém alguns eventos históricos da luta por direitos que envolveram movimentos sociais mundialmente importantes como a Revolução Industrial (1769), a Revolução Estadunidense (1776) e a Revolução Francesa (1789) questionaram a realidade daquela época: homens, mulheres, negros, trabalhadores, etc, em busca de ideais projetados de liberdade, melhores condições de vida, de trabalho, de igualdade, de direitos humanos, lutas reverberadas no mundo todo. Questionamentos sobre a atualidade tendo como urgência de governo o SUAS e suas relações sobre a produção de perigo pela psicologia sob as famílias atendidas e policiadas, desatualiza o hoje e questiona a atualidade, independentemente do histórico de luta por direitos humanos.

Destaca-se também no século XVIII, a questão da intervenção da medicina moderna com deslocamento econômico e higienista, com tecnologias de controle tendo como alvo a grande massa populacional surgida na sociedade ocidental. Com funções de mantenedores da ordem, a polícia médica adquire importância ao passo que ela se propõe a responder as urgências frente ao urbanismo, como por exemplo, a doença dos pobres relacionando-as com a necessidade de produção mercantilista, a higiene das cidades e a necessidade de manter a força de trabalho da população. Segundo Foucault (1979, p. 195), houve um deslocamento dos problemas de saúde em relação às técnicas de assistência que, antes do século XVIII pareciam ser asseguradas por instituições de caridade dentro dos limites das organizações: os cuidados pela ciência médica com a doença do necessitado passam a propor esquadrinhamentos da população, mobilizada a responder pela necessidade do capitalismo de fortalecer economicamente o Estado. A necessidade de mão-de-obra trabalhista forte, de um *homo oeconomicus* como moeda de troca para produzir fluxos de renda, surgindo assim, as tecnologias de normalização populacional. Um alvo preciso passa a ser o pobre "válido", transformado em mão-de-obra útil com também uma preocupação com sua validade útil.

Um outro ponto na medicina moderna e sua política de saúde que se delineia no século XVIII inclui o fato de que com sua intervenção com a grande massa populacional, o Estado passa a mobilizar o campo dos direitos e deveres dos indivíduos, assegurando-lhes sua saúde, entrando aqui as propostas biopolíticas da população.

Ao considerarmos o contexto brasileiro do SUAS, preferimos contextualizar preferencialmente a construção histórica do Brasil na busca por direitos, antecedendo a promulgação do SUAS.

Abordando o cenário brasileiro, Cruz & Guareschi (2014, p.17) relatam:

Traçar a trajetória da política da assistência social no Brasil implica, necessariamente, fazer um recorte histórico com enfoque no Brasil Republicano. Se compararmos com a experiência internacional, não podemos falar de Bem-Estar no Brasil. Contudo, a literatura especializada em políticas sociais aponta os anos 30 do século XX como o período em que o Estado passou a intervir nas relações entre capital e trabalho, pois, como país capitalista periférico, ingressa tardiamente no mundo industrial. Até então, a assistência social foi realizada a partir de iniciativas pontuais e não como uma concepção de política. As práticas assistenciais foram reguladas pela filantropia, inicialmente através da Igreja – principalmente católica – e depois pelo Estado, deixando profundas raízes...

Considerando os três primeiros séculos do Brasil, fundado em 1500, como sendo os séculos XVI, XVII e XVIII, com o seu histórico de escravidão, dependência europeia e estilo de colonização baseado na exploração territorial, percebe-se o quanto as Revoluções Francesa, Estadunidense e Industrial também trouxeram reflexos e consequências na área dos direitos civis brasileiros, caracterizada por uma persistente dificuldade para a efetivação dos direitos. Além disso, o século XX, para o Brasil que, ao ser comandado por governos de características populistas, desenvolvimentistas, nacionalistas, democráticas ou ditatoriais, nos períodos de 1930 a 1999, carrega marcas como governos que tenderam a tratar a assistência social de forma ambivalente, como pesquisado por Couto (2004, p.168):

Embora os discursos oficiais das épocas buscassem legitimar os projetos de governos por meio do sistemático chamamento da população para a sua aprovação, as ações governamentais basicamente se conformavam em atender aqueles que não eram considerados cidadãos, mas sim clientelas, traduzidos pelos mais diversos adjetivos, como carentes, descamisados, entre outros. Foi na esteira desse caráter ambivalente que a assistência social foi se consolidando como política social no Brasil.

Destaca-se também os períodos de primeiro-damismo a partir da década de 40, segundo Mestriner (2001, P. 107) que, com a criação da Lei Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, inaugura a benemerência do Estado, avizinando a assistência social com o primeiro-damismo na Era do Presidente Getúlio Vargas:

Desloca-se o papel direto do Estado, que assume dupla figura: uma mediada pelas organizações filantrópicas, outra pela bondade da mulher do governante. Dentro do princípio de subsidiariedade, o governo começa, de

forma intuitiva, a estimular o voluntariado, especialmente o feminino, por intermédio das amigas da primeira-dama e dos governos de estados.

Mestriner (2001, p. 106) esclarece ainda que, nesta época, o Brasil, mobilizado pelo fato de ter entrado na Segunda Guerra Mundial, criou a LBA, valendo-se da necessidade de incentivar o trabalho civil, feminino e de elite, em apoio ao esforço nacional por conta da Guerra.

Aqui já assinalo um importante elemento de análise. Nesse momento, já se começa a pensar em um modelo de família pretendido ao se reinventar o acontecimento de primeiro-damismo na sociedade brasileira. O campo da assistência passa a ser, nesse momento, configurado não apenas vinculado à caridade das instituições religiosas, mas aos cuidados atrelados à imagem da mulher. Ou seja, a mulher é vista como aquela que sabe naturalmente fornecer cuidado, assistir, praticar caridade, entendendo essas características associadas ao feminino e à maternagem, enfim, ao que se espera que uma mulher possa fazer sendo esses aspectos exclusivamente seus, porque provenientes de uma natureza biológica. Essa ideia possibilita pensarmos o que a sociedade brasileira espera da mulher e de como a família brasileira deve estruturar-se. Além disso, como será descrito posteriormente na análise da dissertação, hoje novamente o cenário brasileiro encontra-se uma primeira-dama jovem, com ensino superior, porém que não trabalha fora de casa, pois se dedica a ser “recatada, bela e do lar”, que é recrutada a atuar com as famílias prioritárias da política pública de assistência social, através do “Projeto Criança Feliz”, projeto do governo federal para atuar. Por ora, cabe apenas assinalarmos essa questão aqui.

Até que a Constituição Federal de 1988 legitimasse o papel do Estado na garantia dos direitos sociais, alguns movimentos regulatórios avançaram para que isso ocorresse. Sua importância histórica tomando a política pública e não mais a caridade, a filantropia ou o primeiro-damismo em primeira instância, traduziu um outro contorno ao cenário da assistência social.

Entretanto a questão do direito social do cidadão desenvolvido em ações caritativas do assistencialismo passa a apresentar um tensionamento, uma porosidade entre a noção do direito e o assistencialismo: o cidadão passa a ter direito, porém, ao adquiri-lo, passa a se assujeitar a algumas normas, características comuns nas sociedades ocidentais, não somente falando do contexto brasileiro. E aqui, mais uma vez, percebemos o surgimento da noção de perigo: ter direito envolve um assujeitamento a leis e normas para continuar tendo esse direito

e o cidadão passa a ser perigoso, se não segue esses princípios. O "ter acesso" é justamente uma estratégia que se justifica pelo perigo.

Foucault (1999a, p. 45) relata que:

Um direito da soberania e uma mecânica da disciplina: é entre esses dois limites, creio eu, que se pratica o exercício do poder. Mas esses dois limites são de certa forma, e são tão heterogêneos, que nunca se pode fazer que um coincida com o outro. O poder se exerce, nas sociedades modernas, através, a partir do e no próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina.

Como início regulatório do SUAS, tem-se tanto a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 quanto posteriormente a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) em 2004 (Brasil, 2005).

A LOAS traz de forma genérica os objetivos e diretrizes da assistência social no Brasil com diversos artigos que regulamentam os trabalhos técnicos com a população brasileira, oficializando-se como instrumento de lei após a Constituição Federal do Brasil de 1988, entretanto a PNAS de 2005 instrumentaliza melhor os equipamentos na operacionalização do SUAS com a população. Tem-se como exemplo a citação dos centros de atendimento à população (CRAS e CREAS), os níveis de proteção adotados pela assistência social na LOAS, porém a descrição mais detalhada de cada equipamento, cada serviço, os itens de cofinanciamentos por parte dos poderes públicos, são feitos com mais esclarecimentos somente na PNAS (Brasil, 2005). Foi interessante observar que a lacuna aberta entre a promulgação da LOAS e a PNAS talvez tenha culminado uma série de dúvidas nos operadores da assistência social inclusive em meu trabalho, analisando minha implicação para a pesquisa.

Uma ferramenta conceitual importante surge no meio deste caminho, também problematizada por Foucault (2008a), trazendo uma reflexão sobre a razão de Estado e sua "arte de governar". Com cálculos de inteligibilidade, a razão de Estado traduz a investida do pensamento político, melhor explicitado por Foucault (p. 344):

A razão de Estado é a própria essência do Estado, e é igualmente o conhecimento que possibilita, de certo modo, acompanhar a trama dessa razão de Estado e obedecer a ela. É portanto uma arte, com seu lado prático e seu lado de conhecimento... Trata-se essencialmente, nessa razão de Estado, por essa razão de Estado, de identificar o que é necessário e suficiente para que o Estado exista e se mantenha em sua integridade, se preciso for, caso seja necessário e suficiente para restabelecer essa integridade, se ela vier a ser comprometida.

Foucault (2008a) ainda problematiza que essa maneira de conduzir está articulada fortemente a essência-saber que, colocando as várias áreas das ciências a serviço da governamentalidade, dimensiona fortemente o Estado em uma posição de controle operante.

Tendo como medida regulatória do Estado tem-se como uma deliberação que oficializa o SUAS, após a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, a resolução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, dividindo os equipamentos públicos em níveis de proteção à população.

Entretanto até então, a presença das ações ligadas à assistência social como ações estatais apareciam com nomenclaturas variadas, sem continuidade intensificada (Brasil, 2013b), caracterizada com uma lateralidade à alguma secretaria municipal, a algum conselho ou até a algum grupo ligado à primeira-dama. Foi somente em 1974 que o primeiro órgão federal ligado à gestão estatal direta foi instituído, porém com as ações da LBA ainda ativas, os recursos federais eram destinados à própria LBA, ficando a política pública da assistência social atrelada ainda à uma fundação assistencialista.

Com a Constituição de 1988 e a LOAS de 1993, as interlocuções públicas estatais foram gradativamente instauradas, embora nem todos os órgãos federativos incluíam a assistência social como campo de política social em sua organização administrativa, mas somente de atividades e ações (Brasil, 2013b), totalizando assim, 11 anos até a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 (Brasil, 2005) junto com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

Foucault (2010b, p. 172) relata que:

Uma relação de um Estado com a população, se faz, essencialmente, sob a forma do que poderíamos chamar de "pacto de segurança"...É certo que esse pacto de segurança não pode ser do mesmo tipo que o sistema de legalidade pelo qual, antigamente, um Estado podia dizer: 'Escutem, serão punidos se fizerem tal coisa, e não serão, se não o fizerem'. O Estado que garante a segurança é um Estado que está obrigado a intervir em todos os casos em que a trama da vida cotidiana é rompida por um acontecimento singular, excepcional. De repente, a lei não está mais adaptada; de repente, são necessárias essas espécies de intervenções, cujo caráter excepcional, extralegal, não deverá parecer como signo do arbitrário nem do excesso de poder, mas ao contrário, de uma solicitude...Esse lado de solicitude onipresente é o aspecto sob o qual o Estado se apresenta. É essa a modalidade de poder que se desenvolve.

Considerando a lentidão na efetivação das políticas públicas da assistência social, como estratégias vindas do histórico de assistencialismo perduram até hoje, mesmo com alguns anos de atividade. A identidade da assistência social como uma política de direitos não mais voltada a “dar comida e cobertor aos pobres”, em determinados momentos torna-se difícil de superar (Brasil, 2013b, p. 35):

Ocorre, não raras vezes, uma ‘lógica ilógica’ de gestão que toma a assistência social como um *locus* onde diferentes políticas sociais buscam a supressão das privações causadas pela desigualdade social. Essa identidade difusa faz da assistência social o lugar da fralda (infantil ou geriátrica), do remédio, da prótese, da cadeira de rodas, da dentadura, dos óculos, do documento, do transporte, do alimento, do teto emprestado, do contraturno escolar, enfim de um sem número de coberturas pontuais, não equacionadas pelas políticas de saúde, educação, habitação, transporte entre tantas outras.

Foucault (2008b, p. 195) ao problematizar as ações vindas do neoliberalismo, relacionando-as com os mecanismos de concorrência do mercado, traz mecanismos de análises para discutir a lentidão na efetivação da política pública:

Em linhas gerais, é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos, é preciso que os preços também subam e desçam, para que as regulações se façam...Uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, ela deve deixar a desigualdade agir.

Um Estado também traz mecanismos de controle da sociedade quando passa a necessitar de processos lentos de efetivação de direitos, produzindo igualdade também dos desiguais. Um Estado forte também é um Estado que produz controle sobre seus desamparados, desempregados, etc, vendo a lenta efetivação de direitos como estratégias de governamentalidade.

Até então, meu trabalho como psicóloga em instituições públicas de assistência social que atendiam crianças e adolescentes, estava ligado a realizar psicodiagnóstico, psicoterapia individual ou em grupo, prestar atendimentos psicopedagógicos com elaboração de laudos para escolas em que algumas crianças estudavam, além de fomentar trabalhos de orientação vocacional para os adolescentes e orientações clínicas às famílias. Em paralelo a toda a implicação clínica e escolar, eu realizava grupos temáticos sobre trabalho infantil, violência, orientações sobre o desenvolvimento humano, fortalecimento familiar, etc. Embora as ações da psicologia na assistência social tenham mudado, até hoje usuários procuram os CRAS solicitando esses tipos de serviço além de constantes pedidos de cestas básicas, cadeiras de

roda, etc, ou até mesmo nos CREAS pedindo serviços de psicoterapia. Sendo tanto o CRAS quanto o CREAS, equipamentos do SUAS, serão explicitados no subcapítulo a seguir, ao apresentar mais detalhadamente o SUAS.

Ao explicitar mais detalhadamente as ações em meu método-experiência, sigo contextualizando o SUAS no capítulo seguinte, buscando uma problematização sobre a noção do perigo em minha prática de trabalho ao policiar as famílias atendidas.

2.2 Pausa para o descanso...que descanso? A estrada é longa... O SUAS aparece pela frente

Os serviços socioassistenciais do SUAS, atualmente, atuam seguindo algumas referências, explicitados na PNAS (Brasil, 2005, p. 39): vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

A vigilância social produz dados, os sistematiza e traduz os índices por territórios de situações de riscos e vulnerabilidades sobre as famílias. Alguns documentos sobre o SUAS trazem o termo "vigilância social" ao passo que em outros usa-se "vigilância socioassistencial" embora o significado seja o mesmo. A proteção social traduz um eixo que visa segurança de sobrevivência ou de autonomia e rendimentos, que pode incluir benefícios eventuais ou continuados como os programas de transferência de renda. Aqui também entrarão os serviços que visam o fortalecimento da convivência familiar, como por exemplo, os grupos realizados pelo CRAS. Um outro eixo dentro da proteção social, inclui a segurança de acolhida, para as famílias e indivíduos que tiveram ameaças ou rompimentos de convivência familiar ou social. E por fim, a última referência das frentes de trabalho do SUAS (Brasil, 2005, p. 40), a defesa social e institucional, traduz a premissa de que todo usuário tem direito ao acesso às informações sobre seus próprios direitos, sobre seus direitos de dignidade de atendimento e seus direitos de protagonismo.

Anteriormente a expor mais detalhadamente sobre as ações do SUAS, achei importante para uma melhor compreensão, trazer definições sobre risco e vulnerabilidade, tão comumente confundidos conceitualmente. Os documentos oficiais do SUAS trazem em vários momentos, as situações em que se considera “risco” ou “em vulnerabilidade” para que as intervenções ocorram. Isso é um elemento importante a ser considerado, uma vez que, então, risco e vulnerabilidade tornam-se dispositivos de ações relativas à governamentalidade no campo da assistência.

É muito comum que se confunda ambos os conceitos visto que em várias circunstâncias uma questão está aproximada à outra. Percebe-se que na Política Nacional de Assistência Social esta diferença não está muito clara, considerando que os termos não são explicitamente abordados em seu significado na PNAS (Brasil, 2005, p. 16):

A opção que se construiu para exame da política de assistência social na realidade brasileira parte então da defesa de um certo modo de olhar e quantificar a realidade a partir de: ...uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com

menos dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los...A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem.

Etimologicamente, vulnerabilidade significa *vulnerare*, em latim traduzido para “ferir ou penetrar”, associando-se com suscetibilidades. O termo risco pode ser traduzido como “possibilidade de perigo, incerto mas previsível”, como se já houvesse suposição de que algo perigoso vai acontecer (Michaelis, 2015). No risco, há possibilidade de ter perigo e na vulnerabilidade já se tem uma situação perigosa. No caso, a seguir veremos, que o risco tende a ser entendido como uma possibilidade em geral, enquanto a vulnerabilidade dirige-se a uma possibilidade localizada em um determinado território.

Vulnerabilidade pode se referir às características biológicas, econômicas, sociais, de etnias, de raça ou orientação sexual, mas passa a ser construído subjetivamente, ao se eleger certas parcelas da população que se considera vulnerável ou não. Aqui o destaque vai para a construção do que é considerado vulnerável, sobrepondo-se ao que se imagina como óbvio em nosso imaginário popular.

Ao citar Cutter (*apud* Pereira e Souza, p.6), os referidos autores relatam que a vulnerabilidade é considerada tanto um risco biofísico quanto um consenso social, considerando também uma determinada área geográfica, na qual podem estar tanto pessoas, locais ou espaços sociais onde as pessoas estão mais vulneráveis. Em sua linha de investigação, a vulnerabilidade se destaca pela existência de um risco, pela incapacidade de responder a um risco e inabilidade de adaptar-se ao perigo. Assim, o perigo parece entrar em uma espécie de equação em que o resultado é uma prescrição de vulnerabilidade.

O material de orientações técnicas sobre o CREAS (Brasil, 2011) traz a concepção de Sposati (2001) sobre risco social, ao definir (p. 14):

Relaciona-se com a probabilidade de um evento acontecer no percurso da vida de um indivíduo e/ou grupo, podendo, portanto, atingir qualquer cidadão (ã). Contudo, as situações de vulnerabilidades sociais podem culminar em riscos pessoais e sociais, devido às dificuldades de reunir condições para previni-los ou enfrentá-los, assim, ‘as sequelas podem ser mais ampliadas para uns do que para outros’.

Hillesheim & Cruz (2016, p. 244) ao contextualizarem o termo risco relacionando com os objetivos da proteção social das políticas públicas de assistência social, citando também a PNAS (Brasil, 2005), concluem que "as políticas públicas de assistência social se constituem

como alvo dos saberes/poderes modernos, sendo que uma das funções dos profissionais nesse campo é a identificação e, então, o gerenciamento do risco".

No SUAS, nas abordagens das situações de risco e de vulnerabilidade, as ações são separadas por três níveis de proteção: baixa, média e alta, sempre levando em consideração, a matricialidade familiar como primeiro núcleo a ser considerado pela política de assistência social. Segundo o PNAS (Brasil, 2005), houve um aumento considerável no número de famílias com mulheres como pessoas de referência familiar ao longo dos anos. Outro dado analisado (Brasil, 2005, p. 22) pelo documento refere-se também ao aumento do número de adolescentes grávidas e idosos nas famílias. Além disso, o percentual de baixa escolaridade na infância e adolescência ficava maior nas famílias de baixa renda em comparação com famílias com poder aquisitivo maior. A análise sob o trabalho infantil e pessoas portadoras de deficiência também apontavam essas especificidades como necessárias para intervenções do SUAS.

As ações de baixa complexidade objetivam mais a prevenção de direitos, com atividades que potencializam a autonomia, informam e orientam sobre garantias de direitos diversos. São ações que comportam intervenções com famílias em que os vínculos familiares estejam protegidos, ao contrário das proteções de média e alta complexidade, expostas mais além.

É interessante observar o que a descrição sobre o impacto social esperado nos serviços de proteção de baixa complexidade (Brasil, 2009b): “projeta expectativas que vão além das aquisições dos sujeitos que utilizam os serviços e avançam na direção de mudanças positivas em relação a indicadores de vulnerabilidades e de riscos sociais” (p. 5). São serviços de proteção social básica que tentam identificar dificuldades e potencialidades dos usuários utilizando-se da busca ativa para isso, além de organizarem grupos de convívio por idades. Também acabam sendo o eixo norteador das ações de um determinado território na área de assistência social e comumente possuem laços de trabalho com órgãos da saúde, cultura, educação e esporte da região atendida. Fazem parte da proteção social básica, os chamados CRAS, identificados como Centros de Referência de Assistência Social, equipamentos com subdivisões de serviços como o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Nos CRAS também são ofertados cursos de qualificação profissional à população.

Minha atuação como psicóloga no CRAS ocorreu a partir de 2016, como técnica da psicologia, realizando busca-ativa, visitas domiciliares, conduzindo grupos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de idosos e crianças de 7 a 13 anos, além de atendimentos psicossociais aos usuários e suas famílias. São feitos também relatórios informativos sobre as intervenções junto com a equipe do CRAS além de alimentar o sistema eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). É importante esclarecer que as informações eletrônicas no site do MDS sobre os atendimentos à população devem ser feitos pelos técnicos que realizaram as intervenções, independente de que equipamento em que o técnico esteja inserido.

Categorizado como o alicerce dos serviços de proteção social básica, ofertado pelos CRAS, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), possui como função acompanhar mais intensamente as famílias em situação de maior risco ou vulnerabilidade, que almejam maior atenção dos técnicos do SUAS.

Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), também ofertado pelo CRAS, realiza atividades em grupo, de acordo com a faixa etária, e tem como objetivo, fortalecer as relações comunitárias e familiares. Tem como facilitador, um orientador social ou um técnico de referência que, planeja e executa as atividades de recreação, cultural, social, com temáticas que julgue relevantes para os grupos pretendidos. Geralmente, os grupos são feitos uma vez na semana, com a duração de 2 horas cada um.

As ações vinculadas ao SCFV objetivam trabalhar situações de famílias com crianças, adolescentes ou idosos em risco e vulnerabilidade que são definidas como prioritárias (Brasil, 2013d, p. 2):

- I. em situação de isolamento;
- II. trabalho infantil;
- III. vivência de violência e, ou negligência;
- IV. fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V. em situação de acolhimento;
- VI. em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- VII. egressos de medidas socioeducativas;
- VIII. situação de abuso e/ou exploração sexual;
- IX. com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- X. crianças e adolescentes em situação de rua;
- XI. vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Todos os serviços do CRAS estão interligados visto que uma família em que se identifique que há uma situação de acolhimento ou outra especificação de público prioritário exposto anteriormente, sua inclusão para ser considerada “família acompanhada” é imediata: se é uma situação em que se pode inserir uma criança, adolescente ou idoso no grupo de SCFV, este convite é feito à família. Entretanto, quando há uma situação em que não há uma disponibilidade para um grupo formado, com idades equivalentes, a vigilância do técnico na residência é muito mais frequente.

É interessante observar que estas situações de público prioritário a ser computado pela vigilância socioassistencial através da inserção nos grupos ou através de visitas frequentes são expostas seguindo um determinado modelo de família “perigosa”, entretanto somente as famílias computadas nas estatísticas para intervenção são as que têm seu Número de Identificação Social (NIS) no CAD Único: é ele que permite a inserção da família no CAD Único da Assistência Social. Assinalo novamente um aspecto para análise: de novo aqui entra a problematização sobre o perigo da família que precisa ser vigiada.

Continuando a descrever os serviços de Proteção Social Básica da Assistência Social, há o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiências e idosos, que são destinados a usuários que demandam maior frequência de visitas domiciliares visto que possuem dificuldades para ir até o equipamento público para receber intervenções feitas pela equipe técnica. Também podem ser inseridos nas intervenções de famílias acompanhadas pelo PAIF, quando tem algum membro da família portador de deficiência física ou mental, que por suas limitações, não conseguem comparecer ao órgão público para ações. Com frequência, este serviço é acionado para idosos acamados.

No tocante às ações definidas para acompanhamento das famílias para as intervenções dos técnicos do CRAS, o critério para uma família ser considerada "família acompanhada", diferenciando "acompanhamento" de simplesmente "atendimento", o material de Orientações Técnicas sobre o PAIF (Brasil, 2012) traz as seguintes informações sobre o "atendimento":

...o atendimento às famílias, ou a alguns de seus membros, refere-se a uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a alguma resposta qualificada de alguma demanda da família ou do território. Significa a inserção da família, um ou mais de seus membros, em alguma das ações do PAIF: acolhida, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos.

As procuras dos usuários do CRAS para atendimentos vão de busca por cestas básicas, procura por cursos de qualificação profissional, isenções para documentos pessoais e para os

grupos de SCFV, informações variadas sobre outras políticas intersetoriais, encaminhamentos, etc. Compreendendo que o CRAS passa a ser referenciado como porta de entrada do SUAS nos territórios de abrangência, a procura é grande. E o psicólogo, bem como o assistente social, também atende o usuário que espontaneamente procura o CRAS.

Em relação à definição de "acompanhamento" para as famílias referenciadas no CRAS, o mesmo material sobre as Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012), traz:

Já o acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar - com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas.

Esclarece-se que todos os serviços do CRAS são interligados, como o PAIF, SCFV e Serviço de Proteção Social Básica em Domicílio e são executados após estudos de equipe para definir metodologicamente as ações a desenvolver com a família.

Em relação ao trabalho do psicólogo na Assistência Social, o Conselho Federal de Psicologia, através do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) traz algumas publicações que visam dar diretrizes sobre a intervenção do psicólogo atuando tanto na proteção social básica quanto na especial. Sobre as atuações nos CRAS (CREPOP/CFP, 2007, p.23):

Devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. Intervir em situações de vulnerabilidades, dentro da Assistência Social, implica diretamente em promover e favorecer o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, oportunizando o empoderamento da pessoa, dos grupos e das comunidades.

Os serviços de média complexidade prestam serviços à população com direitos violados nas mais diversas áreas e constituem ações de proteção social especial. Partem do princípio que há uma maior fragilidade dos vínculos familiares nas situações em que há violência, situações de mendicância ou de rua, negligência, abandono, cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção, vivência de trabalho infantil, tráfico de pessoas, discriminação racial, por etnia ou sexual, pessoas com deficiência e idosas com dependência. Também acompanham as situações de descumprimento das condicionalidades dos programas de geração de renda como Bolsa Família e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil). Abordam serviços como PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Equipamentos públicos como o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), dependendo do município, comportam vários destes serviços, tendo como opção separar os serviços em vários tipos de CREAS ou montar CREAS por territorialidade como é feito com o CRAS. Promovem apoio, orientação e atendimentos a usuários nestas circunstâncias.

No CREAS trabalhei por sete anos acompanhando situações de violações de direitos das mais variadas: o equipamento contava com o PAEFI, além dos Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. O município compôs um serviço próprio para pessoas em situação de rua e moradores em situação de trânsito.

As ações do trabalho social no CREAS também possuem os mesmos objetivos das ofertadas no CRAS, embora com algumas especificidades dependendo da violação de direitos. Convém comentar que o “trabalho social” descrito (Brasil, 2011) pode ser realizado tanto pelo psicólogo quanto por outro técnico e traz mais especificidade em comparação com o CRAS (p.58):

...escuta qualificada e compreensão da situação vivenciada por cada família/indivíduo, considerando seu contexto de vida familiar, social, histórico, econômico e cultural. A construção de projetos de vida e de novas possibilidades de relacionamento, com superação das situações adversas vivenciadas; a perspectiva do trabalho em rede para a atenção integral e o acesso a direitos; o desenvolvimento de potencialidades; e a resignificação de vivências devem nortear a elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar.

Os serviços do CREAS comportam várias especificidades, dependendo do tipo de violação de direitos. O PAEFI, por exemplo, atende as situações de violação no geral, ao passo que o serviço destinado especificamente a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou idosos e deficientes são outros. Os objetivos são os mesmos que visam intervenções técnicas diante das violações, focando na matricialidade familiar: orientar pais

sobre as violações, observar se as situações de violência acabaram, montar o Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar junto com os usuários, realizar encaminhamentos diversos, etc.

Um outro serviço feito pela proteção de média complexidade, o Serviço Especializado de Abordagem Social, traz um técnico, dentro de um CREAS, e às vezes em um CREAS especializado, somente para moradores de rua (os chamados Centro POP), destinado somente para identificar nos territórios, as situações de violação de direitos, levando a necessidade de intervenção para a equipe de referência. É uma função que segue o mesmo objetivo da busca ativa de todos os equipamentos do SUAS, entretanto o serviço para moradores de rua ou em trânsito, tem na sua atuação de busca-ativa, procurar na cidade as pessoas que estão em lugares impróprios para dormir ou em situação de mendicância. Neste tipo de serviço, o enfoque traduz em vários momentos uma ação higienista visto que alguns usuários realmente não possuem lugares para dormir, entretanto outros, possuem direito de permanecer em locais públicos: com frequência esse tipo de serviço recebe reclamações de empresários ou de outras instituições que um ou outro morador de rua “não pode ficar na porta do estabelecimento pedindo dinheiro”.

Entendo ser importante destacar aqui que o SUAS faz, desta forma, uma função de “limpeza da rua” ao retirar o sujeito desse território, ao invés de trabalhar a questão em conjunto com os comerciantes locais. A higiene social, almejando uma cidade livre de moradores de rua, que são frequentemente associados ao uso de drogas, mendicância ou ociosidade, acaba sendo um dos papéis do SUAS, algo que também será retomado mais adiante quanto à medicina social. Destacam-se na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009a), a previsão de casas de acolhimento, nos serviços de alta complexidade, nas quais os moradores de rua, podem se instalar com limites de tempo, dependendo de cada instituição.

Tem-se aqui um importante elemento quanto a questão do advento do urbanismo e a medicina social. Foi na segunda metade do século XVIII, segundo Foucault (2008a e 1979), que estratégias biopolíticas, em relações de poder e saber, que a medicina social que também era chamada de higiene pública nesta época, propondo inclusive a limpeza das cidades, com a inquietação urbana, com propostas político-sanitárias tanto em relação a doenças quanto à circulação das cidades, mais explicitado adiante ao falar sobre a biopolítica.

Continuando o percurso pelo SUAS, lembrando que o princípio da matricialidade familiar continua, há ainda os serviços de alta complexidade: comportam atendimentos à

população que teve seus vínculos familiares ou comunitários rompidos por diversos motivos; também fazem parte da proteção social especial por se tratarem de famílias ou indivíduos que saíram de suas residências por algum motivo, incluindo desastres naturais, situações de violência ou de rua, moradores em trânsito, resultantes de tráfico de pessoas ou refugiados. É responsável por fornecer instituições acolhedoras e invenções à população que por algum motivo, saiu de sua casa. As ações dos técnicos objetivam fornecer atendimentos, orientações, estudos de caso, relatórios, visitas, etc, facilitando uma possível reinserção familiar dos indivíduos que romperam o vínculo ou auxiliar nas condições de superação da situação vivenciada. Essas pessoas são atendidas geralmente por uma equipe própria. Fazem parte deste serviço, equipamentos públicos do SUAS como abrigos institucionais, casas-lar, casas de passagem e residências inclusivas. Também estão incluídas nos serviços da alta complexidade, os serviços de acolhimento em república, em família acolhedora e os serviços de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências (Brasil, 2009a).

O procedimento pelo qual se tria e se classifica o perfil dos usuários do SUAS (Brasil, 2007b) é o Cadastro-Único (CAD Único), como expresso anteriormente. Ele é um instrumento dos programas sociais do SUAS que identifica e traz “categorização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público” (Brasil, 2007b, p. 1). O documento esclarece também que o cadastro é destinado a famílias de baixa renda com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou que possuam renda familiar mensal de até três salários mínimos. É o CAD Único que fornece os dados sobre as situações das famílias do SUAS, em acompanhamentos em qualquer nível de proteção. O usuário do SUAS gera um Número de Identificação Social (NIS) em que a matricialidade familiar é considerada: cada um da família terá um NIS, porém o NIS principal será o da pessoa responsável pela família. Esclarece-se que é considerada família para o CAD Único, “a unidade nuclear composta por um ou mais membros, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade nuclear, todos moradores em um mesmo domicílio” (Brasil, 2007b, p. 1). Como expresso anteriormente na PNAS (Brasil, 2005), a incidência de mulheres como pessoas de referência familiar é maior e, tem-se no mesmo decreto sobre o CAD Único (Brasil, 2007b), a preferência ser por mulheres, maiores de dezesesseis anos.

Foi interessante observar durante a pesquisa que, no mesmo documento, no capítulo 6 (Brasil, 2007b, p. 1), expondo sobre os critérios do cadastramento, que famílias com renda superior podem ser incluídas, desde que o processo seja feito através de uma seleção dos técnicos dos programas do SUAS. Entretanto, não é o que ocorre na prática: as famílias atendidas pelo CREAS, por exemplo, independentemente de perfil socioeconômico, são atendidas com esse perfil, porém, na prática, acabam não sendo incluídas no CAD Único pelos técnicos, que avaliam que as famílias de maior renda possuem maior condição de se suprir. Possuem uma renda que consiga pagar um plano de saúde particular, caso precisem de atendimentos na saúde por exemplo, ainda conseguem um advogado particular para lidar com alguma violação de direitos, etc. A lei do CAD Único fala que não é somente pela renda que a família será computada, porém na prática, os serviços subnotificam esses registros. Essa informação condiz com o pressuposto de que é pela renda que as famílias do SUAS são vigiadas e consideradas como sendo perigosas, no caso, explicitamente a família com renda *per capita* menor.

Seguindo os rastros de Robert Castel (1997, p.23) sobre os processos de marginalização, que acabam ocorrendo não somente em situações de miséria econômica, mas nas situações descritas como em risco e em vulnerabilidade, como é no caso do SUAS, o autor descreve três zonas de categorização dos indivíduos, em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional, como um fim de um processo que culmina em marginalização:

...distinguímos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional.

Em um sistema de categorizações visto desta forma por Castel (1997), traz uma população que não é excluída, porém integrada das várias maneiras, muitas vezes em um processo de duplo desligamento. "É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação" (p. 26), tendo como parâmetro, a ausência de trabalho, o rendimento e o isolamento relacional. Castel, em outro texto (Castel, 2015, p. 50) explica mais sobre seu conceito de desfiliação, referindo-se a uma ruptura em relação às redes de integração primária, "um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe

na família, na linhagem, no sistema de interdependência fundadas sobre o pertencimento comunitário". O desligamento de que Castel refere-se traz a questão do contrato que se estabelece nas sociedades "cadastradas", em um processo de contrato no qual estatutos e ordens sobre as sociedades ocidentais liberais operam sobre a norma não mais do pertencimento a territórios ou coerções de Estados Absolutistas, porém com estatutos para homens livres, porém sujeitos a direcionamentos biopolíticos.

Novamente, posso destacar um outro elemento para o terceiro capítulo, pois tem-se aqui um dado sobre um modelo de família pretendido pelo SUAS: que tenha mulheres com renda *per capita* menor como referenciais do solo fértil de onde sai o perigo. Estando a matricialidade familiar como o eixo principal de atuação do SUAS, com as estatísticas oficiais computadas por renda, para policiar o perigo, o modelo da família a receber as intervenções do SUAS, será preferencialmente com uma mulher como referência principal. Aqui percebe-se a questão do gênero, calcando a mulher como detentora da fonte da família perigosa. Mais um item a ser problematizado adiante.

Nas ações de proteções sociais variadas, a inserção nas estatísticas oficiais do SUAS depende de a família ter perfil para ser inserida no CAD Único. Em minha atuação no CREAS, por vezes, atendia crianças em situação de abuso sexual, por exemplo, porém o fato da família da criança ter uma renda *per capita* maior do que meio salário mínimo ou renda mensal de mais de três salários mínimos, os dados das intervenções não foram computados pelo MDS para subsidiar um planejamento posterior da vigilância do SUAS. As situações de violação de direitos na família são eleitas para acompanhamento mais sistematizado pelo SUAS, entretanto, somente o mais pobre é o perigoso.

Trago aqui meu incômodo surgido no processo de notificar essas famílias, elementos surgidos através de minha experiência, implicada em computar os dados dos usuários atendidos. Ao colocar a análise de implicação à favor da pesquisa, surge a indagação sobre a transformação social tão mobilizada pelos profissionais da psicologia ao colocar sua ciência não só na atuação do SUAS, porém em tantos outros equipamentos ao longo do século XX em que um "problema", uma "emergência", eram mobilizados para que ele apontasse uma solução para resolver. Notificar o usuário do SUAS para ser policiado e ser enquadrado como perigoso mobilizaria uma transformação social em que o capitalismo continua a produzir "problemas", em que sempre terão "emergências" a serem encaradas, minimizadas mas não solucionadas: eis aqui um dos desafios não somente da psicologia mas também dos outros

atores da PNAS em que a tal transformação social mobilize um espaço de reflexões sobre o que se espera das ciências humanas no grande projeto da modernidade.

Continuando a descrever os programas e equipamentos do SUAS, dependendo da renda *per capita* e do perfil da família, inserida no CAD Único, a mesma pode receber o benefício socioassistencial, o Bolsa Família ou o BPC, que repassam valores mensais através de transferências bancárias.

Castel (1997) ao trazer a questão da pobreza, fala da dificuldade em se trazer patamares do que se considera linhas de pobreza: neste sentido, traz as percepções sobre “contar os pobres” como sendo indispensável para se definir quem necessita de apoio ou não (p. 21):

A lógica dos serviços sociais provém, frequentemente, de recortes das populações-alvo às quais atribuem-se meios específicos para protegê-las socialmente, ou seja, significa que para essas populações são mobilizados recursos, especialistas e instituições especiais para atender seus problemas particulares.

O autor fala ainda sobre o fato deste tipo de abordagem ter seus méritos, pois permitiu a criação de serviços sociais que teriam mais valor do que simplesmente não incluir socialmente as populações mais pobres ou “despossuídas”: o autor comenta sobre outras categorizações que não incluem somente a pobreza, porém crianças abandonadas, a velhice desamparada, o doente mental, etc, entre outras situações que a medicina social moderna tentou intervir. Mais adiante, será abordado esse movimento, também problematizado por Foucault, sobre a medicina social que, em uma das formas de socialização do corpo para pensar o individual no coletivo, relaciona-se com a biopolítica.

Falando a respeito dos programas de transferência de renda pelo SUAS, tem-se na Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 1988) no artigo 203, inciso V, "a garantia de 1 salário mínimode benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meio de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei." Desta forma, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) define os critérios de renda a serem repassados ao usuários de baixa renda nas circunstâncias descritas e foi regulamentado através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), destina-se a pessoas com deficiência ou idosos acima de 65 anos que recebem 1 salário mínimo mensal, que comprovem não possuir condições para manter seu próprio rendimento (Brasil, 2007a). Atua diferentemente da

aposentadoria, benefício este da política pública da previdência social (INSS), que atrela o benefício à contribuição previdenciária.

O Bolsa-Família foi criado em 2004, destinado a famílias com renda mínima, com condicionalidades a Políticas Nacionais de Renda Mínima vinculado à Educação (Bolsa Escola), de acesso à Alimentação (PNAA), à Saúde (Bolsa Alimentação), além do Programa Auxílio-Gás (Brasil, 2004). O programa tem como finalidade unificar as ações de transferência de renda do governo federal.

O SUAS seguiu o princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) que oferta atendimento à população na área da saúde, implementando-se gradualmente a partir da Constituição Brasileira de 1988. Os usuários do SUS também possuem um número identificador, porém com várias diferenças: qualquer cidadão pode solicitar seu número, independente de renda. Bem como, qualquer pessoa pode ser usuária do SUS e também pode frequentar os programas do SUAS, porém a obrigatoriedade do usuário do SUAS para se ter um NIS, tendo o critério da renda, trouxe alguns dados para a reflexão na dissertação. Caso o usuário do SUAS não seja perfil para ser inserido no CAD Único, ele poderá frequentar as atividades e receber atendimentos, porém não sendo de família perigosa, será subnotificado.

O perigoso para o SUS, detectado através de seus processos de vigilância em saúde, relacionados através das práticas de atenção e promoção de saúde objetiva a prevenção de saúde. A partir daí, a vigilância se distribui entre epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador (Brasil, 2017), levando em consideração especialmente o critério biológico, ao contrário do SUAS. A família perigosa para o SUAS, em situação de risco e/ou vulnerabilidade será diferenciada em relação a outras, por vezes, inclusive, estigmatizando a população atendida, já que parte de critérios econômicos e sociais.

Embora haja comunalidades nas duas políticas públicas que seguem a Constituição Federal de 1988, relacionadas aos direitos sociais de todo brasileiro, o SUS e o SUAS possuem uma grande diferenciação: o SUS é distributivo e universal enquanto o SUAS é redistributivo, mas não se posiciona como universal pois se baseia na renda e no modelo de família para planejar intervenções com o cidadão. Ressalta-se que o direito para ser atendido no SUS é o mesmo direito que o usuário tem para ser atendido no SUAS porém ao se diferenciar o cidadão de acordo com a renda, fornecendo cestas básicas, transferências de benefícios como Bolsa Família ou Vale Renda, o SUAS é redistributivo. Quando se fala em “distributivo” faço referência ao fato da política ser para todo mundo, universal (saúde, educação, etc). Agora quando se fala de “redistributivo”, o caráter da política diferencia os

segmentos populacionais para receber atendimentos, bens ou serviços (reforma agrária, Bolsa Família): o SUAS é definido como uma política pública para todos, porém quando define de acordo com o perfil da família para receber intervenções acaba sendo redistributivo. No SUS, qualquer usuário pode gerar seu número: qualquer pessoa pode ir a um posto de saúde e solicitar vacinas ou pedir atendimento odontológico, por exemplo, e lhe é pedido para procurar uma unidade própria para gerar seu número identificador. Considerando o critério do perigo ser a saúde, a ausência de doença torna-se seu objetivo. No caso do SUAS, os critérios para os acompanhamentos da família são diferentes, envolvendo a renda.

Segundo um dos documentos que norteia a utilização do CAD Único (Brasil, 2007b), além das informações sobre documentação, endereço, escolaridade e situação de trabalho da família, o instrumento traz uma análise sobre as vulnerabilidades que acabam intermediando as necessidades de intervenções dos técnicos do SUAS: o como as necessidades sociais se tornam vulnerabilidades sociais traz uma discussão sobre a relação entre demanda e acesso às políticas sociais, pois nem tudo que é demanda se torna uma necessidade social. O cruzamento de informações do CAD Único identifica, prevê, antecipa as situações de perigo, visto que o processo chamado de vigilância socioassistencial (p. 54) é trazido conceitualmente:

O desafio é materializar nos processos de gestão as condições, procedimentos, fluxos de integração e articulação dessas informações no cotidiano da intervenção, no processo de gestão e entre as esferas de governos, de forma a permitir que a Vigilância Socioassistencial ilumine prioridades, metas e parâmetros para o planejamento, monitoramento e avaliação da oferta e demanda de serviços socioassistenciais, contribuindo assim para a produção de equidade e isonomia no acesso do cidadão ao seu direito por atenções socioassistenciais.

A vigilância socioassistencial realizada possui uma relação direta tanto com o CAD Único quanto com a interação com as ações dos técnicos do SUAS visto que possibilita trabalhos preventivos e também de intervenções junto às situações de violação de direito, tanto feitas através de programas como o CRAS quanto o CREAS.

Um outro documento importante que norteia mais ainda a pesquisa traz a questão da função da vigilância é a Norma Operacional Básica do SUAS, a NOB-SUAS (Brasil, 2012), que produz, sistematiza, analisa e dissemina as informações quanto aos atendimentos prestados aos usuários. Todas as ações realizadas pelos técnicos dos CRAS ou CREAS, são mobilizadas pelos dados da vigilância socioassistencial vindas do CAD Único. As orientações

sobre o que faz o técnico do SUAS são trazidas pelos diversos informativos do SUAS, porém são as demandas estatísticas sobre onde e com quem intervir são produzidas por normalizações que enquadram e classificam a população “digna” de receber as intervenções.

Ao trazer esclarecimentos sobre o SUAS, foi interessante observar que todos os serviços de atenção do SUAS possuem em seu quadro de funcionários, pelo menos, técnicos do serviço social e psicologia, além do setor administrativo que organiza os equipamentos. Alguns programas incluem técnicos do direito, sociologia ou antropologia, dependendo do porte do município e a quantidade da população. Cabe destacar outra diferença em relação ao SUS: no SUAS, o psicólogo, juntamente com o profissional do serviço social são indispensáveis ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS, e, sem eles, não há equipe mínima possível. Desta forma, os profissionais da psicologia e do serviço social são convocados a colaborar com as ações do SUAS e sem as suas atuações o trabalho nem acontece. Cabe aqui pensar sobre o que se espera desses profissionais e o que se produz a partir dessas expectativas. Esclarece-se aqui que não se pretende aprofundar sobre a ciência do serviço social neste trajeto, visto que o objeto de estudo escolhido foi a psicologia e seus diálogos com a produção de perigo no SUAS.

Para pensar sobre os mecanismos de ação no SUAS e sobre a atuação do psicólogo é coerente trazer a questão do liberalismo econômico, sua consequência na urbanização da sociedade e as várias mudanças visíveis no Ocidente a partir daí. Embora aos olhos mais desavisados, o que se calcularia pensar que liberalismo teria a ver somente com a economia e as relações comerciais de um povo, analisando sociologicamente, as consequências do liberalismo e seus desafios aos Estados-nação estão arraigadas entre todos os campos estratégicos.

A compatibilidade com o que descrevo sobre as sociedades liberais no ocidente, a partir do pensamento foucaultiano, aborda a maneira como os diversos dispositivos de segurança junto à população buscavam normalizações diversas em um movimento que Foucault (2008b) chamou de biopolítica, conceito explicado nesta dissertação a seguir juntamente com outras reflexões teóricas avizinhas para seguir a viagem.

2.3 A formação de um trevo na estrada: o SUAS, a psicologia e o perigo

Antes de falarmos sobre biopolítica, é necessário trazer a questão dos dispositivos de segurança junto à população. A emergência da noção de população traz a necessidade de se pensar sobre a possibilidade de se governar pelo Estado. Os dispositivos de segurança aparecem como base essencial desta arte de governar: a segurança é um mecanismo mediante o qual se torna possível estatisticamente falar de uma população enquanto objeto.

Foucault (1979, p. 244) relata que o termo dispositivo refere-se a um:

Conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo...é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos... O dispositivo tem uma função estratégica dominante.

Esclarece também que dispositivo é um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal, responder a uma urgência, dando como exemplos a dominação da loucura, a doença mental, a neurose, a pobreza, a urbanização, o aprisionamento e as práticas sexuais. O dispositivo sempre está inserido em um jogo de poder.

Através da mesma análise foucaultiana, define-se dispositivo de segurança como uma realidade quanto ao funcionamento político desde antes do século XVIII (2008a, p. 16), em que técnicas disciplinares passam a ser exercidas sobre o conjunto de uma população, com um objetivo explicitado a serviço da norma:

A disciplina escolar, a disciplina militar, a disciplina penal também, a disciplina nas fábricas, a disciplina operária, tudo isso é uma maneira de administrar a multiplicidade, de organizá-la, de estabelecer seus pontos de implantação, as coordenações, as trajetórias laterais ou horizontais, as trajetórias verticais e piramidais, a hierarquia, etc...A disciplina é um modo de individualização das multiplicidades, e não algo que, a partir dos indivíduos trabalhados primeiramente a título individual, construiria em seguida uma espécie de edifício de elementos múltiplos.

Os dispositivos de segurança, segundo Foucault, só funcionarão quando há liberdade, quando há escolhas, com tecnologias de poder em que as estratégias biopolíticas de esquadrinhamentos passam a fazer parte do sentido de regular a população. Ou seja, atuam na gestão da circulação de tudo aquilo que faz parte do liberalismo econômico, pois surge junto com esse. A questão da segurança exposta por ele refere-se ao “bem-estar” da escola, do exército, da fábrica, inserida num jogo de regras a serem cumpridas sem uso de força.

Unindo e explicando os termos de Foucault (2008a) para problematizar a pesquisa, a disciplina prende mais os corpos e seus atos, trazendo um discurso natural de regra, de norma. Dispositivo de segurança é um termo que implica relações de governo, de como se conduzem as liberdades, em que condições se “soltam” os corpos, como se permite (ou se interdita) que pessoas, mercadorias e objetos perambularem e circulem.

Castel (2015), bem como Foucault, também traz a questão da liberdade, tomada como um caminho da tutela, nos períodos soberanos, para o contrato, na modernidade liberal no século XVIII. Castel (2015, p. 45) toma a questão do livre acesso ao trabalho como um impactante movimento social:

Da sociedade pré-industrial à sociedade pós-industrial, opera-se, assim, uma reviravolta total. A vulnerabilidade nascia do excesso de coerções, enquanto, agora, aparece suscitada pelo enfraquecimento das proteções. O conjunto das condições dessa virada é que deve ser desenvolvido, pois circunscrevem os limites da questão social no quadro de uma mesma problematização que começa a ganhar forma na metade do século XIX.

Pensar no SUAS tendo essas ferramentas conceituais também incluindo a psicologia, que opera sobre a norma do que julga necessário intervir, surge outra reflexão.

Dados estatísticos do SUAS, obtidos a partir do que foi trabalhado e computado pelo perfil e renda familiar, traz uma equação um tanto simples: seus dispositivos trabalham, planejam e organizam um ambiente fora do perigo, uma conduta, uma maneira de agir e, de certa forma, buscam definir e intervir junto às normativas já estabelecidas com o modelo da família a ser seguido.

Ao compatibilizar com noções do que considera como perigoso ou fora da norma, os dispositivos passam a controlar diversas formas de conduta, sem utilizar leis, que têm outra conotação, porém conduzem benefícios, montam grupos de vulnerabilidades, estabelecem perfis para intervenções psicossociais e acabam por elaborar técnicas de subjetivação populacional no sentido de controlar riscos.

Seria pertinente trazer uma diferenciação entre o que é problematizado como lei para Foucault (2008a, p. 61) do que é dispositivo de segurança:

...a lei proíbe, a disciplina, prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a essa realidade de uma maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde - anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança.

A atuação no SUAS trabalha dentro de estatísticas de perfis do que considera uma renda *per capita* mínima para viver, uma conduta sobre a maneira de se criar filhos, sobre o tempo dos idosos, se eles “deveriam” ficar em casa ou participarem dos grupos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) nos CRAS, são exemplos do cenário brasileiro abordado na pesquisa, criados sob um determinado modelo de família. Outro exemplo interessante é a abordagem realizada com os adolescentes a partir dos 14 anos, para serem inseridos no mercado de trabalho o quanto antes. No CRAS no qual atuo, a ênfase dada no grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 14 a 17 anos, cujo nome fantasia é “Programando o Futuro”, é inserir o participante o quanto antes no mercado de trabalho. Esta questão será retomada mais adiante.

Tem-se ainda em Foucault (2008b), ao problematizar a arte liberal de governar, trazendo a questão da liberdade e, seus princípios de cálculos (p.89):

...problema de segurança: proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais. Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo. É necessário também que a liberdade dos processos econômicos não seja um perigo, um perigo para as empresas, um perigo para os trabalhadores. Os acidentes individuais, tudo o que pode acontecer na vida de alguém, seja a doença, seja essa coisa que chega de todo o modo, que é a velhice, não podem constituir um perigo nem para os indivíduos nem para a sociedade.

Na análise de Foucault (1979), foi o capitalismo que entre os séculos XVIII e XIX socializou um primeiro objeto que foi o corpo como produto e força trabalhista como espaço de intervenção (Foucault, 1979, p.80). A biopolítica é constitutiva dos ideais higienistas: o controle de uma população, que precisa ser governada, ao mesmo tempo que é livre, passa a ser feito através do corpo, este sendo “uma realidade bio-política”:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista...A medicina é uma estratégia bio-política.

A biopolítica surge como um movimento em que o investimento passa a ser em torno da vida humana, com ações à população, inicialmente tomado através da medicina social moderna. Foucault problematiza também em “História da Sexualidade I: a vontade de saber” (2013) sobre as tecnologias do biopoder que, no século XVII atuavam sob o poder disciplinar na vida individual e passavam a interagir no século XVIII através de regulamentações de uma

população, de indivíduos em massa, com uma lógica biológica e não mais individualizante, embora também o faça, porém de forma indireta. Aqui destaca-se o crescente aumento da população com o advento do liberalismo econômico.

Em uma outra obra, Foucault (1999a, p.288) fala das técnicas de poder surgidas inicialmente através do corpo, individuais, voltadas para o alinhamento do corpo, para normas de produção, tentando aumentar a força útil das técnicas de produção para o trabalho. Após esse período, Foucault problematiza que uma outra tecnologia de poder surge, sem excluir a outra, individual, que é a voltada para a grande massa populacional, não dirigida ao corpo-espécie, anátomo-política, porém dirigida ao homem-espécie que ele chama de tecnologias biopolíticas da espécie humana (Foucault, 1999a). O advento do urbanismo, segundo ele, tem total relação com essa tecnologia de poder, tendo como alvo o controle da população, utilizando-se das técnicas de saber das ciências, especialmente as humanas.

É importante destacar que o século XVIII foi marcado pelas grandes Revoluções no mundo, a citar a Inglesa, Francesa e Americana, também citadas anteriormente ao falar da luta pelos direitos sociais no Brasil. Várias mudanças nas sociedades ocidentais foram observadas, vindas das lutas de classes, das disputas envolvendo fortalecimentos dos Estados-nação, etc.

Foi o policiamento da medicina social, também nesta época, continuando a problematização de Foucault (1999a), que inicialmente tentou trazer respostas para policiar a população, estabelecendo regras de conduta, circulação nas cidades, higiene, organização dos espaços das casas, vinculando o poder de polícia a estratégias de saber. A relação com o capitalismo e liberalismo nos quais os surgimentos dos Estados-nação passam a buscar o fortalecimento em torno de territórios, incluindo aqui sua população. A urbanização consequente trouxe o pobre como problema, bem como a doença, a necessidade de trabalhadores fortes para dar conta da indústria, o controle de natalidade e mortalidade: inscreve a medicina em propostas biopolíticas com dispositivos de segurança que trabalham em nome da grande força dos Estados que passam a estabelecer competitividades, após o período de soberania.

O contexto do urbano traz as revoltas dos pobres, confrontos entre burgueses e camponeses, que traduz o movimento com forte relação com a medicina social ou com a biopolítica, pelas análises de Foucault (1999a) no século XVIII. A população, segundo ele, precisava ser vigiada, policiada, avizinando saberes científicos com o controle do perigo da população, também buscando a previsibilidade em seus cálculos do perigo: tornar regulável o

imprevisível. Regular a população traz uma noção do perigo ficar distante e aqui entra a noção dos dispositivos de segurança.

Os nascimentos, as taxas de mortalidade, os níveis de saúde e de doença, a longevidade, passam a ser regulados através de um biopoder da população, desenvolvida através de duas formas: primeiramente, através de disciplinas anátomo-políticas do corpo humano em que a força do corpo passa a ser centrada como máquina, em seu adestramento e aptidões, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, e a outra, voltando-se para o corpo-espécie, e aqui mais focado nos dados estatísticos das grandes massas populacionais. As tecnologias anatômicas e biológicas, segundo Foucault (1999a), passam então, a organizar o poder sobre a vida na qual o investimento calculista se focaliza nela, como forma regulatória, passando a ser novidade, visto que o poder soberano de outrora localizava-se no direito sobre a morte dos súditos e aquisição de terras. O biopoder, que aborda em suas estratégias a biopolítica, passa então a atuar na norma, através de normas, centrada no poder sobre a vida nas sociedades ocidentais. O biopoder é diferente do poder de soberania: enquanto o poder soberano faz morrer, causa a morte e deixa viver, o biopoder causa a vida, investe nela ou até mesmo, lhe devolve à morte (Foucault, 2013a).

Foucault (1979) traz uma reflexão sobre uma preocupação com a saúde da população, observada por todos os países europeus, em um período marcado pelo mercantilismo, que gradualmente posicionou toda a população das sociedades ocidentais, afastando-se do ideal soberano, para uma movimentação liberal.

Manter uma população saudável seria manter uma população forte e rentável para daí trazer um Estado forte e uma economia capaz de competir. Neste ponto, as preocupações envolvendo dispositivos junto à vigilância sanitária, levavam técnicos a serviço da Ciência para policiar e vigiar a higiene das cidades. A mobilização para vacinar, limpar, orientar, policiar, normalizar, esquadrihar, trouxe uma questão importante para a condução deste pesquisa: a biopolítica, como forma de conduzir a regra a ser adotada. Como expresso ao longo do texto, além da vigilância sanitária, a medicina, psicologia, a pedagogia, a estatística, entre outras ciências também contribuíram para esta “nova arte de governar”, como Foucault (1979) problematiza.

A proposta biopolítica em que se buscou uma espécie de racionalização das condutas estatais diante do contingente populacional surgido, maximizando a economia, em uma lógica de custo-benefício (Foucault, 2008b), traria uma espécie de esquadrihamento da população

que, passaria então a ser vista também com estratégias econômicas nesta perspectiva, sob o olhar da economia.

As noções sobre o que Foucault problematiza sobre o *homo oeconomicus*, já no século XX, sobre o homem que rende, que tem uma renda per capita mínima, que traz em si mesmo o valor de mercado, trazem também compreensões aos objetivos desta pesquisa. Biopoliticamente fala-se em uma lógica de mercado, no homem como moeda de troca: quanto mais se investe nele, maior será o seu valor econômico.

A partir do capitalismo, nas sociedades liberais e neoliberais, o homem parece ser visto como máquina, tem vida útil: possui duração de vida e utilizabilidade. Enquanto no liberalismo, o rendimento do mercado é livre, para o neoliberalismo o capital é regulado e não tem uma função de "*laissez-faire*", mas com formas de regular a circulação do capital sobre a sociedade, na qual o Estado é colocado para vigiar o mercado, com lógicas concorrenciais e regulatórias. O neoliberal é livre, porém é responsável por si mesmo e individualista, compactuando com o social em uma espécie de contrato.

Foucault traz sua reflexão sobre esse modelo de homem, em uma lógica em que no capitalismo a "máquina" de produção não é dissociada do trabalhador, e o homem torna-se compatível com os ideais biopolíticos descritos nesta dissertação (2008b, p. 309):

A aptidão a trabalhar, a competência, o poder fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa. Em outras palavras, a competência do trabalhador é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador, o que não quer dizer exatamente, como a crítica econômica, ou sociológica, ou psicológica dizia tradicionalmente, que o capitalismo transforma o trabalhador em máquina e, por consequente, o aliena. Deve-se considerar que a competência que forma um todo com o trabalhador é, de certo modo, o lado pelo qual o trabalhador é uma máquina, mas uma máquina entendida no sentido positivo, pois é uma máquina que vai produzir fluxos de renda.

Uma máquina que seja qualificada e, como tem vida útil, considerando o raciocínio proposto por Foucault, também pode envelhecer e não produzir mais, rompendo com a máquina produtiva do capitalismo. É como se pudéssemos calcular, nas sociedades capitalistas ocidentais, todo o potencial necessário para linhas de produção e, tudo o que não rendesse, o que não fosse útil. E, consequentemente, o que não pode render ficaria fora da lógica de mercado, fora da grande máquina econômica, o que pode tornar assim, o *homo oeconomicus* perigoso.

Assim, surge aqui outra questão: qual o capital humano das famílias em atendimento no SUAS a partir do cálculo do perigo em relação à pobreza?

Uma sociedade saudável sendo economicamente rentável traz uma problematização vinda dos princípios biopolíticos: a norma a serviço do controle. O que seria normal em uma sociedade que rende? Uma família com um perfil que renda minimamente? Uma família que não ofereça perigo aos ideais almejados pelo Estado?

2.4 Famílias possíveis e a resistência aos modelos

Uma história escolhida para esta reflexão, como passageiros do SUAS, nesta viagem, é a de Dona Josefa, 61 anos, analfabeta, negra, inicialmente atendida em 2014, através de um CRAS da cidade, que atendia 38 bairros. O primeiro contato com ela foi através de demanda espontânea, tendo a mesma procurado o CRAS pedindo cesta básica. Divorciada de um ex-marido que cometia violência contra ela, morava com a filha, Maria, em uma residência alugada de 2 quartos, no território atendido pelo CRAS. A filha Maria, que está atualmente no quarto relacionamento, teve 10 filhos, tendo um filho morto ao nascer: foi presa acusada de tráfico de drogas, engravidou na prisão e teve o último filho estando ainda recolhida. O esposo, pai de seus dois últimos filhos, continua recolhido na prisão da cidade há 2 anos, também acusado de tráfico de drogas, e por não possuir renda fixa, não teve direito ao auxílio-reclusão. A pensão do oitavo filho de Maria, de 11 anos, não tem sido repassada para Dona Josefa quando a filha Maria foi morar em um acampamento de Sem-Terra, fazendo com que a criança, que tem direito ao benefício, esteja sem receber seus direitos pelo fato de seu pai ter falecido. A filha Maria foi para um acampamento de Sem-terra em uma moradia de lona juntamente com os dois filhos menores da mesma, filhos do esposo preso, de 4 e 2 anos: segundo Dona Josefa, a filha passa a pensão da criança que continua residindo com Dona Josefa, para o esposo na prisão. A outra neta de Dona Josefa, filha de Maria, Camila, de 15 anos, foi também morar com a mãe no acampamento, auxiliando-a a fazer pastéis para vender no acampamento, além de ajudar com os cuidados dos irmãos menores. Assim, Dona Josefa atualmente reside com seus netos de 19, 16, 13, 11 e 09 anos. O neto mais velho de Dona Josefa, de 19 anos, não contribui para a renda da família, é agressivo, já agrediu a avó, atualmente cumpre medida socioeducativa no CREAS e foi diagnosticado com esquizofrenia, através de uma consulta médica, solicitada pelos técnicos do CREAS que também acompanharam o caso.

Dona Josefa foi convidada a participar do Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no grupo de idosos, foi inserida no CAD Único e também no PAIF, estando sua família em uma condição de “família acompanhada”, que é quando a família necessita de mais intervenções do CRAS. Sua única renda é a transferência de benefício socioassistencial do Bolsa Família considerando que possui 4 netos menores de idade em casa. Não conseguiu ainda o BPC, pois ainda não tem 65 anos e também não pode se aposentar porque não satisfaz os critérios exigidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS): nunca contribuiu com as taxas exigidas, nem teve carteira assinada. Sempre

trabalhou como diarista até que sua saúde passou a apresentar precariedades. Dona Josefa possui uma série de problemas de saúde que a impossibilitam de trabalhar e ter algum provimento financeiro. Ressalta-se o fato de que é ela quem cuida de todos os afazeres domésticos da família, tendo somente o auxílio da neta mais velha da casa, de 15 anos. Aqui traz-se novamente uma questão de gênero neste modelo de família: somente a neta mais velha, mulher, auxilia nos afazeres domésticos. A própria Dona Josefa mostra resistência em solicitar a todos os netos que ajudem nos afazeres da casa, implicando sua compreensão de que somente as mulheres podem cuidar da casa.

Dona Josefa parece resistir aos modelos colocados na atualidade sobre todos ajudando nos afazeres do lar, visto que muitos trabalham fora de casa. Em minhas intervenções à Dona Josefa, através de visita domiciliar, pontuei à mesma sobre a ideia dela dividir os afazeres domésticos entre todos da casa, entretanto a mesma relata "querer que somente as mulheres façam esses serviços em casa".

Será que as famílias não podem resistir aos modelos de família impostos atualmente? Uma reflexão que também traz Foucault (2008a, p. 254), traz a questão da resistência como um movimento de contraconduta, ao problematizar as relações de poderes de polícia, obtidas a partir de estratégias pastorais que propõem domínios de intervenções. Foucault (2008a) define o poder pastoral como uma estratégia de governamentalidade propondo relações de poder à conduta dos homens. A proposta de "conduta das almas", introduzida pelo pastorado cristão na sociedade ocidental, objetivando a governamentalidade, cuja mutação nos séculos XVI a XVII que produziu crises, foi por Foucault (2008a, p. 257) chamado de resistências ou contracondutas:

São movimentos que também procuram, eventualmente em todo caso, escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a maneira de se conduzir. Em outras palavras, gostaria de saber se à singularidade histórica do pastorado não correspondeu a especificidade de recusas, de revoltas, de resistências de conduta. E, assim como houve formas de resistência ao poder na medida em que ele exerce uma soberania política, assim como houve outras formas de resistência, igualmente desejadas, ou de recusa que se dirigem ao poder na medida em que ele explora economicamente, não terá havido formas de resistência ao poder como conduta?

Ao utilizar os casos escolhidos como exemplos que colocam em análise a produção do perigo no SUAS, percebo minha implicação na intervenção com Dona Josefa quando proponho a divisão das atividades domésticas entre todos em casa, independente de gênero,

considerando a idade da mesma, que já é idosa e poderia descansar mais. Dona Josefa mostra resistência a este tipo de intervenção relatando que prefere que somente as mulheres cuidem dos afazeres do lar. A resistência à intervenção indicada por Dona Josefa detona a necessidade de minha sobreimplicação, a necessidade de um olhar longe do campo da intervenção, de respeito ao direito de resistir às propostas feitas pelos técnicos do SUAS. E afinal, porque as famílias não poderiam resistir? Será que desta forma Dona Josefa e sua família fugiriam do perfil de família governável?

Reflito, assim, sobre a minha própria atuação com a família de dona Josefa. Ao referir que outras formas de conduta pudessem ser feitas, como é o caso da divisão de tarefas, entendo que a questão não é exatamente se se dividem ou não as tarefas em si, mas ao modo como as famílias recebem orientação e ao modo como elas se apropriam dessas orientações. Acredito que o psicólogo possa construir possibilidades junto aos assistidos pelo SUAS, mas não impor uma diretriz a ser seguida. Entendo que a minha atuação se insere no primeiro posicionamento, que busca construir conjuntamente. Mas ao sinalizar isso, não me coloco como um modelo a ser seguido, pois isso seria prescrever uma outra normativa. A questão é pensar como pode se dar essas ampliações e potencializações em conjunto com as pessoas que são atendidas pelos CRAS e CREAS.

Assim, como Dona Josefa que foi inserida no CAD Único através de sua renda per capita, outras famílias também são inseridas pela baixa renda. Uma das questões propostas para a análise refere-se à inserção dos usuários no CAD Único que, enquadram a família do SUAS no perfil de família governável como sendo perigosa e digna de estratégias de policiamento pelos técnicos. Um questionamento a ser feito, considerando a avaliação do perigo para o SUAS como sendo por renda *per capita*. A família em situação de extrema pobreza que possui Bolsa Família pode ganhar de acordo com a idade e as variáveis, dependendo da situação da família, mas os valores estão entre 39 a 195 reais *per capita* (Brasil, 2016b): as variáveis indicam ter crianças ou adolescentes entre 0 a 17 anos, gestantes ou uma outra variável que indica uma situação de extrema pobreza. Esclareço que para que tenha direito ao Bolsa Família ou BPC a família precisa possuir o NIS, que é o número identificador do CAD Único.

No caso de Dona Josefa, o valor pago para a família atualmente está em 170 reais, o que é suficiente para que as ações técnicas fossem mobilizadas para algumas intervenções: a mesma participa semanalmente do grupo de SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), recebe cesta básica ou é orientada sobre alguma situação referente aos netos.

Quando a cesta básica lhe é concedida, o técnico de serviço social ou psicólogo pode lhe fazer orientações de acordo com o que observar em visita. No grupo do SCFV ela recebe orientações sobre qualidade de vida, cursos ofertados na cidade, violência, cidadania, entre outros temas. A necessidade de ser constantemente “vigiada”, também lhe colocando na posição de perigosa, traduz uma construção de perigo a que a própria usuária está sendo submetida. Os netos foram encaminhados ao SCFV de acordo com a idade, porém nenhum compareceu. Todos estão frequentemente matriculados na escola, e segundo Dona Josefa, comparecem sem faltas, com exceção do neto mais velho que não está estudando.

Ao trazer o grupo do SCFV de adolescentes de 14-17 anos do CRAS que atuo, o "Programando o Futuro", citado anteriormente, quanto valeria seu capital humano? A abordagem, feita após um planejamento de trabalho pela equipe, para a inserção no mercado de trabalho é extremamente enfocada, parecendo que o valor de mercado do adolescente acaba sendo baixo: há uma extrema preocupação com o adolescente que fica ocioso, que não demonstra interesse pelo estudo, ou que ainda não “programou seu futuro”. Estar fora do mercado de trabalho é perigoso? Uma família com adolescentes sem renda é perigosa? Ser adolescente, pobre e desempregado parece demonstrar uma necessidade de se intervir sob esta população. O *homo oeconomicus* parece constituir regras inclusive a de demonstrar que o desemprego na família do SUAS pode ser perigoso; serve não só como investimento, mas como divisor e parâmetro. Daí o enfoque acentuado nas ações de policiamento acentuado nos grupos: “programar o futuro” traz a imprevisibilidade do que está por vir, então a lógica seria intervir sobre o usuário adolescente que, estando fora da escola, ocioso, desempregado, ou em medidas socioeducativas, se torna público prioritário nas intervenções dos técnicos. A política nacional de assistência social opera, desta forma, a partir do *homo oeconomicus* como parâmetro para a população, pois o controle dos atendimentos, a quantificação das famílias a serem acompanhadas com maior disponibilidade dos técnicos perambula pelo valor de mercado da população dita perigosa.

Aqui tem-se novamente uma problematização de Foucault (2008a) já citada anteriormente, sobre a ociosidade como um dos objetos que a polícia pretende se ocupar, no sentido moderno do que ele descreve (p. 437): “zelar por sua atividade”, além da polícia se preocupar com a saúde, a circulação, o número (estatísticas) de homens, a função da polícia também se refere a cuidar da ociosidade. Intervir para que o adolescente não fique ocioso, não cometa atos infracionais, trabalhe, trazer cálculos de previsibilidade sobre o perigo para o SUAS.

É desafiador o psicólogo atuar na contramão da prescrição e da norma que operam constantemente sobre a população da família com renda *per capita* menor que é vigiada. Entendo que não apenas as famílias, mas o próprio psicólogo necessita encontrar suas estratégias para resistir às solicitações normativas que provem da sociedade. Entendo que as relações de resistências não nascem fundamentalmente de movimentos contra as relações de poder, seguindo ainda os rastros Foucault (2006, p. 277), porém é no meio de suas relações que as resistências, as lutas, as contracondutas ocorrem. Estar inserida em "família acompanhada" inclui aumentar as intervenções dos técnicos, porém, porque somente intensificar com a família mais pobre da assistência social? Nos atendimentos dos CRAS faz-se as acolhidas psicossociais em que se colhem dados sobre as famílias possibilitando perceber quais usuários poderiam participar dos grupos.

O movimento de resistência também surge quando o questionamento mobiliza novas formas de observar a realidade e propor metodologias de trabalho do psicólogo para todos os usuários da assistência social. Resistir às normas de inclusão de usuários no grupo de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que Dona Josefa pertencia, possibilitou minha proposta de incluir outros membros, independentemente da idade ou ter perfil para ter o NIS, que pudessem se beneficiar das temáticas desenvolvidas nos grupos. Ao passo que a inclusão nos grupos era somente os membros do grupo de público prioritário, das "famílias acompanhadas", alguns usuários de 49 e 56 anos também entraram para os trabalhos do SCFV.

Uma outra história escolhida é a de Seu Célio, 90 anos, viúvo pela segunda vez, teve 2 filhos, já falecidos, aposentado, mora sozinho de aluguel, negro. Foi ao CRAS levado por vizinhos: a comunidade o auxilia quando precisa, a vizinha faz a comida e ajuda com os afazeres domésticos. Foi inserido, bem como Dona Josefa, no PAIF, e é acompanhado regularmente em visita, além de também participar do SCFV. Foi contemplado pela Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, porém devido à dificuldade de organizar suas documentações que foram extraviadas ao longo de sua vida, está quase perdendo esse benefício. Faltava certidão de casamento, registro feito em Pernambuco: após encaminhamento do CRAS, conseguiu sua documentação pela Defensoria Pública do Estado. Porém, o documento não foi aceito, pois a certidão de casamento não tinha citado que a esposa de Seu Célio, tinha falecido; o documento deveria vir escrito "averbação de óbito" da esposa. Após novo pedido à defensoria, Seu Célio aguarda o novo documento. Depois faltou o documento de certidão negativa de imóveis, emitido pelo cartório. Entretanto, mais uma

frustração: o cartório emitiu o CPF de Seu Célio errado, tendo o mesmo, ido novamente ao órgão. Devido à idade, locomove-se vagarosamente e nem sempre entende o que lhe é pedido, embora não possua dificuldade auditiva ou mental, somente lentidão de raciocínio. Os órgãos competentes culpabilizam Seu Célio pelo fato de já terem explicado para ele sobre todas as documentações desde o começo e o fato dele esquecer, ou demorar para conseguir toda a documentação, poderia fazer com que o mesmo perdesse a casa. A burocracia somada a erros envolvendo seus documentos, podem dificultar sua concessão da casa.

As intervenções são feitas com frequência a Seu Célio que, comparece ao CRAS semanalmente, para solicitar intervenções, pedidas por ele mesmo. O modelo de família ideal de um idoso, sem filhos, que não se locomove com facilidade, correndo o risco de perder sua casa própria passa a ser objetivado. Quase que dissemos “se vira logo porque outro pode pegar sua casa”. É perigoso não ser ágil e ficar sozinho, por isso Seu Célio acaba sendo policiado pelo CRAS, embora sua vulnerabilidade não acaba com sua ida para a casa própria. Os cálculos de prevenção com Seu Célio passam a ser feitos a partir da sua falta de capacidade produtiva, sua falta de agilidade para correr logo atrás da sua documentação certa e, assim, o mesmo, se torna perigoso. Seu valor de mercado passa a ser baixo por não produzir. As verbalizações da psicologia em torno do fato de mostrar ao mesmo que no próprio dia da intervenção, ele deveria pegar um ônibus e ir ao cartório providenciar o documento certo: os discursos sobre a necessidade de ser mais rápido são conduzidos com frequência a Seu Célio. O idoso chegou a ir até outro Estado procurar a certidão de óbito da falecida esposa pra intermediar o documento que teria que constar "averbação de óbito".

Outro detalhe também observado através desta história: por ser idoso e pobre, Seu Célio entra na lista de usuários com prioridades para os sorteios da casa própria, realizados pelas Secretarias de Habitação do Brasil todo: entram idosos, famílias com pessoas com deficiência, com doenças que não tem cura ou que vivem em áreas de risco ou insalubres, entre outras prioridades envolvendo não conseguir render. Entretanto, todos precisam ser rápidos e, Seu Célio por ser mais vagaroso e não estar com sua documentação organizada adequadamente, corre o risco de perder a casa própria.

No caso de seu Célio, as intervenções descritas mostravam implicações ao propor agilidade para que o mesmo regularize sua documentação para não perder a casa. Estar implicada, seguindo os protocolos do PAIF, significava fazer mais visitas domiciliares, acompanhando e orientando Seu Célio para não perder a casa. Estaria eu, na intervenção, propondo pra Seu Célio ser mais rápido pra não perder seu benefício? Creio que sim, apesar

de eu ter feito contato com a secretaria de habitação local para dar mais prazos para ele, o que não foi concedido.

Uma estratégia de resistência nesses tipos de intervenção requer questionamentos sobre quais relações de poder estão implícitas sobre quais usuários têm direito ao benefício da casa própria: os mais pobres, porém ágeis, rápidos, com documentações em dia (negligenciando a burocracia que envolve a documentação brasileira)? No caso de Seu Célio, não se percebeu resistência no mesmo, que sempre verbalizava estar muito velho, com baixa autoestima, em relações de dependência com vizinhos e instituições, além de desmotivado com a demora de sua concessão da casa própria.

Ao citarmos os adolescentes descritos, como participantes do "Programando o Futuro", como incitados nas atividades dos grupos a cuidar de seu futuro, não ficando ocioso e se matriculando em cursos profissionalizantes, por quê não os levar à reflexão sobre o valor de mercado a que são submetidos, objetalizando-os diante do universo capitalista? Poderia-se propor outra estratégia de resistência ao possibilitar temáticas que os coloquem em reflexão sobre o seu hoje, sobre as vivências diante de suas escolhas em sua atualidade prioritariamente, ao passo que ao buscar o foco no "futuro", desatualiza-se o hoje da juventude, correndo o risco de retomar percepções de outros séculos, em que se via a criança ou o adolescente como "mini-adultos", sem direitos conquistados. Em grupos de adolescentes em que o psicólogo é frequentemente chamado a conduzir nos CRAS, um trabalho em que a resistência do adolescente, que hoje é pressionado a lidar com um modelo de mercado capitalista e liberal em que a regra seja trabalhar, render, não ficar ocioso, seja legitimada, talvez traria uma proposta também em consonância ao que mobilizado pelos próprios materiais do MDS sobre a autonomia do usuário da assistência social: "...exercício de escolhas; tomada de decisões sob a própria vida e do grupo..." (Brasil, 2016c).

Em sociedades livres e normalizadas há o risco do perigo ocorrer porque colocam a norma em discussão: e todos podem e devem se comprometer, sem restrição de liberdade. Trabalhadores, máquinas produtivas, sociedades de consumo, famílias, Estado, todos participam, consomem, mas também controlam o perigo para que tudo não dê errado: uma rede em que todos se comprometam com a norma para que tudo dê certo.

A biopolítica tem relação com a "norma". Para Foucault, a biopolítica com suas necessidades de esquadramento da população trabalhou a questão da norma. Alguns ideais

foram gradativamente sendo colocados à população que passa a conviver com normas e disciplinas (2008a, p. 83):

A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desses estudos das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização.

Trazendo um ideal do que seja normal em uma sociedade, busca-se assim uma normalização do que se julga necessário normalizar. Aqui está a diferença do que Foucault (2008a) trouxe sobre normação e normalização. As sociedades neoliberais ou liberais possuem algumas características do que é construído socialmente em ideais de normas, tentando “reduzir as normalidades mais desfavoráveis, mais desviantes em relação à curva normal, geral, reduzi-las a essa curva normal, geral” (Foucault, 2008a, p. 82). Identificando o que está dentro da curva normal, as técnicas disciplinares surgem a serviço do “normalizar” e com isso, o trabalho junto ao que se considera perigoso, objeto desse desta dissertação. O perigoso fragiliza ou provoca a norma e ele deve ser normalizado, de preferência com cálculos de prevenção, estando aqui, o dispositivo de segurança.

A partir de uma análise sobre a biopolítica na atualidade, tendo como acontecimento o SUAS, traz-se a noção de risco, vulnerabilidade e perigo, problematizados nas construções teóricas do capítulo anterior sobre biopolítica, polícia e esquadramento da população. Porém somente os dados estatísticos podem trazer informações sobre quem são, quanto ganham, quantos são, trazendo um parâmetro sobre o perfil das famílias a serem vigiadas. Foucault acrescenta ainda, ao falar sobre a biopolítica (1999a, p.290):

São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (...) constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle da biopolítica. É nesse momento, em todo o caso, que se lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias.

Inicialmente vindo com controles de natalidade e doenças, inaugura-se desse modo, métodos para esquadrihar essa população, através do biológico, com os saberes da medicina. Assim, vários outros campos de intervenção foram surgindo, no objetivo de regular incapacidades, inclusive na questão econômica: quem não produz ou quem produz pouco deve ser governável pelo dispositivo do perigo. Visto desta forma, o saber da psicologia em seu trabalho que contribui para a vigilância socioassistencial, entra nas casas, diretamente se

envolve nas intervenções com a família da assistência social e tenta mostrar para essa mesma família o quão ela está sendo negligente por não entrar “nos eixos”, ou seja, por estar a margem da norma.

Segundo a NOB/SUAS (Brasil, 2013a, p. 4) a gestão do SUAS terá como responsabilidade a ampliação da proteção socioassistencial referente à erradicação do trabalho infantil, o enfrentamento da pobreza, da extrema pobreza, das desigualdades sociais e para a garantia dos direitos obtidos através da Constituição Federal Brasileira e na legislação da assistência social.

Ao definir os objetivos das intervenções do SUAS, surgem as situações consideradas de perigo, em risco ou em classificações de vulnerabilidade; isto é, a nosso ver, todos eles compõem o cenário do alvo biopolítico da assistência social no país. As explanações sobre o SUAS parecem manter comunalidades de intervenções definindo o público-alvo a quem se destina as visitas domiciliares, as buscas ativas, entre outras ações com funções de polícia.

As técnicas disciplinares vão atuar dentro do que se julga como fora da ordem e é a coexistência com os dispositivos de segurança que permite a regulação da população. Assim, a noção de perigo, vista desta forma biopolítica, é construída socialmente. Nesse sentido, Foucault buscou em eventos ou acontecimentos variados sua materialidade para pensar sobre o perigo nas sociedades disciplinares a serviço da norma. Equipamentos a serviço da norma da população no SUAS acabam atuando como dispositivos de segurança, policiando a população. São os dispositivos de segurança que funcionam detectando a noção de perigo e intervindo sobre ela.

Neste caminho, tem-se a biopolítica com suas normalizações diversas e, o entrelaçamento entre a psicologia com o trabalho de vigilância junto aos usuários do SUAS, trazem a questão problematizada na dissertação, que o psicólogo policiando a família, colabora com a produção do perigo para o SUAS.

Uma normalização que busca trazer a família policiada do SUAS como estando a maioria trabalhando, estudando quando menores de idade, todos vacinados, tendo uma renda mínima compatível com uma renda mínima estipulada, não vivendo nas ruas, ou usando drogas, as mulheres fazendo os exames de pré-natal se estiverem grávidas, a maioria fazendo os cursos ofertados em um CRAS para geração de renda ou seguindo as orientações dadas pelos técnicos do SUAS. Os ideais neoliberalistas da família do SUAS são dadas para que regulem os ideais do perigo, baseando-se na teoria de que todos os indivíduos são

responsáveis por si mesmos. E assim, coloca-se a psicologia nas intervenções propostas para prever os riscos e vulnerabilidades: situação esta a ser melhor discutida no terceiro capítulo, utilizando-se também de algumas situações acompanhadas no SUAS.

Ao se pensar a psicologia, bem como os vários ramos das ciências, traz suas contribuições sobre primeiramente o que é normal, sobre a diferença, a falha, compatibilizando-se com o conceito de doença para posteriormente trazer a questão da saúde, nas reflexões sobre as sociedades ocidentais.

O conceito de saúde atrelado à “ausência de doença” trouxe para a psicologia como herança sua função de “fomento de verdades”, tendo esta ciência contribuído em técnicas de subjetivação, dando-lhe a presunção de ditar o que é regra ou normal. O padrão individualista da profissão além de tecnicista, trouxe à tona uma reflexão compatível com o que o século XVIII trouxe a respeito da necessidade de estabelecer tecnologias de disciplina que regulassem todo um contingente populacional na modernidade em sociedades liberais. A psicologia, no século XX, em seu surgimento, adquire funções de classificação de indivíduos como compatíveis ou não para diversas funções ditas sociais, rotulando e trazendo propostas de normalizações. A ciência psicológica também acaba explorando técnicas de poder e de saber sobre o que considera compatível com uma sociedade “normal” e “dentro das expectativas”. O anormal, o desviante, o “fora dos padrões”, denotam classificações do perigo. Seus discursos de verdade são colocados à população compatibilizando com a política que Foucault descreveu (2008b).

Nesta lógica não ficaria difícil pensar nas noções do que se julga em perigo, em risco ou em vulnerabilidade, a partir do que se julga normalizado, conceitos construídos e não naturalizados somente. Na mesma obra, Foucault (2008b) traz a questão das doenças nas cidades e as epidemias subsequentes que, acabavam estabelecendo zonas de maior perigo e risco de infecções diversas com o controle através de vacinas ou isolamentos. Aqui se percebem as tentativas de investimento na vida, surgidas através de técnicas biopolíticas em que os dispositivos de segurança atuavam direta ou indiretamente. Um exemplo no SUAS, para quem recebe o Programa de Transferência de Renda, o Bolsa Família, é exigir que todas as crianças da família atendida estejam com as vacinas em dia, as gestantes do lar estejam com seus atendimentos na área da saúde em dia, etc. Voltaremos a essa questão posteriormente.

Além disso, como investir na vida buscando técnicas de normalização, com economia e garantindo o afastamento do perigo? Aqui se tem uma reflexão colocada não somente por

Foucault, mas também por Jaques Donzelot ao descreverem as funções de polícia junto à população, em sua obra “A polícia das famílias” (1980), expostas posteriormente.

Etimologicamente, “polícia” vem do grego “politeia” e traz uma noção de órgão auxiliar da justiça prevenindo e assegurando a ordem pública, liberdade e segurança individual, além de outras funções de proteção de propriedades e zelar pela moral e bons costumes (Michaelis, 2016).

Ao se esclarecer sobre o poder de polícia, tem-se em Foucault (2008a) a semelhança de uma arte de administrar a vida e o bem-estar das populações, não como se chamava de polícia em seu sentido entre o século XV e XVI, como uma autoridade pública, como um poder político, com regimentos próprios e mais tradicionais. O teor do que ele problematiza com a função de polícia adquire uma relação de poder-saber, avizinando as técnicas da ciência a serviço do esquadramento populacional.

A partir do século XVII, a análise do significado de polícia toma uma compreensão na modernidade e adquire outra categorização, diferentemente do que se entende a polícia como ligada à segurança pública, conforme Foucault (2008a, p. 421):

...conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças.

Aqui entra a questão de controle social ligado ao incitamento político e econômico do Estado: crescimento econômico significaria potencializar forças com cada vez mais poder, com um Estado forte economicamente, mas também com garantias de boa ordem. Mas para isso, o Estado precisaria observar suas estatísticas através do quê? Das funções controladoras da “polícia”, que nesta análise, compatibilizam com as funções que os técnicos do SUAS fazem: esquadronhar, controlar, intervir, vigiar, passam a exercer poderes de polícia e, através do que se possa ver, estando acessível ao Estado, para lhe servir e potencializar.

Em outro estudo, citando textos de Delamare, Foucault (2008b) nos chama a atenção de que as funções exercidas nesses termos pela polícia, abordam as problemáticas urbanas. As funções atuais de polícia estão ligadas principalmente ao que as cidades mobilizam na sociedade: a saúde, a subsistência, as praças, as ruas, o mercado, a circulação de pessoas, a pobreza, tomam a função da polícia a partir do século XVII, com fins de regulação urbana. São situações que não são vistas geralmente no campo e que, só se tornarão objetos da polícia

nesta relação, bem no fim do século XVIII, com o aumento da circulação das pessoas nos ambientes urbanos. Aqui a relação com a medicina social, a biopolítica, entra fortemente convocada nesta discussão, como expressada anteriormente no texto.

Neste aspecto, o advento do urbano tem total relação com a questão do policiamento da população, no sentido moderno de perceber seu esquadramento. Foucault (2008a) problematiza que até então, o campo não oferecia perigo e com o aumento populacional, alguns fenômenos sociais passaram a trazer mobilizações inicialmente vindas da medicina, vistos pelo olhar científico.

Ao lembrar que as atividades ligadas ao liberalismo e neoliberalismo econômico inclui potencializar o Estado, aqui entram também os objetos da polícia nas populações urbanas, ainda seguindo o raciocínio de Foucault (2008a): investimento na saúde, para que os homens possam viver e também investimentos em ações que façam com que os mesmos possam trabalhar, serem úteis e ajudarem a manter a potência do Estado e a não permanecerem no ócio. Foucault (2008a) ainda fala de um outro objeto da polícia, nesta mesma perspectiva: a circulação das mercadorias dos homens ou de seus produtos, não só pensando em elementos físicos, mas também de sua própria circulação. Facilitar e incentivar os recursos que incluem a livre circulação de produtos, ao mesmo tempo que mantêm intervenções sobre a vagabundagem, também traz um outro elemento das funções da polícia, com regulamentos, imposições e limites. Dispositivo de segurança e polícia, portanto, são aspectos que se articulam.

Aqui, enfim, entra a conexão da função de polícia com a oferta de serviços: os saberes da psicologia entram com as funções de polícia.

Donzelot (1980), em sua obra que busca analisar as relações surgidas entre o público, o privado e seus entrelaçamentos com os poderes da família e suas transformações ao longo da modernidade nas sociedades ocidentais, traz reflexões e questionamentos sobre como a família se torna um agente produtor da ordem estabelecida visto que, de uma organização burguesa coerente com o Antigo Regime, a família passa a se constituir em mecanismos de tutela surgidos a partir do século XIX. Sua reflexão sobre o problema do século XX que não será o de defender ou suprimir a instituição familiar, mas de solucionar algumas questões surgidas na junção entre família e sociedade, trazendo, por conseguinte, as seguintes questões a serem problematizadas (1980, p. 79):

(...) de que maneira conjurar as resistências familiares e os desvios individuais nas camadas populares, sem que a intervenção necessária seja

geradora de vantagens demasiado flagrantes ou de repressão demasiado brutal, a ponto de reaparecerem, com isso, formas de dependência ou solidariedade orgânica (o complexo tutelar); 2. De que maneira compatibilizar ao máximo o princípio da autonomia familiar, de seus egoísmos e suas ambições singulares, com os procedimentos de socialização de seus membros (a regulação das imagens).

Sua linha de raciocínio busca entrelaçar as equações surgidas entre estratégias de governamentalidade com as famílias, propondo seu próprio policiamento junto ao controle de riscos, com “prevenções” de perigos a partir de ações diversas com a população: intervenções desde vacinações, circulação nas cidades, empregabilidades, matrículas escolares, educação de crianças, higienização, etc. Seus questionamentos colocam em discussão a mobilização realizada pelas famílias a serviço da norma reguladora e higienista, operada através do policiamento feito tanto por elas mesmas avaliando suas condutas, como também através de dispositivos variados.

Eis aí o ponto em que trabalhadores sociais, educadores, médicos, psicólogos, entre outros profissionais, inclusive nos equipamentos públicos, entram nesta problematização, e cada vez mais são convocados a contribuir para normas vigentes junto à população. Além disso, a combinação entre as intervenções de técnicos e as “mudanças” objetivadas com a população, expõem uma espécie de pacto culpabilizante, visto que a ideia seria a de controlar o perigo, diminuindo as situações de risco e vulnerabilidade.

As ideias de Donzelot sobre o policiamento feito à família partem do pressuposto de que com o surgimento das sociedades liberais, a família passa a ser responsável pela economia de intervenções por parte do Estado, os modelos de família passam a ser objetivados. Prefaciando a obra de Donzelot (1980, p.5), Gilles Deleuze contribui:

Donzelot mostrará que o social também não se confunde com o setor econômico, pois inventa precisamente toda uma economia social e recorta a distinção entre o rico e o pobre em novas bases. Nem se confunde com o setor público ou com o setor privado pois induz, ao contrário, uma nova figura híbrida de público e privado produzindo, ele mesmo, uma repartição, um entrelaçamento original entre as intervenções do Estado e seus recuos, entre seus encargos e desencargos.

Em “A polícia das famílias”, Donzelot problematiza o sentido de polícia expresso por Foucault, trazendo alguns vetores expostos entre o que os princípios de uma sociedade disciplinar de regulação moderna trazem e suas consequências para a produção dos discursos sobre a família. Comenta também que “são os procedimentos de transformação da família,

que instalam as formas de integração moderna que emprestam às nossas sociedades seu caráter particularmente policiado” (p. 15). Ou seja, o espaço familiar é policiado quando se trata privilegiadamente de famílias que possuam um certo perfil.

Conservar e observar a conduta das crianças, foram uma das transformações das intervenções da medicina no século XVIII, bem como também “conservar” as mulheres, que antes eram colocadas em um status de máquinas de produção. As ações da medicina, definida como domésticas, passam gradativamente a definir as mudanças julgadas como necessárias na família e, a similaridade com a unidade “família” como sendo uma “estufa aquecida” é vista por Donzelot (p. 24).

Tem-se em Foucault (2001), ao também considerar uma problematização a respeito de mecanismos de controle e vigilância da população na modernidade e suas transformações, traz a questão da família como representação da ordem através dela: o mesmo traz o tema da masturbação infantil, tema bastante valorizado a partir do século XIX, como um elemento de governamentalidade em que pais eram incitados a manter o controle dos corpos de seus filhos, desaparecendo intermediários como amas de leite, escravos, etc, nos cuidados e vigília ao universo infantil.

O trabalho no SUAS inclui primeiramente identificar as situações de risco e vulnerabilidade e depois, trabalhar com elas, inclusive colocando a família a se “policiar” em relação a não se colocar nestas circunstâncias: por exemplo, tem-se o programa de geração de renda do Bolsa Família, que traz uma série de exigências para o recebimento do benefício, tanto no âmbito da educação quanto da saúde e da própria assistência social. Colocar e manter os filhos na escola, levar todos ao posto de saúde para acompanhamentos, participar dos grupos ofertados nas instituições, fazer cursos profissionalizantes, inserir adolescentes em empregos de Menor Aprendiz, são intervenções oferecidas pelos técnicos do SUAS em propostas para a família vigiar seus membros.

Porém antes disso, Foucault (2001, p. 72) coloca a questão da anomalia, das discrepâncias, das irregularidades, dos pequenos desvios, a partir do século XVIII, em uma referência a violações das leis da sociedade e da natureza: os padrões normativos passam a aparecer como estratégias de controle para o que deveria ser corrigido:

O contexto de referência do indivíduo a ser corrigido é muito mais limitado: é a família mesma, no exercício de seu poder interno ou na gestão da sua economia; ou, no máximo, é a família em suas relações com as instituições que lhe são vizinhas ou que a apóiam.

Surge assim, uma rede de apoio segundo ele, em um jogo de poder entre a família, apoiada por todo seu redor, pelas ciências que se propoem a intervir na busca pela correção da imperfeição. Foucault problematiza o fato de que no século XIX o indivíduo anormal fica marcado tanto na medicina quanto na prática judiciária em alvos de normalizações.

Aqui surge o indivíduo "anormal" e outra figura emerge, a ser observada no campo familiar: a masturbação infantil, como um fenômeno em que o investimento passa a ser nos corpos dos indivíduos, em uma instância de poder mais íntima. Desta vez, a questão traz a intimidade, nos espaços mais fechados da sociedade moderna, na proposta de controle dos corpos feitos pela família, trabalhando estratégias de poder-saber junto com as ciências médicas e da educação, trazendo uma nova organização do espaço e do controle familiar.

Ao passo que as tecnologias cristãs passam a mobilizar campanhas em torno dos controles dos corpos como propostas de controle sobre a sexualidade humana e seus desejos carnis, a educação e a ciência médica passam a se apropriar de técnicas de vigilância a partir do século XVII, sob um discurso de direção das almas. Foucault (2001) comenta que foi a vigília sob a atividade masturbatória da criança que se deu aos pais uma função de governamentalidade sobre os corpos de seu filhos, constituindo a base da família moderna. Neste momento, a inscrição da ciência médica com uma proposta "em nome da doença" ao se tratar da masturbação infantil, passa a ser constituinte de tecnologias de poder-saber em que as famílias passam a ser orientadas a aumentar a vigilância sobre seus filhos. Aqui se percebe o investimento da medicina como uma ciência normalizadora e de controle. É através da medicina que são instrumentalizados os dispositivos para propor à família que controle, vigie, medique se precisar, os corpos das crianças em tecnologias sofisticadas com funções de polícia.

Em um outro texto, Foucault (2010b, p.160) esclarece sua compreensão do que aborda em suas pesquisas sobre a medicina, sobre o pensamento médico, sobre o discurso médico:

...entendo uma maneira de perceber as coisas que se organiza em torno da norma, quer dizer, que tenta dividir o que é norma do que é anormal, que não é, justamente, o lícito e o ilícito; o pensamento jurídico distingue o lícito e o ilícito, o pensamento médico distingue o normal e o anormal; ele se dá, ele procura, também, dar-se os meios de correção que não são, exatamente, os meios de punição, mas meios de transformação do indivíduo, toda uma tecnologia do comportamento do ser humano, que está ligado a isso...

Visto neste sentido, a psicologia com suas técnicas da ciência do comportamento e subjetivação, coaduna com os discursos médicos ao intervir na família.

Fenômenos sociais familiares como as instituições acolhedoras de crianças, as “rodas” de recém-nascidos, as campanhas para a prevenção dos casamentos, as casas de prostituição em suas relações com as famílias, os costumes tanto para as famílias pobres e operárias quanto para as ricas, passam a ser problematizados na modernidade. As prevenções das doenças a partir da modernidade passam a ser objetivadas, seguindo um princípio higienista da ciência moderna e, sendo a família a menor organização política possível, é o maior alvo das intervenções, tornando-se um elemento estratégico da biopolítica. A partir daí se criam saberes e modos de intervenção, aumentando o policiamento com a família, através do saber, com as promessas de tranquilidade e bem-estar para todos. E, na consequência, mendigos, pessoas que não trabalham, doentes mentais, homossexuais, famílias fora dos padrões da normalidade, passam a ser vistos como problema público.

O trabalho no SUAS inclui primeiramente identificar as situações de risco e vulnerabilidade e depois, trabalhar com elas, inclusive colocando a família a se “policiar” em relação a não se colocar nestas circunstâncias: por exemplo, tem-se o programa de geração de renda do Bolsa Família, que traz uma série de exigências para o recebimento do benefício, tanto no âmbito da educação quanto da saúde e da própria assistência social. Colocar e manter os filhos na escola, levar todos ao posto de saúde para acompanhamentos, participar dos grupos ofertados nas instituições, fazer cursos profissionalizantes, inserir adolescentes em empregos de Menor Aprendiz, acabam por exigir que a família não coloque sua vida nem a dos outros em risco, estando o *homo oeconomicus* a serviço da ordem.

2.5 Sobre risco e vulnerabilidade...futuros sob controle no SUAS

Outro *pit-stop* da estrada: risco e vulnerabilidade. Pensar sobre a biopolítica, normalizações, estratégias de controle a serviço do afastamento do perigo: o profissional da psicologia entra no SUAS compactuando com embates e jogos de força gerados pela produção do perigo nas políticas públicas de assistência social, em estratégias de governamentalidade com a população. Foucault (2008b) passa a descrever o princípio de governamentalidade como a arte de governar, não se referindo aos poderes de gerenciamento do Estado, porém além disso, o encontro entre as técnicas de governo sobre os outros e as técnicas de si, como estratégias das formas de saber.

Em uma reflexão que tenta aproximar risco, vulnerabilidade e infância, Hillesheim & Cruz (2008) pontuam que na atualidade, a questão do risco é operada a partir dos mecanismos de poder, tornando-se instrumento privilegiado da sociedade de controle e equacionando a infância, com pobreza, vulnerabilidade, risco e perigo. Propõem a pensar sob uma perspectiva de culpabilização e responsabilização do risco, tendo como estratégia a governamentalidade, através de ações de prevenção para a infância em condições de pobreza, tendo esta população como analisador da estratégia. Ao citar Castel (1987), as autoras esclarecem que a administração dos riscos surge como um novo mecanismo de controle vinculado ao biopoder, no qual a população passa a assumir, cada vez mais, os riscos decorrentes de suas escolhas e comportamentos. Neutralizar a ameaça com a ideia de perigo, antecipando e vigiando o mesmo: uma tentativa de controle para tentar resolver o risco.

Em sua obra que problematiza o risco, Castel (1987), em consonância com a filosofia de Foucault, aborda o que descreve como “novas estratégias médico-psicológicas e sociais” surgidas com o objetivo de prevenir riscos, nas sociedades modernas, que pretendem rastrear o perigo não somente de uma pessoa ou um grupo, mas dados impessoais ou fatores que aumentam as chances de que comportamentos indesejáveis ocorram. Ao citar Foucault (Vigiar e Punir, 2004), que analisava o modelo panóptico em que a vigilância supõe uma co-presença de ambos, controlador e controlado, num espaço homogêneo, em que nada escapava, avalia (Castel, 1987, p.126):

As novas políticas preventivas economizam essa relação de imediatismo, porque do que elas tratam, num primeiro tempo, pelo menos, não são indivíduos, mas fatores, correlações, estatísticas. Elas desconstróem também o sujeito concreto da intervenção para recompô-lo, a partir de uma configuração de elementos heterogêneos. Assim, pode-se menos falar de

uma vigilância que, mesmo à distância, suscita sempre alvos precisos e materiais, do que de construção de uma combinatória sistemática de todos os grupamentos possíveis, suscetíveis de produzir risco. Trata-se menos de afrontar uma situação já perigosa do que de antecipar todas as figuras possíveis da irrupção do perigo. E, o que marca assim em oco o lugar do perigo, é uma distância avaliável em relação às normas médias.

Castel (1987) traz uma reflexão sobre calcular uma probabilidade intuitiva que ele chama de dissimulada, sob um julgamento substancialista, pois dizer que algo está sob risco, como se fosse algo perigoso, significa acreditar que o perigo já ocorra desde antes de acontecer. É como se disséssemos que toda adolescência é uma idade arriscada ao fomentar ações preventivas para toda uma população adolescente, baseada em dados estatísticos de uso de drogas ou outra situação possível de ocorrer nesta fase. O risco ocorre antes da situação objetiva de fato e é como se fosse dito que ser adolescente é perigoso porque pode usar drogas, por exemplo. Fica aqui uma reflexão a ser analisada, trazendo uma perspectiva de calcular perigos através de simples “intuições”.

O que Castel traz (1987) sobre uma distância considerável, o que ele chama de “oco”, entre o perigo possível e a norma média do “não-perigo”, traz uma problemática a ser pensada. O “oco” traz uma perspectiva de possibilidade em que o governável aparece, mas está no vazio, não é tão tangível, oferece mais riscos e é mais perigoso por isso. É imprevisível. A vigília diante do provável administra este vácuo que surge quando se define o que é risco ou em vulnerabilidade, tornando-se as ações vistas pela vigilância socioassistencial do SUAS frente às famílias atendidas, algo extremamente eficiente biopoliticamente e o “oco” se torna mais regulável.

Em relação aos casos citados na pesquisa, é provável que os adolescentes das famílias atendidas estejam desempregados ou fora da escola ou ainda cometam atos infracionais. A regulação proposta seria acentuar as funções de polícia com eles, através dos grupos de SCFV ou orientar mais as famílias a inseri-los em cursos profissionalizantes ou a vigiar melhor seus filhos para não cometerem atos infracionais por exemplo, como tentativas de controle do possível perigo. Quanto a Dona Josefa, a ideia de vulnerabilidade surge quando um possível perigo consiste no fato dela não conseguir mais render considerando que está sem benefício socioassistencial e sem condições físicas de trabalhar, somado ao fato de ter crianças e adolescentes em casa sem rendimento. Seu Célio, que reside sozinho e estabelece uma relação de dependência com vizinhos e instituições, fica mais vigiado pelo fato de ser mais vulnerável considerando sua idade e lentidão.

Moraes e Nascimento (2002) problematizam esta questão ao abordar o termo “devir” como prescrições a serem adotadas para controlar os riscos, referindo-se ao que se consideram modos adequados para controle e, nesse campo, a imprevisibilidade torna-se um instrumento importante de poder, atuando sobre a singularidade (p. 101). Aqui o futuro se dobra sobre o presente e percebe-se o futuro como sendo “prescrito”. O controle dos riscos permite uma tecnologia de poder em que a prescrição é comandar o futuro, imaginando que nele não haverá perigo, se todos agirem dentro das normas vigentes para serem incluídos. Não se consegue calcular o que não se pode ver, ouvir ou sentir. As previsibilidades entram nessa perspectiva: agir nas normativas faz com que o imprevisível fique menor e as condicionalidades habitam o “oco” e o torna regular.

Entretanto, problematizar a produção da noção do perigo parece se estabelecer nas intervenções de vigilância ao risco e vulnerabilidade e, ao psicólogo do SUAS, a zona de conforto biopoliticamente governável aparece, visto que ele procura na família as noções de perigo que talvez ele mesmo possa estar produzindo. Minhas observações nesta perspectiva, ao procurar o perigo, se produz a noção do mesmo.

O confortável visto como parte de uma estratégia: futuro sem perigo estrategicamente trabalhado pelo psicólogo no SUAS e uma espécie de jogo onde se buscam os culpados começa: e se o psicólogo não realizasse a busca ativa? E se ele não adentrasse nas residências rastreando violações ou situações fora das normas? A culpa do perigo seria dele por não intervir, bem como de outros campos da ciência “recrutadas” a cuidar do perigo nas sociedades ocidentais? Será que a culpa não seria da família por não conduzir sua vida nas normalizações da sociedade? E a própria política de assistência social? Também não entraria no jogo da busca por culpados por não garantir as condições mínimas à população do SUAS de alcançar o patamar ideologicamente projetado? Em suas práticas que auxiliam a vigilância socioassistencial do SUAS, o psicólogo acaba por produzir a noção do perigo utilizando suas técnicas de subjetivação? Culpabilizar Seu Célio, Dona Josefa ou os outros usuários da assistência social pelas suas condições de desemprego, pobreza, situações físicas ou outra condição que mobilize situações de vulnerabilidade ou risco trazia o conforto diante dos ideais normativos de população regulável?

Pois bem, chegamos no meio da estrada. A equação está lançada, não para uma busca de respostas, porém para uma problematização envolvendo a construção da noção do perigo nas políticas de assistência social brasileira.

O previsível e o calculado não oferecendo perigo à hegemonia social e ao controle sobre o futuro. Eis aí o princípio da busca por normalizar a população que, ao se buscar por ideal, normal, dentro de expectativas comuns, não-perigosas, acaba também por produzir o não-ideal, o perigoso, traduzindo um aspecto binarista: binarista no sentido de produzir uma cesura na população entre perigosos e não perigosos das sociedades biopolíticas.

O psicólogo ao se ver em sua prática no SUAS, constrói-se também se questionando sobre o que lhe foi imposto ao longo da ciência psicológica, em suas intervenções tecnicistas, “descobridor” de verdades dos sujeitos. Foucault *apud* Hüning & Guareschi (2009) traz uma discussão sobre regimes de verdade dos discursos científicos trazidos pela psicologia em seu surgimento e questiona não apenas as possibilidades e limitações dessa ciência e dos saberes psi, mas propõe pensar que outras formas podem assumir, não com a intenção de buscar para si o caráter científico, mas problematizando questões, tais como: a que objetivos tais saberes vinculam-se, como “funcionam” produzindo realidades e modos de subjetivação?

Minhas indagações surgem ao me perceber como parte de estratégias de polícia atuando como psicóloga do SUAS, rastreando na pobreza as situações de perigo. Mas em que medida a adoção de dispositivos de segurança pelas políticas de assistência social brasileira, convidam a ciência psicológica, que busca estratégias que intermediam a vigilância socioassistencial, a policiar a população produzindo uma gestão dos perigosos? E em que medida a contribuição do profissional da psicologia produz o perigo e culpabiliza a família com renda menor por sua situação?

Retornando a questão do perigo com nossas famílias pretendidas, vigiadas, buscadas, orientadas e exigidas: a impressão que se tem nos trabalhos é que a polícia da assistência social brasileira busca estratégias de governamentalidade para gerenciar o perigo. E ainda mais: o psicólogo passa a ser um operador do SUAS e entra na equação fomentada para a produção do perigo.

Essas são perguntas orquestradas pelo problema desta pesquisa, trazendo-as para reflexão que se desdobram no exercício de análise mais propriamente dito.

3.0 A PSICOLOGIA E A PRODUÇÃO DO PERIGO NO SUAS...CAMINHOS PERIGOSOS?

Pois bem, nesta etapa da estrada, pretendo retomar algumas questões para análise, que foram anunciadas anteriormente. Tais questões se referiam ao modelo de família que o SUAS intervém, estabelecendo assim, que os dados para a vigilância socioassistencial vislumbrem qual é a família que deve ser vigiada: suas características são problematizadas nesta questão, visto que é neste perfil que o SUAS constrói seu planejamento de intervenções posteriores, sobre o que é perigoso a ser buscado na família governável. Ao abordar o modelo de família que atualmente governa o país, há questionamentos sobre a retomada do primeiro-damismo no Brasil da atualidade, trazendo elementos problematizadores sobre uma proposta de modelo de família que governa: será que ele deixou de existir para seu modelo de família que governa seja retomado atualmente? Além disso, uma problematização a respeito da ideia de perigo para o SUAS e sua relação com a psicologia que ao utilizar de suas técnicas de intervenção, em suas estratégias de polícia, colabora com a construção da noção de perigo para a vigilância socioassistencial.

Antes de iniciarmos a discussão que intermedia uma análise sobre as questões levantadas pela pesquisa, cabe aqui manifestar meu posicionamento sobre os avanços do SUAS ao longo de onze anos de implementação. Sua expansão por quase todos os municípios do Brasil levou o acesso à garantia de direitos sociais à população com a redução dos índices nacionais de pobreza. Além disso, a profissionalização dos equipamentos da assistência social que, anteriormente, propunham ações vinculadas a outras políticas públicas, também convém ser destacada. O que em outras épocas, citando o que foi exposto no segundo capítulo, a política de assistência social se propunha a fazer, com sua promulgação, profissionaliza-se e sofisticava-se a intervenção do técnico do SUAS, propondo qualidade no atendimento à população, conforme já preconizava a Constituição Federal de 1988. O que em outras épocas era realizado somente por instituições de caridade, ONGs ou igrejas passa a ser também realizada por uma política nacional de assistência social, com assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, antropólogos ou sociólogos. E, conseqüentemente, movimenta-se os jogos de força com a população através dos poderes de polícia adquiridos a partir da política pública de assistência social brasileira.

Embora haja avanços, ao mesmo tempo, percebo que ainda há situações em que pedidos de favores e ações assistencialistas ocorrem, havendo incompreensões em termos de direito (incluindo alguns técnicos que interpretam o SUAS dessa forma, com equipamentos de

caridade). As várias situações de pedidos de cesta básica aos CRAS são um exemplo disso, em que este benefício eventual deveria ser dado somente em situações de calamidades e fome, porém ainda continuam sendo usadas para compras de votos em campanhas políticas ou outras trocas de favores. Isto alude a uma questão moral que permeia o cotidiano do serviço e que baliza também o entendimento da família que é contemplada no projeto de sociedade que vivemos.

O fato de se trazer a prática da psicologia em discussões a respeito do SUAS traz para o campo de análise suas técnicas de intervenção e o que elas acabam por produzir, conduzindo assim também, a uma reflexão sobre o como a psicologia colabora com técnicas de subjetivação, com a construção das noções de perigo, risco e vulnerabilidade sobre as famílias atendidas.

Quais racionalidades específicas a psicologia assumiu que lhe permite construir noções de perigo visto que sua ciência lhe permite “falar a verdade” sobre as condutas da família? Pensar sobre isso, relaciona-se ao que problematizou Foucault: como governar a população? Situo a questão no contexto da psicologia e sua produção do perigo no SUAS.

O que se espera da psicologia, em suas técnicas de intervenção junto às famílias policiadas do SUAS no que tange à produção da ideia de perigo que acarreta nessas famílias? Nas equipes de atenção básica à família do SUS, o mínimo que se compõe, refere-se a um médico, uma enfermeira, um auxiliar ou técnico de enfermagem (Brasil, 2016a, p.01): são intervenções também junto à família, inclusive em situações de perigo de epidemias, campanhas diversas de prevenção na área da saúde, etc, porém o avizinhamento com as intervenções do SUS não atrelam o perfil perigoso ao pobre (ou ao menos não exclusivamente, como podemos ver em algumas campanhas sobre aleitamento materno, prevenção às DSTs/AIDS, etc), à renda *per capita*, ao quesito econômico da família, para mobilizar intervenções. As intervenções do SUS envolvem questões biológicas, de prevenções de doenças e sociais, porém não econômicas, seu foco recai em ações distributivas e não redistributivas.

Considerando nesta dissertação o método genealógico, busca-se assim problematizar a naturalização do perigo para as famílias com renda financeira menor do SUAS. Como a noção de perigo já fica posta para o SUAS, caberia ao profissional do SUAS intervir com as famílias, visto que pela forma como são inseridas, fica parecendo que são essas famílias que colocam a norma em perigo. Mas e se colocássemos a psicologia e suas técnicas de

policciamento junto à população do SUAS em questão, buscando uma equação em que ela é posta também na construção da noção de perigo ao intervir?

Ao também buscar problematizações envolvendo a psicologia nos campos do SUAS, Lasta, Guareschi & Cruz (2012, p.58) trazem:

A partir do pensamento foucaultiano pode-se buscar desnaturalizar as práticas institucionalizadas. Desnaturalização que ocorre na medida em que questiona e busca visibilizar as condições de emergência das práticas *psi*, recolocando-as como efeitos de determinadas formações discursivas. E, ainda, compromete-se com o desafio da reflexão e da desmontagem dos saberes e práticas instituídas que vêm configurando a inserção do profissional da Psicologia no campo da política pública de assistência social.

Trabalhar a questão do profissional da psicologia como o técnico da família nas políticas do SUAS como profissional essencial, ao lado do serviço social, neste tipo de intervenção, traz-me algumas pistas sobre quais estratégias essas ciências colocam em questão suas ações com a família no SUAS.

Vista genealogicamente, o perigo é então problematizado de uma forma diferente: a construção da noção de perigo passa a ser pensada sob um outro ângulo. Se o psicólogo é recrutado a colocar sua ciência para buscar a normalização dessas famílias do SUAS, estaria o mesmo auxiliando na construção da noção de perigo, orientando as famílias a não deixarem as crianças e adolescentes na rua ou fora da escola, por exemplo? Estaria a psicologia se utilizando de técnicas de saber-poder para policiar e intervir junto à população e como isso, auxiliando na construção da noção de perigo biopoliticamente engendrada nos dispositivos públicos da Assistência Social?

Para a PNAS, o perigoso é entendido como aquele que não tem renda mínima, embora não estude, não tenha atividade produtiva, deixe seus filhos fora da escola ou que estejam em medida socioeducativa, etc, e assim, técnicas de subjetivação do psicólogo são convocadas, visto que a ameaça ocorre, caso a intervenção não seja obedecida e a disciplina não seja cumprida. As ações do psicólogo em dar orientações para que estas famílias não ameacem o modelo de família pretendido nas normas são colocadas em discussão: um modelo de família em que a renda *per capita* indique o que precisa ser governado pelo SUAS. Uma família governável é aquela em que os técnicos do SUAS farão busca-ativa e intervenções variadas. Ao intervir, a ciência psicológica constrói em suas estratégias de governamentalidade, a noção de perigo na família do SUAS. Dito de outro modo, o psicólogo é um operador da norma, pois

também faz parte de uma família “normal”, que vai aliar a baliza do modelo familiar normal da sociedade com o conhecimento técnico-científico para vigiar as famílias priorizadas.

Uma pesquisa em que o SUAS é colocado em discussão, avizinhando a produção do perigo da família com renda *per capita* menor com a psicologia, com suas técnicas de saber-poder, problematiza sobre o que a biopolítica acaba por produzir: o perigo, a ciência a serviço de seu gerenciamento, o valor do capital humano, os dispositivos de segurança e suas estratégias de polícia a serviço de um Estado normalizado e economicamente viável.

Bem como propõe Foucault, ao desnaturalizar eventos e acontecimentos postos, a problematização sobre a produção do perigo é colocada em análise: desnaturaliza a equação sobre o perfil da população colocada para intervenção pelo SUAS, trazendo uma reflexão sobre quais ideais normalizados para que o Estado se torne forte e potente através de suas técnicas de policiamento científico. E a psicologia vem junto com esta questão.

Vamos retornar ao modelo de família postulado no SUAS e como esse modelo se relaciona à composição da noção de perigo. Ressalta-se, conforme dito anteriormente, que, para ser inserida no CAD Único e ser computada sua intervenção, a família precisa ter uma renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou renda mensal de até três salários mínimos, e que, as famílias com renda maior são atendidas, porém não entram nas estatísticas que possibilitem estratégias normativas do SUAS. As exceções ocorrem segundo o próprio decreto do CAD Único (Brasil, 2007b, p. 1), como expresso anteriormente, no caso das famílias de maior renda que são computadas, porém somente em planilhas básicas do serviço municipal, não fornecendo dados para a vigilância socioassistencial nacional.

Qualquer pessoa pode ser atendida em qualquer equipamento do SUAS, mas os dados computados pelas equipes são prioritariamente da população com renda menor, através do CAD Único (Brasil, 2007b). No CREAS, os atendimentos baseados em violações de direitos nem sempre estão com a pobreza, como por exemplo, as relacionadas com a violência de um modo geral. Sua matriz é multifatorial e não depende da renda. Porém, os dados sobre uma família de classe média ou alta que teve uma criança abusada sexualmente em seu bojo, estando acompanhada tanto pelo psicólogo quanto por outros membros da equipe, não interessa ao dado nacional. A produção de perigo no SUAS, utiliza-se de dados estatísticos realizados através da alimentação do banco de dados estatísticos por seus técnicos, inclusive por mim, trazendo a questão da intervenção da psicologia com as famílias para esse serviço. O perigo passa a ser equalizado com a pobreza dentro de um modelo de família, intensificando as intervenções dos técnicos para com essa.

Primeira constatação a partir disso: as famílias com condições econômicas mais altas não são consideradas alvo da vigilância socioassistencial da Política Nacional da Assistência Social. Ou seja, o SUAS as atende em uma abordagem pontual, sem uma continuação de atendimento. No entanto, a família que vai ser vigiada perpetuamente por esse sistema será a família com renda menor, entendendo, então, por pobreza, um patamar de quem recebe até três salários mínimos ou que tenha uma renda *per capita* de até meio salário mínimo.

A família pobre passa a receber atenção a partir, então, de dois critérios: o de estar em perigo e o de ser perigosa. O que se entende pelo primeiro caso, sinteticamente, é que essa família ainda não se tornou perigosa, mas está em vias de ser. Nesse aspecto, ressaltam-se as ações do CRAS, tais como a busca-ativa para a formação de grupos para o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e os acompanhamentos do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família). No segundo caso, o das famílias perigosas, entendemos aquelas que são atendidas pelos serviços de média e alta complexidade, como nos casos dos serviços do CREAS, tais como o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; além dos serviços de alta complexidade, como as casas-lar, abrigos institucionais, casas de passagem, residências inclusivas, serviços de acolhimento em república, em família acolhedora e os serviços de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Mas esse entendimento implica alguns desdobramentos que merecem uma discussão mais atenta.

Um deles se refere ao fato de que, ao fazer essa separação entre as famílias pobres, um modelo familiar emerge: o modelo dentro dos padrões normalizadores, como famílias com todos empregados, sem conflitos com a lei, todos na escola em idade escolar, todos rendendo para a sobrevivência de todos. Esse modelo é operado pela própria produção biopolítica, já assinalada anteriormente, uma vez que se refere a um modo de governar a população. Ou seja, nessa perspectiva biopolítica, podemos ver um corte na população no que se refere à forma de organização familiar. Se as famílias com renda menor recebem maior acompanhamento da assistência social, as famílias consideradas com maior condição aquisitiva, não. E por não serem alvo dos acompanhamentos que fornecem dados para a vigilância socioassistencial, forjam-se como a família “normal”. Essa família é delineada de outra forma. E essa família “normal” não apenas emerge como instância que se torna um certo modelo a ser seguido, mas

executa uma função social importante: a de vigiar as famílias pobres! Essa é uma questão importante de ser debatida, pois se relaciona diretamente à função que a psicologia vai exercer no SUAS.

Ao problematizar sobre as ciências humanas, tem-se em Foucault (1999b, p. 476), ao citar as emergências históricas que circunscreveram inclusive a psicologia:

Certamente não resta dúvida, de que a emergência histórica de cada uma das ciências humanas tenha ocorrido por ocasião de um problema, de uma exigência, de um obstáculo de ordem teórica ou prática; por certo foram necessárias novas normas impostas pela sociedade industrial aos indivíduos para que, lentamente, no decurso do século XIX, a psicologia se constituísse como ciência; também foram necessárias sem dúvida, as ameaças que, desde a Revolução, pesaram os equilíbrios sociais e aquele mesmo que instaurara a burguesia, para que aparecesse uma reflexão do tipo sociológico.

Ao intervir nas famílias, a psicologia é chamada a entrar não somente no SUAS, porém em vários âmbitos a serviço de categorizações sociais diversas: acontecimentos como a PNAS e suas preocupações com as ameaças trazidas pelas famílias com renda financeira menor foram postas à sociedade brasileira e, pelo que foi problematizado, a psicologia traz suas contribuições a apontar o perigo, dispondo suas funções de polícia com frequência.

Ainda falando sobre o modelo de família, em ambas as famílias citadas anteriormente, a família em perigo ou a família perigosa, a posição da mulher é importante de ser considerada. Se no primeiro-damismo a mulher ocupa a destacada, mas submissa, posição de exercer a caridade, no SUAS – ainda que em sua criação e em termos de política de redistribuição emergja como também uma crítica a essa situação – propõe um alerta à posição da mulher, pois as mulheres das famílias pobres são vistas como as que produzem os desajustados sociais ou os potenciais perigosos para a sociedade. São elas, preferencialmente computadas como chefes-de-família para adquirir o NIS. Destaca-se aqui uma estratégia de resistência, o fato da mulher assumir sua posição de chefes-de-família na maioria dos casos, ao passo de outrora posicionar-se em situações de submissão.

Assim, outra questão não menos importante que se conecta aqui é também buscar a culpa do perigo, o que implica que a família precisa ser mobilizada na intervenção dos técnicos do SUAS. E colocar a psicologia, além do assistente social, a serviço dessa normalização, poderia redimir a sociedade, já que seria a culpa dessas famílias se manter perigosas e não das “ciências da família”.

Ao abordar a questão dos regimes de veridificação colocados através das ciências em jogos de verdade a partir do século XVIII, Foucault (2008b, p. 50) pontua:

A crítica que lhes proponho consiste em determinar em que condições e com quais efeitos se exerce uma veridificação, isto é, mais uma vez, um tipo de formulação do âmbito de certas regras de verificação e de falsificação.

Nas intervenções, os técnicos acabam por pontuar para as famílias suas formas de conduzir suas vidas, traduzindo as estratégias de governamentalidade através da ciência, pontuadas politicamente, sobre o alcance político que os regimes de verdade passam a adquirir para as famílias.

Dada a categorização dos tipos de família que foram problematizados, o SUAS define a família pobre e perigosa como governável. Em outro campo, viu-se o modelo de família que governa, que gerencia, que comanda: o fator econômico aqui fica sendo decisivo. Foi interessante observar durante o percurso desta pesquisa, tentando compreender os caminhos que as Políticas de Assistência Social trilharam no Brasil, marcadas por diversos movimentos de assistencialismos e primeiro-damismos, que antecederam a efetivação da Política Nacional de Assistência Social atual, retroceder décadas quando o Governo Brasileiro, presidido atualmente por Michel Temer, coloca sua esposa Marcela Temer, para assumir um programa do Ministério do Desenvolvimento Social, que atenderá crianças do Programa Bolsa Família – na verdade, os CRAS já destinam suas ações a esse público através do SCFV, porém a proposta veio com um “roupagem” nova, dando o nome de “Criança Feliz” ao projeto. A família atendida pelo SUAS, perigosa e governável e a família que governa, um governante e uma primeira-dama comprometida “com as questões sociais”. Um modelo compatível com os anos 40 no Brasil trazia este mesmo modelo: as mulheres de governantes, bonitas, jovens, que atuavam como donas de casa, de repente sendo chamadas a compor cargos de Primeiro Escalão do Governo, para ajudar os mais pobres e mais necessitados. O pretexto na época era a mobilização econômica por conta da inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial (Mestriner, 2001).

O que se julgava superado em uma política pública de 1942, através da LBA, com incentivos assistencialistas, de benemerências de igrejas e de primeiras-damas, com as interfaces pretendidas pelo SUAS a partir de 2004, retrocede-se ao posicionar a família governante como de um núcleo paternalista e patriarcal de poder com uma mulher-mãe-esposa-bonita-recatada-e-do-lar e, em outro lado, a família perigosa da assistência social como governável.

Ao se pensar a partir de um método de pesquisa genealógico, um “retorno” ao primeiro-damismo atual, permite dizer que a política de assistência social não é entendida como um direito, mas como ato de benemerência, além de implicar a generosidade da mãe-dona-de-casa! Aqui tem-se um modelo familiar emprestado pelo primeiro-damismo que não foi completamente abandonado pelo SUAS, uma vez que o modelo familiar que subjaz a esse sistema, prescreve uma moralização da mulher em seu desempenho familiar! Entretanto convém destacar a resistência da maioria das mulheres atendidas pela assistência social ao assumirem seus lares, demonstrando sua capacidade para resistirem a quaisquer modelos impostos, antigos ou atuais.

E é aqui também que entendemos que na família com renda *per capita* menor, a mulher, operária, nunca deixou de trabalhar, embora o aumento de sua inserção no mercado de trabalho tenha sido maior nos últimos anos. Entretanto, a mulher segue ocupando a função de cuidar, de assistir ou pelo menos de gerenciar esse cuidado na família, administrando os cuidadores. São as mulheres que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) dos grupos de 0 a 6 anos nos CRAS juntamente com os filhos, são elas que em sua grande maioria participam das reuniões socioeducativas tanto dos CRAS quanto do Programa Bolsa Família e também são elas que acabam indo nas reuniões dos pais dos grupos dos adolescentes do SCFV nos CRAS: bastaria somente fazer a estatística baseando-se nas listas de presença dessas reuniões ou grupos.

Em relação à mulher de classe média, em que os serviços de casa, com os cuidados familiares, era maior do que as de classe baixa que tinham que render no mercado externo para sobreviver, além de seus afazeres domésticos, com o aumento da profissionalização da mulher, sua inserção no mercado formal de trabalho aumentou. Aqui entra a mulher disponível para trabalhos de caridade caso não se profissionalizasse.

Esta dissertação não pretende entrar em uma temática dos estudos de gênero propriamente, mas esta pesquisa aponta que tanto no gerenciamento do SUAS quanto mesmo no primeiro-damismo, a mulher exerce um papel de vigilância sobre as famílias da assistência social, essas geralmente também lideradas por mulheres (comumente “abandonadas” pelos homens). Cabe aqui um importante assinalamento, nesse aspecto, que não queremos invisibilizar: os profissionais de psicologia e serviço social são, em sua esmagadora maioria, também mulheres. Isso se torna, a meu ver, um importante analisador do histórico da assistência social e “da missão” que lhes são encarregadas no exercício da vigilância dessas famílias.

É importante observar um dado relevante sobre qual é o perfil tanto na profissão de psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 2017) quanto na de serviço social: segundo os dados atualizados até novembro de 2016 (Conselho Federal de Psicologia, 2017), quase o triplo dos profissionais da psicologia são mulheres em todos os estados do Brasil; ao mesmo tempo em que o Conselho Federal de Serviço Social (2017) também traz a mulher assistente social como a grande maioria dos profissionais brasileiros, totalizando quase 90% dos profissionais, embora os dados da pesquisa publicada sejam de 2005.

Observando o papel moral que parece ser dado à mulher em nossa sociedade, Foucault (1984, p. 26) traz sua problematização sobre as transformações feitas pela experiência moral e seus significados ambíguos, e também pontua:

...por "moral" entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara.

No entanto, quero esclarecer que entendo que a invenção dessa função social da mulher é apenas mais um dos elementos que se configuram no que vai sendo delineado na construção e na vigilância do perigo no campo da assistência. Não o estou elencando como o elemento principal, mas como um dentre importantes aspectos que criam e dão o tom para o que é entendido e se conduz na intervenção sobre as famílias em perigo ou perigosas no SUAS.

Já foi citado anteriormente (Castel, 1987) sobre o modelo panóptico problematizado por Foucault, em Vigiar e Punir (2004), em que todos vigiam todos em uma tentativa de controle no qual a estratégica rede de governamentalidade busca unir quem vigia e quem é vigiado. Pois bem, o modelo da família normalizada trazido pela psicologia acaba vigiando e também é proposto e detém a norma do que se espera da sociedade disciplinar: a família esquadrihada e normalizada não pode ser esquecida. E também não pode fazer com que a família perigosa esqueça deste modelo.

Ao intervir, o psicólogo é quem acaba mostrando para a família da assistência social um modelo do que não é perigoso. E faz-se uma pergunta neste percurso: e onde está a

produção do perigo? Na má condução da família feita por essa mulher atendida no SUAS, que moralmente é posta a vigiar. O psicólogo também contribui com a noção de perigo ao culpabilizar a família por não ser como o modelo normalizado e mostrado em cada intervenção, os “erros” que a família da assistência social comete ao se distanciar do modelo familiar idealizado. A família como ente privado é trabalhado pelo SUAS, em seus referenciais de modelo trazidos pela psicologia e, tem em Scheinvar (2006, p. 3), uma reflexão interessante:

... a correlação entre o público e o privado é sustentada na concepção de prevenção, na medida em que se produz uma subjetividade segundo a qual o controle íntimo da família é o que garantirá a ordem social. O ideal da prevenção, fundamento da política social voltada aos pobres no Brasil, em si já aponta para a previsibilidade dos destinos, no que ficam implícitas as poucas chances de as famílias que não têm condições de viver nos parâmetros da ordem burguesa – como ocorre com a maioria das famílias pobres – aderirem à ordem instituída. Desta lógica, depreende-se a decorrente “necessidade” do isolamento ou eliminação dos “fora da ordem”, para que o sistema não se contamine como um todo.

Os “fora da ordem”, os perigosos do SUAS, são trabalhados pelas políticas públicas através da psicologia, a serviço da não-contaminação do modelo estabelecido de família: a face privada da família da assistência social e perigosa é revelada e tem-se o psicólogo e sua face científica, com suas técnicas de polícia, na equação que resulta na construção da noção do perigo para a assistência social. Entretanto surgem estratégias de resistência quando o psicólogo se permite questionar a realidade, permitindo-se transformar a si mesmo, seguindo as lições de Foucault (2013b, p. 291), em “uma empreitada de dessubjetivação”.

Em meu caso, a experiência de pesquisa apontou caminhos através da sobreimplicação, que possibilitaram o questionamento da realidade implicada, culminando novas formas de intervir enquanto psicóloga na assistência social. Embora haja dificuldades em sair do lugar de polícia das famílias, em continuar computando dados para a vigilância socioassistencial cumprindo os protocolos do serviço público, adoto possibilidades de resistência ao seguir com questionamentos variados, desnaturalizando a realidade imposta ao técnicos da psicologia na PNAS. E, ainda citando Foucault (2013b, p.297), ao se referir a suas experiências em Bataille, Blanchot e Nietzsche, ao falar sobre o convite a recolocar em questão o sujeito:

...a convicção de que uma tal operação não teria nenhum sentido sem que ficasse limitada às especulações; recolocar em questão o sujeito significava experimentar alguma coisa que terminaria com sua destruição real, sua dissociação, sua explosão, sua volta a toda uma outra coisa.

E assim, muita coisa pode ser mudada, desnaturalizando objetos, para que novas possibilidades do trabalho do psicólogo ocorram junto às famílias da assistência social.

3.1 Última parada: a Política de Assistência Social, a psicologia e o perigo

As problematizações propostas até essa etapa final do nosso percurso indicam uma encruzilhada que sinalizam vários caminhos apontando a governamentalidade e seus dispositivos de segurança. Intervenção da psicologia no SUAS, família, pobreza, risco, vulnerabilidade e perigo: esse encadeamento de adjetivos faz com que todos cheguem ao mesmo caminho!

Estar em uma encruzilhada em que todos esses elementos de análise estejam em movimentos transversais traduzem reflexões sobre o como todos esses termos passam a chegar nessa equação. Normalizar o perfil de família a ser policiada na PNAS, ao meu ver, nessa etapa da estrada, necessita de estratégias de resistência, para que o psicólogo não seja categorizado como "aquele-que-vai-dizer-quais-são-os-perigosos", ao passo de que se tirássemos o profissional da psicologia do SUAS, não haveria mais culpa de ninguém em apontar e esquadrihar a população. Um trabalho delicado de intervenção com a população da assistência social exige uma negociação com a norma, em resistir a ela, em levar os usuários do SUAS a pensarem juntos sobre como poderiam lidar com o mercado de trabalho, com as normas exigidas pelo próprio SUAS, sobre como prefeririam cuidar de seus próprios filhos antes de seguirem as orientações do psicólogo, como lidam com as situações de atos infracionais ou como vêm a regra de ir pra escola, etc: um trabalho em que o protagonismo do usuário do SUAS seja valorizado em suas escolhas sobre sua própria forma de resolver suas situações de risco ou de vulnerabilidade.

Hüning & Guareschi (2014, p .167) ao problematizar sobre os discursos *psi* e suas intervenções, pontuam:

O foco na problematização da intervenção deve-se ao fato de que essa é uma prática que, do modo como tem sido constituída na Psicologia, se vincula intimamente com o projeto da Modernidade na sua pretensão de controle e neutralidade. Não esquecendo que, como o pensamento foucaultiano nos indica, um dos principais fatores que caracteriza a modernidade é a normalização das disciplinas, e a Psicologia como uma delas produziu suas ferramentas para a construção não só dos saberes, mas dos sujeitos psicológicos.

Ao ler novamente sobre o CAD Único e a vigilância socioassistencial, no material do MDS (Brasil, 2013c), vejo: “contribuindo assim para a produção de equidade e isonomia no acesso do cidadão ao seu direito por atenções socioassistenciais”, ao falar do cruzamento entre esses dois dispositivos. Trabalhando a família policiada preventivamente para que,

desenvolvendo as suas potencialidades, o perigo não vá ocorrer? A disciplina surgiria para uma espécie de adestramento da população? Ao vigiar o perigo, a intervenção a partir da norma busca fazer a docilização e adaptação da população, com a psicologia também contribuindo na produção do perigo.

Em um outro documento, já citado anteriormente (Brasil, 2009a), ao falar sobre o impacto social esperado por todos os serviços socioassistenciais do SUAS, surge a questão de “projetar expectativas que vão além das aquisições dos sujeitos que utilizam os serviços e avançam na direção de mudanças positivas em relação a indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais” (p. 5). Aqui fiquei me questionando sobre quais “expectativas além” projetadas à família mais pobre, considerando a vigilância nas análises biopolíticas. Além dos dispositivos de segurança das políticas públicas de assistência social vigiarem, trazendo técnicas de subjetivação para normalizarem e utilizarem-se de saberes científicos a serviço da norma econômica vigente, ainda pretendem intervir no “além” disso tudo, o futuro: “avançando em direção de mudanças positivas em relação a indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais”. Aqui entra o cálculo da previsibilidade, citado anteriormente. O previsível trabalhado a serviço da assistência social, em cálculos na equação entre pobreza, perigo e as estratégias de governamentalidade pretendidas a serviço da norma: as estratégias de governamentalidade trabalham na racionalização do perigo e da pobreza, no sentido de tornar visível e regulável uma população.

A psicologia, como cita Hüning & Guareschi (2014), trabalha na construção de saberes e sujeitos e, ao ser convocada a policiar os usuários da assistência social e a pobreza, é equacionada ao perigo. E desta forma, colabora com o projeto da biopolítica, inclusive também objetivando a previsibilidade calculada dos riscos para intervenção imediata. As autoras (2014, p.169) acrescentam que com esse pensamento, a psicologia se propõe a admitir, bem como outras ciências humanas, que colaboram com os ideais da racionalidade moderna em que alguns alvos de intervenção são focados como forma de gerenciar o futuro, em manifestações sutis de instâncias do exercício do poder.

Entretanto, as pistas do que foi colhido nessa estrada acompanhada por alguns passageiros do SUAS indicam que sair do que seja colocado como normativa do que seja computado como perigo, embora seja difícil, não é impossível. Questionar-se sobre como é ser adolescente para as políticas de assistência social ou como é a expectativa frente a um idoso que almeja sua casa própria, tendo como exemplo Seu Célio, ou como Dona Josefa lida com sua problemática familiar, mostram e questionam as implicações políticas das

intervenções propostas não somente pelos técnicos do SUAS porém por todo um campo do que se julga normalizado.

Como foi expresso no capítulo teórico sobre risco e vulnerabilidade no SUAS, os cálculos “preventivos” indicam afastar o desemprego, a situação de violência, o uso de entorpecentes, a pobreza, a miserabilidade, os abusos físicos, morais e psicológicos, as medidas socioeducativas, as privações de liberdade, o afastamento do convívio familiar, a negligência, a situação de rua, o trabalho infantil, a exploração no trabalho, a evasão escolar, exploração sexual, além de atenção mais pormenorizada para a primeira infância, adolescência, velhice, gravidez e portadores de deficiências. Esse encadeamento de acontecimentos, quando associado à pobreza, correspondeu à produção do perigo. Tal perigo não se refere, portanto, tão somente a uma certa situação, mas reflete-se no próprio sujeito, passando, ele mesmo, a ser considerado perigoso.

Contudo, esse perigo só é identificado se associado à pobreza. Por que policiar a primeira infância, adolescência, velhice, da população menos provida financeiramente? Por que não policiar o uso de entorpecentes entre as classes mais altas, ao invés de equacionar seu uso à pobreza?

O fator “renda *per capita*” se por um lado é fundamental para possibilitarmos o acesso da população mais pobre às políticas redistributivas, por outro, permite a gestão da miséria a partir da noção de perigo. E como essa questão implica no modo de atender os usuários do SUAS, somada a questão dos modelos de família a receber as orientações do psicólogo?

Aqui percebe-se também a fragilidade do SUAS: as mudanças quanto às políticas públicas de assistência social superaram as fases de benemerência de épocas anteriores, tendo o Estado assumido seu compromisso com os direitos sociais. Entretanto, o próprio Estado adota uma postura frágil quando busca incentivos ao primeiro-damismo em discurso nacional sobre ações pretendidas no auxílio dos “mais pobres”. Outra questão envolvendo o perigo, traz a percepção sobre a família “desestruturada” ser somada à pobreza em uma equação em que o final é o perigo. Como já mencionado anteriormente, a inserção da família de baixa renda no SUAS não é tomada como direito, mas como uma necessidade de ser vigiada como prevenção ao perigo: a vigilância do perigoso é equacionada também com o profissional da psicologia que também entra na gestão do perigo.

Rose (2011) tenta problematizar a psicologia e suas técnicas disciplinares, observando suas propostas normalizadoras na contemporaneidade, bem como outras ciências humanas.

Cita que os profissionais chamados de “experts”, acabam trabalhando em uma espécie de modelagem dos indivíduos seguindo um modelo biopolítico. As ciências *psi* quanto as outras ciências humanas, acabam avizinhandose com o grande projeto da contemporaneidade ocidental. Ser livres nas sociedades ocidentais parece incluir uma obrigatoriedade em seguir direcionamentos em que uma norma acaba sendo pré-definida em regimes de subjetivação.

Rose (2011, p. 62) ainda fala, que as ciências *psi*, em suas intervenções, atuando em produções de efeitos de verdade, operam tanto em equipamentos públicos quanto nos vários dispositivos a serviço da norma. Os lugares, os problemas, as situações a serem “policiadas” tornam-se psicológicas quando são problematizadas:

Educar uma criança, reformar um delinquente, curar uma histérica, criar um bebê, administrar um exército, dirigir uma fábrica – não é tanto por essas atividades implicarem na utilização de teorias e técnicas psicológicas, mas porque há uma relação constitutiva entre o caráter do que vai contar como uma teoria ou um argumento psicológico adequado e os processos pelos quais um tipo de visão psicológica pode ser conferido a esses domínios.

Ao continuarmos com o raciocínio da dissertação sobre o SUAS, temos o Estado em seus dispositivos tentando calcular, gerenciar condutas, estabelecer situações que devem receber intervenções: a família mais pobre brasileira e suas situações de risco e vulnerabilidade avizinha-se com os cálculos do que não pode ser perigosa e tem-se o psicólogo nesta equação.

Rose (2011) traz outra reflexão sobre o psicólogo com suas funções de polícia. O psicólogo, vigilante na produção de risco e vulnerabilidade, acaba solidificando a produção do perigo (p. 79):

Na medida em que muitas de suas teorias têm sido mais ou menos bem-sucedidas em conquistar aliados a seu favor, em produzir transformações calculáveis no mundo social, em conectar-se a redes sociais estáveis, elas estabelecem novas possibilidades de ação e controle. Ao estabelecer e consolidar tais redes, ao forçar outros a trilharem determinados caminhos de pensamento e ação, os psicólogos participam da fabricação da realidade contemporânea.

Pensar sobre o como a psicologia avizinha-se com discursos que permitem aproximar a família policiada do SUAS à noção de perigo: aqui a compatibilidade com o objeto da pesquisa aparece mais claramente. A racionalização do perigo pela psicologia e seus saberes científicos nas técnicas de intervenção no SUAS: a psicologia entra na construção da noção do perigo com as famílias do SUAS ao atuar, vigiando desempregados pobres, adolescentes

ociosos, usuários em situação de violência, idosos que não estão mais produzindo, famílias em que as crianças estão fora da escola, etc. As estratégias de poder-saber da psicologia no SUAS são dadas, como forma de governamentalidade, como problematizou Foucault.

A psicologia contribui com a noção de perigo ao dizer para a mãe da família mais pobre da assistência social que o filho dela está muito ocioso, e ao idoso sem atividade, também produz a noção de perigo ao colocá-lo em um questionamento sobre ser “perigoso esperar a morte em casa”, sugerindo que ele participe dos rendimentos do lar ou vá para os grupos nos CRAS, etc. São vários exemplos que demonstram essa interface da produção de perigo pela psicologia com a família da assistência social. Um outro exemplo disso é intervir junto a uma mãe que trabalha fora do lar, sem esposo, com 3 filhos, mostrando para ela que pode ser perigoso deixar um filho mais velho de 9 anos cuidar dos outros irmãos de 2 e 4 anos, sob acusação de incitar o trabalho infantil (ao passo que a defasagem de vagas nas creches brasileiras é grande). Tem-se também o exemplo do que é posto como perigoso a um pai de família desempregado, cujo lar é sustentado pela esposa que atua como diarista-doméstica: o psicólogo passa a lhe culpabilizar pela situação visto que a esposa sozinha sustenta a casa.

Ao não conseguir intervir quanto ao desemprego atual, fruto do capitalismo ou então à defasagem de vagas nas instituições educativas, o efeito das práticas da psicologia corre o sério risco de agir somente nas consequências dos problemas atuais das sociedades industriais e, com isso, culpabilizar a população ou vitimizar a pobreza. Suas práticas discursivas elaboram uma relação de saber-poder com a família da assistência social.

Em uma leitura foucaultiana, Hüning (2007, p. 140) traz:

A Psicologia Social, na interlocução com outros campos de conhecimento, aponta para o problema da individualização do risco, como se o sujeito fosse o responsável por gerar sua condição de risco, supondo seu voluntarismo ou psicologização e ignorando as questões sociais implicadas.

Ao orientar as famílias sobre emprego e desemprego, fornecendo encaminhamentos a agências públicas de emprego, por exemplo, estaria o psicólogo questionando o capitalismo que possibilita uma grande margem de desemprego atualmente no Brasil?

Ainda seguindo a problematização de Hüning, a mesma traz as situações que constituem as intervenções da psicologia, que naturaliza o risco ao intervir sobre ele. Seria

“natural” o desempregado pobre sofrer ou a mãe adolescente grávida não saber cuidar direito de seu pré-natal, etc. Ao levar os dados de intervenção para a vigilância socioassistencial, o psicólogo não discute o perigo, ele o naturaliza na família mais assistida da assistência social: não se propõe a modificar a realidade da família a não ser que a família modifique sua forma de viver, seguindo as orientações do psicólogo, e saia da situação do perigo. A curva da normalidade do que seria visto pela PNAS é vista com naturalidade pelo psicólogo que não se propõe a modificar as questões que provocam as mazelas da questão social. Além de mostrar para a família policiada que se ela continuar sendo inserida no cadastro das famílias perigosas das políticas públicas da assistência social, é porque não saiu de sua situação de risco ou de vulnerabilidade e portanto, articula-se com a produção do perigo.

Ao abordar a questão do liberalismo, os princípios de liberdade e sua relação com o perigo, Foucault (2008b, p. 90) traz:

O liberalismo se insere num mecanismo em que terá, a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo. No fundo, se de um lado (...) o liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, ele não pode - e é esse o reverso da medalha -, ele não pode manipular os interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismo de segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos ao perigo.

Ao articular mais os elementos que me permitem percorrer as práticas psicológicas pela produção do perigo nas políticas públicas de assistência social, vejo as estratégias de governamentalidade envolvidas com a população atendida, através de todo um olhar científico a serviço da norma, da curva da normalidade.

Entretanto, destacam-se as estratégias de resistência do profissional da psicologia ao problematizar sobre as sobreimplicações envolvidas em seu trabalho, citadas anteriormente. Resiste quando se questiona, resiste quando passa a observar mais o fato das famílias adotarem estratégias de resistência ao não seguirem as orientações dadas ou a pensar em outras ações em que suas intervenções não sejam de somente tabular, computar ou normalizar prioritariamente.

4.0 FIM DA ESTRADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos percursos de nossa estrada perante as políticas de assistência social, algumas histórias foram compartilhadas nessa trajetória. De toda a bagagem trazida teoricamente, surge a hora de cuidar, analisar, pensar sobre toda a gama de situações envolvidas até então: algumas histórias passam a compor esse horizonte em uma trajetória compartilhada entre passageiros-companheiros-de-viagem e reflexões de uma prática em que como pesquisadora que também atua no SUAS sigo transformada. Bem como disse Foucault (2004), ao abordar o método da experiência como fomentadora de problematizações em que pesquisador e objeto de pesquisa interrelacionam-se em uma espécie de transformação mútua, a pesquisa tratou de trazer minhas sobreimplicações como psicóloga do SUAS elegendo a figura da produção do perigo pelo SUAS, com elementos de resistência ao não aceitar realizar as intervenções propostas por manuais sobre como atuar no SUAS sem questionamentos. Alguns acompanhantes teóricos surgiram na estrada, tendo sido primordiais para o enriquecimento da reflexão sobre a construção do perigo nas famílias do SUAS e seus arranjos com a psicologia.

Os nomes dos usuários foram modificados, preservando a questão ética do trabalho. Mas poderiam ser Marias, Joãos, Aparecidas ou Josés. A intenção não foi a de expor a vida destas pessoas, porém problematizar sobre o como essas histórias mobilizaram a pesquisa: não somente elas, entretanto tantas outras surgiram e ainda surgem em meu trabalho, ainda me questionando quais discursos e práticas da psicologia nas intervenções das famílias inseridas no SUAS entram na construção da noção de perigo...

Pois bem, considerando as várias famílias acompanhadas ao longo de minha trajetória escolhi apenas algumas, baseando minha seleção na compatibilidade com o objeto de pesquisa da dissertação. Foram várias nesses anos que poderia escolher para serem postas em análise, porém as informações sobre a história de vida destas pessoas, compartilhadas nas intervenções, traduzem sobre o como as estratégias da psicologia no SUAS operam em nome da produção de subjetividades, tentando controlar o perigo nas famílias com renda menor da população, em estratégias de governamentalidade. O avizinhamento da psicologia com a questão econômica das famílias perigosas foi posto. Coube, então, pensar suas possibilidades, utilizando algumas das histórias das intervenções, visto que foram essas histórias, que culminaram na escolha do objeto de pesquisa.

Vista desta forma, a psicologia colabora para a construção da noção de perigo para as políticas de assistência social e, mais do que isso, utiliza-se de suas técnicas de intervenção para possibilitar que a vigilância socioassistencial elabore estratégias para governar a família

perigosa, tendo um modelo estipulado como ideal. Sua conduta de operar diante da norma traz o modelo da família perigosa. A psicologia assina o que considera o valor do capital humano ao intervir na família do SUAS e acaba por utilizar de suas técnicas de saber para dizer à família que seu rendimento é perigoso para viver, que estando com filhos sem estudar no lar, uma mãe pobre é culpabilizada por manter sua situação em risco, que não levar seus filhos para vacinar ou pesar, ela é perigosa socialmente. A psicologia também colabora com a noção de perigo na PNAS, quando atende uma família com renda menor com algum membro com deficiência em casa ou com um adolescente em medida socioeducativa quando um profissional passa a fazer visitas domiciliares com mais frequência. Em muitas intervenções o técnico realmente não tem o que fazer a não ser orientar, porém computa os dados e sinaliza a família perigosa. São estas e outras diversas formas observadas sobre as situações vividas no SUAS por mim que me trouxeram o problema de pesquisa.

Não foi minha intenção trazer uma problematização que desqualifica o trabalho da psicologia, nas políticas de assistência social, porém o pensar sobre o como este profissional ajuda a manter o modelo de família perigosa me fez refletir sobre minha própria atuação profissional. Ao não computar os dados das famílias com renda maior, tendo alguma dificuldade, como por exemplo, tendo um membro deficiente em casa ou um idoso vítima de violência, mas tendo uma renda satisfatória, fica tudo certo! Uma família ter um filho usuário de drogas, ou em situação de abuso sexual, tudo bem. Não que estes tipos de situações deveriam ser consideradas como perigosas, porém inspiram maiores cuidados e intervenções, entretanto não as têm pelo SUAS, a não ser que as famílias sejam mais pobres. Mas se for uma família com uma mulher de renda menor como membro principal que não fez o pré-natal na gravidez, ou com idoso em casa que está ocioso, ou outras situações descritas como características de perigo, aí sim, esta família é considerada como perigosa para a PNAS. Subjaz ainda no entendimento do SUAS, por um lado, um modelo de família que vai ser balizada como a norma a ser seguida em contraposição à família que deve ser vigiada por ser naturalmente perigosa; por outro lado, ainda percebe-se, tanto por muito técnicos que atuam no SUAS como o senso comum, que os benefícios da assistência social não são vistos como um direito, mas como um favor.

Enfim, o incômodo surgido ao atuar nas políticas públicas de assistência social somente usando uma bússola talvez tenha significado para entender bem como as problematizações das práticas impostas à psicologia evocam campos de possibilidades de pesquisas futuras. As interrogações vindas ao longo do trabalho tentando situar o perigo e o

policiamento do técnico da psicologia no SUAS não tiveram respostas como certo ou errado, porém, o fato de que realmente a psicologia contribui para a construção da noção de perigo nas famílias pobres do SUAS me trouxe uma resposta positiva. A psicologia traduz, ao propor intervenções, sua vontade de controlar o perigo ou pelo menos atuar também nele. Além disso, ao participar dos dados para os planejamentos posteriores para a vigilância socioassistencial, quer se ver no futuro, controlando o perigo na família policiada do SUAS. Mas e se o futuro perigoso acabar? Então o psicólogo do SUAS passa a não ser mais necessário no futuro? Ao mesmo tempo, qual o futuro de pessoas que sofrem uma vigilância perpétua? Por que não vigiamos (e combatemos) os elementos que ocasionam a produção da pobreza em vez de vigiarmos os sujeitos pobres? De certa forma, apesar dos avanços, o SUAS ainda esbarra em muitas questões não superadas que refletem o projeto de uma sociedade brasileira.

Reitero que não entendo que por haver esses problemas, a PNAS, materializada através do SUAS, deva ser algo banido das propostas de intervenções com a população. Não se trata disso. Ao contrário, entendo que o SUAS não é integralmente implementado porque é compreendido como um favor e aborda privilegiadamente um modelo de família que é inferiorizado se comparado a outro modelo familiar, balizado por uma acepção mais favorável economicamente. Com esses dois principais problemas, a gestão da pobreza acaba sendo focalizada em termos econômicos e não sociais. Pensa-se na renda como possibilidade de igualdade, e todas as demais questões sociais (modelo familiar, papel da mulher, não ser entendido como direito, etc) são desconsideradas. Acredito que se continuarmos ignorando essas questões, que são mais efeitos do que os elementos produtores da pobreza, promoveremos a vigilância e não a promoção de cidadania das famílias com renda menor brasileiras.

Dito de outro modo, as equações colocadas para problematização desta pesquisa indicam que a produção do perigo pela psicologia das famílias, coloca a máquina do SUAS para funcionar desde o seu surgimento. Com uma função retroalimentadora, a pobreza contribui para que os trabalhos do SUAS aconteçam a partir de estratégias de governamentalidade bem enraizadas. Sendo a psicologia uma ciência autorizada para falar a verdade sobre os sujeitos passa, desta forma, a contribuir para a noção do que seja o perigo e quem merece ser vigiado.

Contudo, entendo que algumas pistas para resistir, para que a psicologia não reproduza a lógica normativa da vigilância socioassistencial e do perigo com a população da PNAS são

necessárias. Algumas reflexões da pesquisa fizeram-me refletir sobre a necessidade de estratégias de resistência, para que o psicólogo não seja categorizado como "aquele-que-vai-dizer-quais-são-os-perigosos-para-o-SUAS", ao levar pra a população, propostas de saberes da psicologia em que se apontaria que algumas formas de se viver são melhores do que as formas que as famílias estão vivendo: como lidam com seus filhos, com seus rendimentos financeiros, com seu futuro, etc. Percebo os movimentos de resistência nas próprias famílias escolhidas para essa pesquisa que, não sendo somente essas, possibilitam novas formas de interagir diante das normativas de que os mais pobres são perigosos.

Entendo que há muito caminho a seguir. Confesso que vejo com dificuldade em sair de uma posição em que não somente o psicólogo como também outros técnicos da política nacional da assistência social seguem regras, computam dados sobre o perigo, categorizam as famílias, colaboram com normativas binaristas que classificam as famílias em risco ou em vulnerabilidade, entretanto, há muito a que se trilhar....Trilhar em uma posição de crítica permanente, seguindo a lição de Foucault, questionando a realidade e levando os usuários a questioná-la.

Bem, buscando responder ao problema de pesquisa incitado, chego ao fim da estrada, porém sem a sensação de ter terminado, com reflexões sobre novos caminhos a seguir, novas estradas a trilhar, novas formas de perceber a psicologia na política de assistência social. E como disse Antonio Machado y Ruiz, "Caminhante: não há caminho. Faz-se o caminho ao caminhar".

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, S. (org.). **RENÉ LOURAU: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

ASSMANN, S. J. & NUNES, N. A. Michel Foucault e a genealogia como crítica do presente. **INTERthesis**. v. 4, n. 1, Florianópolis, jan/jun 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/889/10847>>. Acesso em: 26. Jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29 de março de 2017.

_____. Ministério da Saúde. FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). **Pense + SUS**. Vigilância em Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017. Disponível em: <<http://pensesus.fiocruz.br/vigilancia-em-saude>>. Acesso em: 09 de abril de 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília-DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2017.

_____. Lei nº 10836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 02. Dez. 2016.

_____. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília-DF, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 30. Nov. 2016.

_____. Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de atenção continuada de assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 e a Lei nº 19741 de 01 de outubro de 2003, acresce

parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3048, de 06 de maio de 1999, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: 02 de agosto de 2016.

_____. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 10. Out. 2016.

_____. Resolução n.109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2009a.

_____. Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social. **CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

_____. Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social. **CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF. Volume 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Combate à Fome e Sistema Único de Assistência Social, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social –NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2013a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2012/cnas-2012-033-12-12-2012.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.

_____. Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social. **CapacitaSUAS. Caderno 1**. Brasília: MDS, 2013b.

_____. Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social. **CapacitaSUAS. Caderno 3**. Brasília: MDS, 2013c.

_____. Resolução nº01, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2013d.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos2013/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/cnas-2013-001-21-02-2013.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

_____. Decreto nº 8618, de 29 de dezembro de 2015.Regulamenta a Lei nº 13152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2015.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8618.htm>.

_____. **Portal do Departamento de Atenção Básica.** Ministério da Saúde. Portal da Saúde SUS. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php?conteudo=esf>. Acesso em: 06. Nov. 2016a.

_____. Programa Bolsa Família. **Calendário Bolsa Família.** Disponível em: <<http://calendariobolsafamilia2015.com.br/bolsa-familia-2016/>>. Acesso em: 09. nov. 2016b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** MDS: Brasília, 2016c.

CASTEL, R. **A Gestão dos riscos: Da antipsiquiatria à pós-psicanálise.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

_____. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Caderno CRH: democracia, cidadania e pobreza.** Salvador, n.26/27, p.19-40, jan./dez. 1997. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/viewFile/18664/12038>>. Acesso em: 23. Nov. 2016.

_____. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referência Técnica para a atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Site da POL** (Psicologia e Comunicação online do Conselho Federal de Psicologia). Brasília, fev. 2017. Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Site do CFESS** (Conselho Federal de Serviço Social). Brasília, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CRUZ, L. R. & GUARESCHI, N. M. F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: Cruz, L. R. & Guareschi, N. (orgs.). **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2014.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FERREIRA, A. A. L. A psicanálise e a Psicologia nos ditos e escritos de Michel Foucault. In: Guareschi, Neuza Maria de Fátima; Hüning, Simone Maria (orgs.). **Foucault e a psicologia**. Série Debates Contemporâneos em Psicologia Social 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. 8.ed. Albuquerque, M. T. da C. (trad.). Albuquerque, J. A. G. (rev.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Muchail, Salma Jannus (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Brandão, E. (trad.). Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Ditos & Escritos IV. Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos & Escritos. Motta, Manoel Barros da (org.) Ribeiro, Vera Lucia Avellar (trad.). 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **O governo de si e dos outros**. Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

_____. **Repensar a política**. Pessoa, A.L.P. (trad.); Motta, M. B. de (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013a.

_____. **Ditos & Escritos VI. Repensar a política**. Coleção Ditos & Escritos. Motta, Manoel Barros da (org.). Pessoa, Ana Lúcia P. (trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b.

GUARESCHI, N. M. F. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, pp. 20-30, 2007.

GUARESCHI, Neuza, Maria de Fátima & CRUZ, Lílian Rodrigues. O psicólogo e as políticas públicas de assistência social. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima & HÜNING, Simone Maria. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In: _____.(orgs.). **Efeito Foucault**. Série Debates Contemporâneos em Psicologia Social 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

HILLESHEIM, B. & CRUZ, L. R. da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**; 20 (2): 192-199, 2008.

_____. Do território às políticas públicas: governo, práticas psicológicas e busca ativa no CRAS. In: Guareschi, Neuza; Cruz, Lílian Rodrigues da. (orgs.). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. Risco Social. In: Fernandes, Rosa M. Castilhos; Hellmann, Aline (orgs.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Coleção CEGOV. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

HÜNING, Simone Maria. Psicologia: da (a)normalidade ao risco. In: Guareschi, Neuza; Hüning, Simone (orgs.). **Implicações da Psicologia no Contemporâneo**. Porto Alegre, EDIPUCRS: 2007.

KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LAGASNERIE, G. T. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LASTA, L. L., GUARESCHI, N. M. F. & Cruz, L. R. A psicologia e os Centros de Referência em Assistência Social: problematizações pertinentes. In: Cruz, Lilian Rodrigues, Guareschi, Neuza (orgs.). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOPES, Maura, Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**. 34(2), p. 153-169. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8297>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

LOURAU, René. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MICHAELIS. **Dicionário de português online**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=risco>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MIRON, A. X. & GUARESCHI, N. M. F. A psicologia na política de assistência social: movimentos de uma experiência de gestão no CREAS. In: CRUZ, L. R. & GUARESCHI, N. M. F. **Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

MORAES, T. D. & NASCIMENTO, M. L. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.7, n. 1, p. 91-102, jan/jun.2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a10.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2015.

NETO, J. L. Ferreira. A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. **Fractal: Revista de Psicologia**. v. 20 – n.2, p. 533-546, Jul./Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/102>> Acesso em: 14set.2016.

PEREIRA, E. C., & SOUZA, M. R. Interface entre risco e população. In Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Textos completos de comunicações científicas.XV Encontro de Estudos Populacionais**. Caxambu, MG: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_592.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença (uma introdução)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs. Psicologia, Poder e Subjetividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

SCHEINVAR, Estela. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 58, n. 1, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000100006>. Acesso em: 4 fev. 2017.